

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Kellyane Maria de Paula

Experiências e vivências sobre o envelhecer e ser velho no Brasil: termos
classificatórios, imaginário social e respostas públicas

Juiz de Fora
2024

Kellyane Maria de Paula

Experiências e vivências sobre o envelhecer e ser velho no Brasil: termos
classificatórios, imaginário social e respostas públicas

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Serviço
Social, na Universidade Federal de Juiz
de Fora, para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social

Orientadora: Prof^a. Dra. Estela Saléh da Cunha

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Paula, Kellyane Maria de.

Experiências e vivências sobre o envelhecer e ser velho : termos classificatórios, imaginário social e respostas públicas / Kellyane Maria de Paula. -- 2024.

102 p.

Orientadora: Estela Saléh da Cunha

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2024.

1. Processo de envelhecimento. 2. Velhice. 3. Terminologias. 4. Heterogeneidade. 5. Políticas públicas . I. Cunha, Estela Saléh da, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Brasil, um país envelhecido. Experiências e vivências sobre o envelhecer e ser velho: termos classificatórios, imaginário social e respostas públicas, para fins de obtenção do grau de Bacharel em SERVIÇO SOCIAL , pelo(a) discente Kellyane Maria de Paula (matrícula 201919008), sob orientação da Prof.^(a) Dr^(a) Estela Saléh da Cunha e coorientação da Prof. ^{a)} Dr^(a) _____, na Faculdade de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de 2024 , às 18 horas, na sala 2 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Dra	Estela Saléh da Cunha	Orientadora
Me.	Raphael Dutra Bazarelo	Membro da Banca
Ma.	Fernanda Picinin Moreira	Membro da Banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota:100 (cem)

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

A Banca sugeriu a alteração do título do trabalho para que esse se torne mais adequado

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de Serviço Social, deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 04 de outubro de 2024.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Estela Saleh da Cunha, Professor(a)**, em 04/10/2024, às 21:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Picinin Moreira, Professor(a)**, em 07/10/2024, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Dutra Bazarelo, Usuário Externo**, em 08/10/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2001090** e o código CRC **E23DE62B**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Kellyane Maria de Paula
Matrícula Discente	201919008
Título do TCC	Brasil, um país envelhecido. Experiências e vivências sobre o envelhecer e ser velho: termos classificatórios, imaginário social e respostas públicas
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Estela Saléh da Cunha
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	04 de outubro de 2024
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Doutora Estela Saleh da Cunha - orientadora Mestre Raphael Dutra Bazarelo - membro Mestra Fernanda Picinin Moreira - membro

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 04 de outubro de 2024.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Estela Saleh da Cunha, Professor(a)**, em 04/10/2024, às 21:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2001091** e o código CRC **7A32DC2F**.

Dedico este trabalho à memória de minha tia Lelena (Maria Madalena Modesto), que sempre acreditou no meu potencial e me incentivou a nunca desistir dos meus estudos. Sua presença continua a me inspirar, mesmo na ausência.

AGRADECIMENTOS

Desde já, reconheço a dificuldade em mencionar todos que, de alguma forma, contribuíram para a construção desse estudo. Assim, meu sincero agradecimento a todos que me apoiaram e tornaram essa jornada mais leve.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, Áurea, que sempre esteve ao meu lado e me apoia em tudo. Sua presença e suporte foram fundamentais em cada etapa desta jornada. Obrigada por tudo.

Aos meus irmãos, Liliane e Marcelo, pelos momentos de distração, companheirismo e apoio ao longo desses anos. Vocês tornaram essa caminhada mais leve.

Ao meu namorado Bruno, sem seu apoio constante, incentivo e longas conversas, nada disso seria possível. Obrigada por sempre estar ao meu lado e acreditar em mim.

À minha prima Fabiana e seu esposo, Eduardo, que me incentivaram a seguir meus estudos e me acolheram em sua casa com tanto carinho.

Às minhas tias paternas, Verônica, Carla e ao meu Tio Pedro por me receberem em suas casas durante toda minha graduação.

Às minhas primas Bianca, Marcela e Duda pelos bons momentos vividos em Juiz de Fora e pelo apoio que sempre me ofereceram.

À tia Fatinha, pelas conversas acolhedoras e pelo conforto dos desabafos durante minhas visitas a Santana.

Ao meu padrinho, Jesus Roberto, pela sua constante presença e apoio.

A minha Vó, Maria Raimunda, por sempre me incentivar a estudar e pelas longas conversas que tivemos quando voltava para Santana. Suas palavras de incentivo e suas histórias sobre perseverança sempre foram muito importantes.

Aos meus amigos, que sempre estiveram presentes nessa jornada. Vocês nunca permitiram que eu desistisse, oferecendo palavras de encorajamento e consolo nos momentos mais difíceis.

A todos os funcionários da UFJF, por me proporcionarem um ambiente de estudo agradável e acolhedor. Pelos sorrisos, pelos “bom dia”, pelos avisos de “a biblioteca vai fechar” e pelas dicas de “aproveita que o almoço está bom hoje!”, meu muito obrigada!

Ao Raphael Bazzarello, por ter aceitado participar da minha banca e por suas valiosas contribuições.

A professora Fernanda Picinin, por contribuir neste momento final com a minha pesquisa e dedicar seu tempo para a sua leitura.

Agradeço, em especial, a Estela, pela paciência, dedicação e por compartilhar seus conhecimentos de forma tão generosa. Seus ensinamentos foram fundamentais para a construção deste trabalho. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu duvidava. Sua parceria, compreensão e ensinamentos foram, sem dúvida, fundamentais.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

O envelhecimento é um fenômeno global que afeta todos os seres humanos, embora se manifeste e afete diferentemente os sujeitos. À medida que a população velha cresce mundialmente, surgem desafios que exigem uma compreensão da totalidade desse processo, a fim de atender às necessidades dessa parcela da sociedade, que tem diminuído sua importância social na sociedade capitalista. Neste sentido, o presente estudo busca explorar como os termos classificatórios sobre o “ser velho” e a velhice, e como influenciam nos modos de vida e tratamento público dado a estes sujeitos na modernidade. O objetivo desta pesquisa foi analisar os termos classificatórios sobre o “ser velho” e a velhice no Brasil, visando compreender como os sujeitos velhos interpretam e internalizam esses termos nas suas experiências cotidianas no município de Santana do Garambéu no estado de Minas Gerais. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com homens e mulheres com idade igual ou superior a 60 anos. Os resultados revelam que esses termos classificatórios criam uma “velhice fictícia”, na qual as pessoas idosas incorporam os discursos difundidos, porém não possuem condições materiais de produção e reprodução social para vivenciar as idealizações contidas nesses conceitos.

Palavras chave: Processo de envelhecimento; velhice; terminologias; heterogeneidade; políticas públicas.

ABSTRACT

Aging is a global phenomenon that affects all human beings, although it manifests and affects individuals differently. As the elderly population grows worldwide, challenges arise that require an understanding of the entirety of this process, in order to meet the needs of this segment of society, which has diminished its social importance in capitalist society. In this sense, the present study seeks to explore how classificatory terms about "being old" and old age, and how they influence the lifestyles and public treatment given to these subjects in modernity. The aim of this research was to analyze the classificatory terms about being old and old age in Brazil, aiming to understand how the elderly subjects interpret and internalize these terms in their daily experiences in the municipality of Santana do Garambéu in the state of Minas Gerais. For this purpose, semi-structured interviews were conducted with men and women aged 60 years or older. The results reveal that these classificatory terms create a "fictitious old age," in which the elderly incorporate the widespread discourses, but do not have the material conditions for social production and reproduction to experience the idealizations contained in these concepts.

Keywords: Aging process; old age; terminologies; heterogeneity; public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados.....	61
---	-----------

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	ALÉM DA IDADE: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE.....	19
2.1	Brasil enquanto país capitalista periférico.....	19
2.2	Os números falam por si só? Um olhar crítico sobre as estatísticas do envelhecimento.....	21
2.3	ENVELHECER E SER VELHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	24
3	VELHICE EM QUESTÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E TERMINOLOGIAS.....	32
3.1	OS TERMOS CLASSIFICATÓRIOS DA VELHICE.....	32
3.2.	Contribuição internacional para as Políticas Públicas de atenção à Velhice....	42
3.3	POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO À VELHICE NO BRASIL.....	44
4	ALÉM DAS PALAVRAS FALADAS: ANALISANDO AS NARRATIVAS SOBRE SER “VELHO” E VELHICE EM SANTANA DO GARAMBÉU.....	56
4.1	Santana do Garambéu: Um pedacinho do céu.....	56
4.2	Processo da coleta de dados.....	59
4.2.1	Perfil dos participantes.....	63
4.3	Percepções e Significados do Envelhecimento.....	65
4.4	Entre direitos e desinformação: O desconhecimento das políticas públicas na vida das pessoas idosas.....	76
4.5	Velhice em rótulos: como as classificações moldam e marginalizam.....	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	BIBLIOGRAFIA.....	97
	APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	103
	APÊNDICE B - Termo de Autorização Uso de Voz.....	105
	APÊNDICE C - Instrumento Auxiliar de Coleta de Dados.....	106
	APÊNDICE D - Ficha de Identificação.....	107
	APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista.....	108

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um fenômeno mundial que acontece com todos os seres humanos, mesmo que ocorra e afete diferentemente os sujeitos. À medida que a população velha cresce em todo o mundo, surgem desafios que exigem uma compreensão aprofundada e políticas públicas adequadas para atender às necessidades dessa parcela da sociedade, que tem diminuído sua importância social na sociedade capitalista. Neste contexto, o presente estudo buscou analisar os termos classificatórios sobre o ser velho e a velhice no Brasil a fim de compreender como os sujeitos velhos interpretam e internalizam esses termos nas suas experiências cotidianas no município de Santana do Garambéu no estado de Minas Gerais.

Para isso, buscou-se: identificar e analisar as principais categorias usadas para descrever e categorizar os velhos na sociedade; examinar como as categorias afetaram a construção das políticas públicas de atenção à velhice e investigar como os sujeitos velhos residentes em Santana do Garambéu MG percebem e interpretam as categorias de “terceira idade”, “melhor idade” “idoso” e “velho”. Cabe ressaltar que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o parecer nº 6.789.012, em 25 de abril de 2024, garantindo o cumprimento dos princípios éticos necessários à sua execução.

Desse modo, a longevidade¹ do envelhecimento é, sem dúvida, um marco na trajetória da humanidade, mas ao mesmo tempo, é um desafio à classe trabalhadora. Isso se deve ao fato de que, embora viver mais seja uma conquista na atualidade, não implica necessariamente em uma qualidade de vida melhor². Dessa forma, uma parcela dessa população é frequentemente marginalizada, considerada inútil para o sistema capitalista, tornando-se vítima das desigualdades econômicas e políticas que esse sistema promove, culminando assim em uma expressão da questão social.

¹ “[...] a ampliação do tempo de vida não significa a valorização do gênero humano, na ordem do capital, porque a valorização está restrita ao circuito produtivo, à produção de riquezas e à sua acumulação, que favorece uma velhice digna, independente, autônoma apenas para os detentores de capital” (Santos, *et al*; 2017, p. 90).

² “O acesso às maravilhas do mundo moderno tem portão de controle e a chave é codificada pelo dinheiro, um escândalo social coletivo naturalizado na banalização das perversidades” (Nóbrega, 2020, p. 108).

É importante destacar que a velhice é fruto de um processo natural, como afirma Beauvoir (1990) ao dizer que “viver é envelhecer”. Entretanto, esse processo se dá a cada sujeito de forma particular e é moldado pelo meio social, econômico, político e cultural que perpassa o sujeito. Com base nisso, torna-se evidente que o processo de envelhecimento exige atenção tanto do Estado quanto da sociedade. Embora muitas pessoas possam atualmente sentir-se distantes desse processo, é importante lembrar que, em algum momento, todos estarão sujeitos a ele, pois como alerta Beauvoir (1990) a velhice sempre está no outro, é algo distante, no entanto, a sociedade não reconhece que o seu futuro é o envelhecimento.

O interesse pelo envelhecimento surgiu da minha participação no “Programa Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento”. A experiência como bolsista foi fundamental para minha decisão de aprofundar os estudos na área. Assim, o Programa não só despertou meu interesse, mas também reforçou a vontade de contribuir para a compreensão das questões e categorizações associadas ao envelhecimento na sociedade.

Dessa forma, deve ser mencionado que a temática proposta se torna relevante ao Serviço Social, dado o fato do envelhecimento ser uma área de atuação da profissão, portanto inserido na contradição capital e trabalho. Compreendemos que, o aumento global de velhos, proporciona um campo fértil para estudos e reforço da abordagem crítica nos estudos do envelhecimento humano, uma vez que fornece uma base sólida para a compreensão dos desafios e das necessidades dessa população.

A presente pesquisa foi desenvolvida tendo como base a concepção materialista histórica e dialética marxiana, que nos orienta a necessidade de olhar para as condições sócio-históricas na sua totalidade a partir da realidade concreta, ou seja, buscando nos aproximar da realidade desses sujeitos. Entendemos que somos tanto construtores quanto formados pela história, compreendendo que não somos a única força motriz da história, há fatores estruturais, culturais e sociais que influenciam nesse processo. Desse modo, buscamos pressupostos que não sejam “arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação” (Marx; Engels, 2007, p.86).

Para embasar nossa pesquisa de revisão crítica sobre os termos classificatórios da velhice, aprofundamos nosso arcabouço teórico em estudos de

pesquisadoras como Simone Maria Teixeira (2008), Guita Grin Debert (1994), Eneida Gonçalves de Macedo Haddad (1986), Jonorete de Carvalho Benedito (2017), Clarice Peixoto (1998), Pedro Nóbrega (2020), dentre outros, que apresentam análises desenvolvidas sobre a categorização do envelhecimento. A escolha dos autores foi motivada pela profundidade dos conceitos e categorias que exploram, permitindo uma aproximação e compreensão do objeto de estudo.

A partir do fortalecimento do nosso arcabouço teórico, nossa pesquisa foi realizada na cidade de Santana do Garambéu, MG, um município de pequeno porte. Esse município foi escolhido por apresentar características que refletiam as desigualdades sociais e regionais que afetam a população idosa brasileira, tais como baixa renda, baixo nível de escolaridade e limitado acesso a serviços públicos, além de um número significativo de idosos na cidade. Assim, analisamos como as pessoas idosas deste município construíam e vivenciavam seu processo de envelhecimento.

Nossa hipótese era que as categorias em torno do envelhecimento representam uma velhice idealizada e que invisibilizam a velhice real vivida por grande parcela da população brasileira. Para testar essa hipótese, foi adotada uma abordagem qualitativa, utilizando como técnica de pesquisa as entrevistas semiestruturadas, tendo como instrumento um roteiro simples de abordagem. A escolha dessa abordagem visou promover uma conversa bem delineada, que reconhecesse a importância da linguagem.

Além disso, foi utilizada a técnica de observação que desempenhou um papel fundamental na pesquisa. Durante o processo de observação, foi possível perceber que muitos dos idosos sentiam a necessidade de expressar uma visão positiva sobre a velhice. Observou-se também que, ao responder às perguntas, os participantes tendiam a enfatizar aspectos positivos em suas respostas, evitando críticas. Essa tendência sugere que as respostas podem ter sido moldadas pelo desejo de atender às expectativas sociais predominantes sobre a velhice.

Como instrumento auxiliar de coleta, utilizou-se o “Diário de campo”. Esse diário foi utilizado para registrar e contextualizar os dados coletados, auxiliando na explicação do ambiente em que as observações foram feitas. Foi uma prática que contribuiu para a riqueza e profundidade da pesquisa, proporcionando uma visão interna do processo de pesquisa e enriquecendo a interpretação dos dados coletados. A partir dessas anotações, desenvolvi uma compreensão sobre as

percepções dos idosos entrevistados em relação à velhice e “ser velho”, bem como sobre o próprio processo de pesquisa e desenvolvimento investigativo. Essas percepções foram essenciais para permitir e orientar ajustes e transformações durante a coleta de dados, além de influenciar as mudanças na condução das entrevistas e nas abordagens utilizadas durante as conversas.

Após a coleta de dados com os idosos, revisamos as análises teóricas previamente elaboradas e revisitadas ao longo do trabalho. Esse processo permitiu que fizéssemos uma interpretação detalhada do que foi observado durante as entrevistas, ajustando e refinando as análises de acordo com as informações obtidas. Posteriormente, foram estabelecidas três categorias analíticas para organizar e interpretar as narrativas obtidas, que incluíram: 1) Percepções e Significados do Envelhecimento; 2) Direitos à informação e acesso a Políticas Públicas; e 3) Estereótipos e preconceitos e os termos classificatórios sobre o envelhecimento e a velhice. Essas categorias foram selecionadas por sua relevância em capturar aspectos fundamentais da experiência vivida pelos participantes. Elas foram definidas com base em temas que emergiram como especialmente significativos nas narrativas dos idosos, refletindo questões que moldam profundamente suas vivências e percepções. A escolha dessas categorias visa proporcionar uma compreensão crítica das dimensões que influenciam e estruturam o “envelhecer” e “ser velho”, assim como das lacunas e desafios enfrentados pelos sujeitos em relação a políticas públicas e as terminologias durante esse processo.

Posto isso, no primeiro capítulo, apresentamos o contexto histórico e as particularidades sociais e econômicas brasileiras que moldam e afetam o processo de envelhecimento. Procuramos compreender os dados demográficos associados a esse fenômeno e investigamos a maneira como o envelhecimento se manifesta em uma sociedade capitalista marcada por desigualdades e pela exclusão social. O foco da nossa análise é destacar as nuances do processo de envelhecimento, sobretudo na classe trabalhadora, demonstrando a heterogeneidade inerente a essa experiência.

No segundo capítulo, discutimos como os termos classificatórios da velhice são usados para mascarar a realidade da velhice, especialmente a vivenciada pela classe trabalhadora. Investigamos a origem e a evolução dessas categorias, analisando o impacto que tais classificações exercem na percepção social e na autoimagem dos sujeitos velhos. Destacamos que esses termos, como “terceira

idade” e “melhor idade”, são construções sociais que visam comercializar esta etapa da vida, ao mesmo tempo em que marginalizam aqueles que não se enquadram em seus padrões. Além disso, analisamos o impacto dessas nomenclaturas nas políticas públicas destinadas à velhice, traçando um panorama histórico desde o contexto internacional até o cenário nacional brasileiro.

Por fim, no capítulo três são analisadas e interpretadas as narrativas dos sujeitos entrevistados, com o intuito de compreender como as pessoas idosas santanenses constroem suas percepções sobre a velhice. A partir das narrativas recolhidas durante as entrevistas e das observações realizadas no campo, emergem as principais categorias de análise, que refletem as narrativas desses homens e mulheres e suas experiências com o “ser velho” e a velhice, evidenciando que muitas vezes negam ou reinterpretam a própria velhice devido aos estigmas que a cercam. A análise é guiada pela compreensão de que o envelhecimento é uma construção social, moldada por fatores econômicos, sociais e culturais. Dessa forma, o estudo explora como esse grupo, apesar de reconhecerem as dificuldades impostas pela idade, internalizam ou resistem às representações sociais negativas associadas à velhice. Esse capítulo, portanto, busca revelar as complexidades do envelhecimento em uma sociedade que, ao mesmo tempo em que impõe estigmas, oferece poucas respostas eficazes para os desafios enfrentados por sua população idosa.

2 ALÉM DA IDADE: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE

Amanhã há de ser
Outro dia
Inda pago pra ver
O jardim florescer
(Chico Buarque)

Apresenta-se neste capítulo, contexto histórico e as particularidades sociais e econômicas brasileiras que moldam e afetam o processo de envelhecimento. Apresenta-se os dados demográficos associados a esse fenômeno e investiga a maneira como o envelhecimento se manifesta em uma sociedade capitalista marcada por desigualdades e pela exclusão social. O foco desta análise é destacar as nuances do processo de envelhecimento, sobretudo na classe trabalhadora, demonstrando a heterogeneidade inerente a essa experiência.

2.1 Brasil enquanto país capitalista periférico

Preliminarmente, é imprescindível compreender o processo sócio histórico na sua totalidade, logo, para entender o Brasil enquanto um país periférico, é essencial apreender o movimento histórico da sociedade. Desse modo, parte-se do entendimento que o modo de produção capitalista tem características particulares que acarreta uma formação social com estruturas sociais e modos de vida distintos, formando assim, uma determinada realidade social. É necessário destacar, no entanto, que as relações sociais de produção capitalista podem se entrelaçar com as relações sociais pré-capitalistas ou destruí-las. Formando assim relações sociais modernas ou arcaicas.

Para entender esse contexto é necessário recorrer ao conceito de desenvolvimento desigual, que aponta que cada formação social tem o seu desenvolvimento em ritmos diferentes, que não segue uma lógica linear. Desse modo, o desenvolvimento combinado é o desenvolvimento da sociedade capitalista que ocorre de forma desigual em cada formação social, mas elas se articulam. Isto é, as sociedades que são mais desenvolvidas precisam manter as formações sociais mais “atrasadas” se desenvolvendo em um ritmo e em níveis que estão. Isso resulta,

em uma articulação entre países modernos e arcaicos formando uma totalidade social global que, ao mesmo tempo, é heterogênea e contraditória. Assim, temos que ter claro que:

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é, portanto, uma importante chave de análise da realidade para entendermos que o “atraso” não é ausência de desenvolvimento capitalista e a combinação com o moderno pode causar um efeito em determinadas formações sociais bastante distintivo, desbancando qualquer propensão a uma análise etapista e linear histórica (Medeiros, E., 2018, p. 1727-1728).

Assim, podemos compreender que as sociedades passaram por uma transição do modelo pré-capitalista para o capitalismo de maneiras diversas. Nos exemplos clássicos, como Inglaterra e França, essa mudança foi marcada por uma ruptura radical com o passado, eliminando relações feudais e consolidando a burguesia como classe dominante. No entanto, em contextos como o do Brasil, não houve uma ruptura tão acentuada. Aqui, persistiram relações pré-capitalistas e de poder, que se originaram no período colonial, na escravidão e nas relações senhoriais.

Dessa forma, a burguesia que emerge no Brasil não nasce das relações propriamente capitalistas, rompendo com relações pré-capitalistas, ela se origina da transformação de aspectos arcaicos de uma classe pré-capitalista, em uma classe propriamente burguesa. Assim, a burguesia que se forma no país não é nacional, como a burguesia dos países centrais, que tinha um ímpeto transformador da sociedade. Pelo contrário, ela já nasce subordinada e dependente dos interesses dos países hegemônicos. Por isso, ela não tem uma perspectiva de desenvolvimento autônomo, nem um projeto de nação para o Brasil.

Como observamos, a formação social de um país, ao longo de sua história, é moldada por uma complexa interação de fatores econômicos, políticos e culturais. O Brasil, como muitos outros países latino-americanos e africanos, é um exemplo de uma formação social marcada pelo que os teóricos chamam de “capitalismo periférico” (Ferreira, 2019). A ideia de capitalismo periférico surge da observação de que o desenvolvimento do capitalismo não é uniforme em todo o mundo. Com isso,

[...] padrão heterogêneo de desenvolvimento nacional, na sociedade brasileira, é também resultante dos mecanismos de dominação de classe, do estado da luta entre as classes, de como as classes dominantes conduzem os processos de transição, consolidação e expansão das

relações sociais capitalistas, mediados pelo Estado e associados com o capital estrangeiro, o que inviabilizou historicamente um desenvolvimento autônomo (Teixeira, 2008, p. 147).

Assim, a forma particular que o capitalismo se formou no Brasil é um país de economia dependente e periférica, subordinada aos interesses dos países centrais. Essa dinâmica é uma condição de dependência estrutural, que molda o capitalismo no Brasil, a qual há uma subordinação aos interesses das nações mais desenvolvidas. Posto isso, a economia brasileira serve essencialmente aos interesses das economias dominantes, o que, consequentemente, impacta diretamente sobre as políticas públicas e sobre a classe trabalhadora.

[...] engendraram uma ordem social de alta concentração de renda e desigualdades sociais, com mecanismos de ultra-seletividade, rotatividade e de uso intensivo e extensivo do trabalho humano, com amplos excedentes de força de trabalho, sem capacidade de inserção no mercado formal de trabalho que para sobreviver submete-se de submundo da informalidade, em relações precárias de trabalho e sem proteção social, e imprimindo particularidades na condição social dos idosos das classes subalternas (Teixeira, 2008, p. 32).

No contexto desse capitalismo periférico, o envelhecimento torna-se um reflexo vívido das desigualdades sociais, ampliadas principalmente pelas desigualdade de classe entre os sujeitos. Tendo em vista que foi durante esse período do capitalismo que o processo de envelhecimento se expandiu é essencial entender a mudança mundial do perfil demográfico.

2.2 Os números falam por si só? Um olhar crítico sobre as estatísticas do envelhecimento.

O constante crescimento da população velha em todo o mundo tem colocado diante dos órgãos governamentais e da sociedade o desafio de implementar mudanças significativas para atender às necessidades do envelhecimento populacional. Nos últimos anos, tem-se visto um processo de crescimento das taxas de envelhecimento, marcando uma transformação na estrutura populacional, conforme indicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que destaca que

até 2050 o número de pessoas velhas -com mais de 60 anos- no mundo deve bater a marca de 2 bilhões.

Esse aumento exponencial não apenas representa uma mudança na pirâmide etária, mas também a necessidade de reavaliar-se as estruturas sociais, políticas e econômicas para apoiar adequadamente essa população envelhecida. Todavia, essa adequação não se resume a uma questão de quantidade, mas essencialmente de qualidade, já que requer mudanças na oferta de serviços como saúde, previdência social e na economia para que essa população possa vivenciar essa fase da vida com dignidade e respeito por sua trajetória.

De acordo com os cenários projetados pelo IBGE/Ipea³ e considerando uma taxa de fecundidade constante, é estimado que, em 2100, os jovens representarão aproximadamente 13% da população, enquanto os velhos corresponderão a cerca de 30%. Essa mudança demográfica aponta para uma sociedade futura com uma grande proporção de velhos, destacando a necessidade urgente de políticas e estratégias que abordem os desafios associados ao envelhecimento da população. Entretanto, o Estado muitas vezes encara esse fenômeno apenas como um fardo financeiro, limitando sua preocupação ao aspecto contábil, em vez de considerar a complexidade e as necessidades sociais envolvidas.

Como mencionado, um dos fatores que contribuem para essa alteração na pirâmide demográfica é a diminuição da taxa de fecundidade e também o aumento da expectativa de vida. Em 1960, a expectativa média de vida de um brasileiro era de 48 anos. No ano de 2019, esse número aumentou para 76,6 anos, e em 2022, chegou a 77 anos, já estima-se que em 2050 pode se atingir o patamar de 81,29 anos, de acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Diante desses dados, é natural supor que, com o aumento da parcela de velhos na sociedade, haja uma melhoria no acesso a serviços de saúde, lazer e condições de habitação entre outros. No entanto, a realidade no Brasil conta uma história diferente. Historicamente, essa população no Brasil é expropriada de proteção e direitos sociais para um processo de envelhecimento saudável e digno.

³ Disponível em: IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística. Projeções da população: Brasil e unidades da federação - revisão 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Relatórios metodológicos, v. 40). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101597.pdf>

Sendo que, há uma desigualdade no processo de envelhecimento, agravada pela ausência de políticas públicas eficazes para esses sujeitos.

Dessa forma, essa mudança na estrutura etária da população tem um impacto em várias áreas da vida social. Esse processo de envelhecimento da população pode levar a uma mudança na dinâmica familiar e também exigirá reformulações nas políticas sociais para atender a essa demanda. Já que é um processo multifacetado, vai requerer uma abordagem integrada, tanto do ponto de vista político quanto social. Como destaca Debert (1997, local. 10):

Os custos do envelhecimento populacional fornecem um quadro alarmante e desafiador para a sociedade civil e para o Estado, especialmente num país que ainda se autodefine como 'de jovens' e, nesses termos, reflete sobre suas potencialidades e problemas.

É válido ressaltar que a transformação em curso na pirâmide demográfica não atende aos desejos da economia capitalista, que busca recorrentemente jovens e adultos para manter seu modelo de crescimento. Esse padrão revela claramente os valores fundamentais que sustentam essa sociedade, sendo a busca incessante por lucro e acumulação de riqueza, a promoção do consumo como meio de estimular a economia, a valorização da eficiência na produção e a propriedade privada. É nesse cenário que a população frequentemente sofre com desigualdades e a ausência de políticas públicas específicas, que evidenciam o contraste entre as prioridades da economia capitalista e as necessidades dos cidadãos velhos.

Diante disso, compreendemos que o envelhecimento é uma questão multifacetada que vai além da simples contagem dos anos vividos, ultrapassando os parâmetros biológicos humanos estabelecidos pela sociedade. A idade cronológica⁴, baseada nos parâmetros biológicos humanos estabelecidos pela sociedade, não é o único fator relevante ao se considerar o processo de envelhecimento. O envelhecimento não é apenas uma questão de números, esse processo é influenciado pelo contexto que o sujeito está inserido, ou seja, seu contexto social, econômico, político e cultural, sendo assim, entendido como uma construção social.

No entanto, do ponto de vista demográfico esse processo é individual, e, é

⁴ Corroboramos com Debert (1994, p.12-16) que aponta que, a idade cronológica é um mecanismo de poder e prestígio no interior das classes sociais.[...] Onde há atribuição de status (maioridade legal), de definição de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho), de formulação de demandas sociais (direito à aposentadoria).

caracterizado pela idade, não se considera os determinantes sociais e as particularidades de cada sujeito. Assim, de acordo com a lei, “é considerada pessoa idosa o cidadão com idade igual ou superior a 60 anos.”(Brasil, 2003). No subitem seguinte, analisaremos como o sistema capitalista produz e mantém as desigualdades e as violências que afetam esse segmento da população.

2.3 ENVELHECER E SER VELHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A definição legal de pessoa idosa, que se baseia unicamente na idade cronológica, é apenas a ponta do iceberg. O processo de envelhecer em uma estrutura social moldada pelo capitalismo vai além disso e reflete as disparidades sociais e econômicas profundas que permeiam nossa existência. Para realmente entender as nuances do envelhecimento na contemporaneidade, é vital analisar as dinâmicas sociais e políticas que influenciam a experiência do envelhecimento sob o domínio do capital. Nesse cenário, exploraremos agora como as implicações do envelhecimento se entrelaçam com as complexidades do sistema capitalista. Previamente, ressaltamos que as categorias que surgem para caracterizar a idade são uma construção social que terão efetividade histórica diferentes ao longo da realidade social vivenciada, como ressalta Debert (1994, p. 12):

[...] as categorias de idade são construções culturais que mudam historicamente não significa dizer que elas não tenham efetividade. Essas categorias são constitutivas de realidades sociais específicas, uma vez que operam recortes no todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais no interior de uma população, definindo relações entre as gerações e distribuindo poder e privilégios.

Desde o nascimento, a vida do trabalhador é moldada pelos impactos do capitalismo, uma sociedade que prioriza a expropriação da força de trabalho em prol da produção e reprodução do capital. Nesse contexto, somos despojados não apenas dos meios de produção, mas também do próprio tempo de vida. E, assim como enfatiza Solange Teixeira (2008), esses processos de expropriação são elementos centrais do sistema capitalista, que resultam na privação de uma vida com significado para a maioria dos trabalhadores em todo o mundo.

O tempo de trabalho se estende ao longo de suas vidas, e muitas vezes, ao envelhecer, as condições tendem a piorar. A classe trabalhadora não têm acesso ao lazer, não desfrutam de liberdade e luta para satisfazer suas necessidades diárias, mesmo as mais básicas, ao longo de sua trajetória de vida. Sendo assim, o processo de envelhecimento torna-se cada vez mais complexo à medida que entrelaça-se com a lógica do modo de produção capitalista. Netto (2001) aponta para algo que torna essa sociedade tão diferente das demais, é a “dinâmica da pobreza”. Nessa dinâmica, o acesso a recursos e oportunidades é limitado, especialmente, para esse grupo social, perpetuando um ciclo de desigualdades e dificuldades.

Já que no cenário capitalista, a pobreza e a riqueza não são apenas coexistentes, mas são interdependentes, o aumento da pobreza está intrinsecamente ligado ao aumento da riqueza, esse é o *modus operandi* dessa sociedade. Este sistema produz riquezas coletivamente, mas apenas uma pequena parcela da sociedade, que são os detentores dos meios de produção, se apropriam delas de forma individual.

Daí surgem as desigualdades sociais presentes nessa conjuntura, e como destaca Iamamoto (2001, p.15-16) aí está a “raiz da produção/reprodução da questão social⁵ na sociedade capitalista”. Diante disso, há um desafio para aqueles que não detêm os meios de produção, principalmente, quando envelhecem. Pois, o sistema capitalista, tem por sua natureza, sempre descartar o que considera não ser mais produtivo, é assim que veem o trabalhador quando não atende mais aos padrões de produtividade ditados pelo sistema. E isso é se deve

[...] à forma selvagem como o sistema econômico impõe-se no contexto brasileiro. O velho, por não se constituir em mão-de-obra apta para o trabalho, é desvalorizado e abandonado pelo Estado e pela sociedade. A miséria e exclusão, que acompanham vastos segmentos da população brasileira, tornam-se mais amargas na velhice (Debert, 1997, local. 10).

Nessa sociedade só se valoriza o que é vendável e lucrativo. Assim, o sujeito é reduzido a um objeto, ou melhor, a uma mercadoria que tem prazo de validade,

⁵ Entende-se por questão social o confronto entre capital e trabalho, sendo esta uma relação pautada na exploração da força de trabalho, na propriedade privada e na apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo, causadas pela condição desigual entre quem produz e quem se apropria da produção.

cuja função para o capital é ser um material que produz riqueza. Teixeira (2008, p.63) afirma que:

[...] o próprio ser humano através de sua força de trabalho se transforma em mercadoria, portanto, com valor de uso e de troca, que declina em proporções rápidas, pelo uso abusivo, intensivo ou extensivo, pelo capital, engendrando desvalorização social e pobreza para os que não podem mais viver da venda da sua força de trabalho e não dispõem de meios de sobrevivência, dependendo de alguma forma de assistência pública ou privada.

Diante dessa conjuntura, envelhecer significa, muitas vezes, perder valor. Conforme destacado por Debert (1997), a cultura brasileira tende a valorizar apenas o que é novo, mostrando-se

[...] mais preocupada em incorporar as últimas novidades produzidas no exterior do que em olhar para suas próprias tradições. A ideia de um país sem memória, que despreza seu passado, usada por historiadores e políticos, é para o discurso gerontológico a prova do descaso com que o velho é tratado pela sociedade. Sua contribuição social mais preciosa - a experiência e a memória - é menosprezada pelos mais jovens (Debert, 1997, local. 10).

É crucial destacar que esse assunto afeta as classes sociais de maneiras distintas. Quando discute-se sobre expropriação e outros efeitos perversos da sociedade capitalista, faz-se referência às classes historicamente subjugadas, que não tem outra opção senão vender sua força de trabalho. Desse modo, essa pesquisa está voltada para o envelhecimento dos que vivem do trabalho.

[...] é a classe trabalhadora a protagonista da 'tragédia' no envelhecimento (velhice pobre, desamparada, sem ou com baixa renda, sem bens e propriedade, doentia, sem acesso às políticas públicas e dependentes dos recursos familiares), considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor na ordem do capital, principalmente, quando perde o 'valor de uso' para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida. Portanto, não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais (Teixeira, 2017, p. 34).

Diante disso, é preciso considerar que esse envelhecimento se dá numa sociedade de capitalismo periférico, a qual a vida desses sujeitos é marcada pela superexploração contínua do trabalho, pela precarização das relações laborais e pela exclusão do mercado formal. Os sujeitos que compõem a classe trabalhadora

sofrem os efeitos da precarização enquanto trabalhadores e enfrentam o agravamento dessa precarização no processo de envelhecimento. Isso se deve ao fato de que, no contexto capitalista, o ser humano possui valor apenas enquanto força produtiva capaz de produzir mais valor⁶, ou enquanto consumidor. Como destacado por Teixeira, o capitalismo irá considerar os velhos

[...] para atualizar formas de subsunção do trabalho ao capital, de captura de sua subjetividade no processo de trabalho, ou de suas necessidades ricas, no seu “tempo livre”, como forma de reprodução do capital pelo incentivo ao consumo e de controle opressivo do tempo de vida do trabalhador (Teixeira, 2008, p. 33).

Dentro dessa análise, surge uma questão crucial: onde o sujeito trabalhador que envelhece se encaixa nessa perspectiva de consumo?! Observa-se que, no contexto capitalista, a valorização do ser humano está atrelada ao tempo, uma vez que, nesta sociabilidade, tempo é sinônimo de dinheiro, conferindo ao modo de produção o poder de controlar até mesmo o tempo. A lógica capitalista mede o valor das pessoas de acordo com sua capacidade de produzir e gerar lucro para os donos dos meios de produção. Porém, o processo de envelhecimento é influenciado pelas condições de vida impostas por essa lógica, então, à medida que as pessoas envelhecem, é comum que a velocidade de execução de tarefas diminua devido às condições que são expostas, podendo acarretar limitações físicas ou cognitivas, que são decorrentes da forma como se envelhece nessa sociedade. Dessa forma, são frequentemente marginalizados do âmbito produtivo e social, pois são vistos como incapazes de cumprir os critérios de eficiência definidos pelo sistema capitalista.

Essa exclusão é acentuada pelo fato de que, em nossa sociedade, as diferentes fases da vida são rigidamente definidas em termos de metas e padrões para serem realizados. Segundo Debert (1994), essas fases não são propriedades naturais ou biológicas, mas sim elaborações simbólicas que variam de acordo com o contexto cultural.

[...] fases da vida, como a infância, a adolescência e a velhice não se constituem em propriedades substanciais que os indivíduos adquirem com o avanço da idade cronológica. Pelo contrário, o próprio da pesquisa

⁶ O mais valor expressa a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o valor pago ao trabalhador. Essa diferença representa o trabalho não remunerado que é apropriado pelos capitalistas como fonte de lucro e de acumulação de capital. Portanto, o mais valor é o excedente do trabalho não pago.

antropológica sobre os períodos da vida é mostrar como um processo biológico é elaborado simbolicamente com rituais que definem fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam e que não são necessariamente as mesmas em todas as sociedades (Debert, 1994, p. 9-10).

Na juventude, o tempo é direcionado para estudar e trabalhar, sendo que algumas pessoas, devido à extrema pobreza, abandonaram os estudos e se dedicaram exclusivamente ao trabalho na esperança de melhorar suas condições de vida. Na fase adulta, o emprego é tudo que mais se valoriza, já que é o único meio para sobreviver e obter melhores condições de vida. No entanto, quando se chega à velhice, seguindo os ditames do consumo/do mercado, difunde-se a ideia que esse momento da vida seja um período voltado ao ser dedicado ao lazer, ao alcance dos sonhos, mas, essa é uma realidade distante, pois não se concretiza para muitas pessoas, como os pertencentes à classe trabalhadora, especialmente, os mais pobres.

Esse ideal de velhice criado, que pressupõe uma vida ativa, saudável e produtiva, não corresponde à realidade de muitos idosos no Brasil. Há uma grande parcela da população que enfrenta uma falta de suporte social e econômico adequado, que dificulta o seu acesso a direitos básicos como saúde, educação e lazer. Além disso, mesmo tendo a aposentadoria, ela não é suficiente para suprir todas as suas necessidades, o que os obriga a buscar outras fontes de renda ou a viver em condições de extrema pobreza.

Dessa forma, o usufruto das necessidades humanas é prejudicado, uma vez que o tempo, que deveria ser vivido para satisfazer as necessidades, desde as culturais até as econômicas e sociais, é transformado em um recurso voltado para o lucro do capital. Enquanto os sujeitos se encontram no trabalho, a força de trabalho é explorada e os momentos de lazer são usurpados. E, à medida em que se envelhece, o tempo é cada vez mais direcionado para o consumo, moldado pelas expectativas sociais. Isso evidencia que o tempo de vida está incessantemente subjugado ao tempo dedicado ao trabalho.

A ideia de tempo-mercadoria, portanto, consumível, advém do modo como a indústria cria um tempo pseudocíclico: tempo de ir à escola, ao trabalho, tempo de descanso, de envelhecer, dentre outros, implica uma cronologização da vida. Apesar da importância da luta de classes no reconhecimento desses tempos como parte da vida do trabalhador, eles são integrados à ordem como marcos de uma cronologização: a juventude e a vida escolar; o mundo adulto e o trabalho; a velhice e a aposentadoria, a

qual não significou, segundo Debert (1999), apenas a regulamentação das sequências, mas também a constituição de perspectivas, projetos, comportamentos esperados, através dos quais os indivíduos orientam-se e planejam suas ações, individuais e coletivamente (Teixeira, 2008, p. 75-76).

Desse modo, compreendemos o envelhecimento da classe trabalhadora como uma manifestação da questão social. Assim, conforme Teixeira (2017, p. 34), nos referimos ao envelhecimento “das classes destituídas de propriedade privada e de controle do seu tempo de vida, em função das contradições e determinações da sociedade capitalista.” Com isso, entendemos que o trabalho interfere no imaginário social sobre a velhice. Logo, essa fase da vida reflete as consequências das desigualdades impostas por esse modo de produção, que foram as responsáveis pela condição que moldaram a vida dos sujeitos velhos. Diante disso, para compreender o processo de envelhecimento, torna-se essencial levar em conta as condições de vida que afetam os velhos e as dinâmicas sociais que surgem a partir desse ambiente. Pois,

[...] desconsiderar a história de vida, os contextos social e histórico dessa população, é negar a sua condição de classe trabalhadora e subalterna, que sofreu diversos tipos de opressão e que teve seus direitos sociais negados e, quando consegue ter acesso a estes, eles já estão precarizados e em processo de desmonte (Santos *et al*, 2017, p. 84).

Diante da conjuntura social em que se vive, o capitalismo não é só uma organização de produção, é também uma organização de reprodução que interfere em todas as nossas relações sociais, inclusive, a forma como se compreende molda o envelhecimento. Busca-se passar uma imagem de que o envelhecimento é um processo homogêneo e igualitário, quando na realidade oculta as desigualdades sociais existentes entre as classes. Dessa forma, o envelhecimento é reduzido à dimensão biológica, porém, para de fato entender essa etapa da vida, é necessário adotar uma visão mais abrangente e crítica do envelhecimento nesta sociedade capitalista. Mas como fazer isso em uma sociedade que valoriza apenas a juventude e a produtividade?! Como garantir os direitos e a dignidade das pessoas idosas em um contexto de desigualdade e exclusão?!

Porém, na realidade, o processo de envelhecimento não é homogêneo, ao contrário, é heterogêneo, com múltiplas determinações que afetam cada sujeito de uma forma diferente. Entre essas determinações, destacam-se a cultura, a

economia, e, essencialmente, a classe social, já que esta estrutura e é estruturada por múltiplas determinações, têm um impacto marcante nesse processo.

A cultura⁷, por exemplo, molda a percepção e a vivência da velhice, uma vez que, as crenças, os valores e os padrões culturais de uma sociedade podem direcionar a forma como a velhice é percebida e vivenciada. Além disso, a economia desempenha um papel crucial, visto que a disponibilidade de recursos financeiros e o acesso a bens e serviços influenciam diretamente nas oportunidades e na qualidade de vida no processo de envelhecimento. E, não se está com isso descartando as demais determinações que incidem no processo de envelhecimento na sociedade erguida sobre o comando do capital e nem as múltiplas mediações que estruturam as classes sociais. A classe social, por sua vez, reflete as desigualdades sociais que se manifestam no processo de envelhecimento, pois nem todas as classes sociais sentem o impacto do envelhecimento da mesma forma e ao mesmo tempo. Com isso,

[...] as representações sobre a velhice, a idade a partir da qual os indivíduos são considerados velhos, *a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos*. A mesma perspectiva orienta a análise das outras etapas da vida, como a infância, a adolescência e a juventude. [...] A pesquisa antropológica demonstra, assim, que *a idade não é um dado da natureza, não é um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, nem um fator explicativo dos comportamentos humanos* (Debert, 1998, p. 8-9. grifo nosso).

Assim, é fundamental compreender que a vivência do envelhecimento é influenciada por uma série de fatores interconectados que contribuem para moldar as distintas formas de envelhecer nessa sociedade. Como destaca Teixeira, tendo como base Marx, “o homem é fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social” (2008, p.30), em outras palavras, a velhice é uma “categoria socialmente construída”, como afirma Debert (1994).

⁷Compreendemos que a cultura é um conceito complexo e multifacetado, que pode ser compreendido de diferentes maneiras, conforme o referencial ou a teoria adotados. Aqui entendemos que ela expressa a diversidade humana, mas também revela as desigualdades e os conflitos sociais existentes ao longo da história. Nesse sentido, em nossa sociedade há uma imposição de uma cultura dominante pela elite, que visa legitimar o seu projeto de poder. Há também uma cooptação de algumas culturas populares pelo sistema capitalista, que as transforma em mercadorias. Um exemplo disso é o carnaval, que perde o seu caráter de manifestação popular e se torna um espetáculo comercial. Portanto, a cultura não é apenas uma dimensão da realidade social, mas também uma produção social que resulta das interações entre os sujeitos, onde tem sentido político e social, pois pode ser uma forma de resistência e de contestação à ordem estabelecida (Santos, 2006).

Sendo assim, conforme exploramos as nuances da construção social do envelhecimento e sua relação com as estruturas sociais, compreendemos que o envelhecimento é uma construção social, os termos classificatórios também são construções e cumpre um determinado papel dentro dessa sociedade. No próximo subitem, busca-se analisar essas categorias, examinando como elas moldam as percepções sociais sobre o envelhecimento.

3 VELHICE EM QUESTÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E TERMINOLOGIAS

Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo
(Caetano Veloso)

Neste capítulo, abordamos como essas categorias são utilizadas para mascarar a realidade vivenciada pelos idosos, especialmente os provenientes da classe trabalhadora. Investigamos a origem e a evolução desses termos, analisando como eles impactam a percepção social e a autoimagem dos sujeitos velhos. Observamos que expressões como “terceira idade” e “melhor idade” são construções sociais que comercializam essa fase da vida e, ao mesmo tempo, marginalizam aqueles que não se encaixam em seus padrões idealizados.

Além disso, analisamos como essas terminologias influenciam as políticas públicas destinadas à velhice, apresentando um panorama histórico que vai desde o contexto internacional até o cenário nacional brasileiro. Discutimos também como as diretrizes globais moldam a formulação de políticas nacionais e os desafios que surgem quando essas políticas não levam em consideração as particularidades brasileiras.

3.1 OS TERMOS CLASSIFICATÓRIOS DA VELHICE

Neste subitem, buscamos traçar a trajetória da formulação de termos e categorias criadas para descrever o processo de envelhecimento, isto é, as formas pelas quais a vida está periodizada e as categorias que emergem desse processo. No decorrer dessa análise, é importante refletir sobre como essas terminologias “evoluíram” e influenciaram as percepções sociais em relação ao ser velho. Como destaca Peixoto (1998, p. 70):

A representação social da pessoa envelhecida conheceu, assim, uma série de modificações ao longo do tempo, uma vez que as mudanças sociais reclamaram políticas sociais para a velhice, políticas essas que pressionaram pela criação de categorias classificatórias à nova condição moral, assim como a construção ética do objeto velho.

Diante disso, percebe-se que tais mudanças não refletem apenas uma mudança nas políticas públicas e nas categorizações sociais, mas também uma mudança na maneira como valorizamos e “integramos” os velhos em nossa sociedade, a qual as categorias são criadas para definir o lugar dos sujeitos que envelhecem. Debert (1994) ressalta que há uma manipulação das categorias de idade que implica em um conflito político, no qual se redefine o poder associado a diferentes grupos sociais durante as etapas do ciclo de vida⁸.

O século XX⁹ é responsável pelas novas percepções sobre a velhice e na transformação dos termos. Esse período foi marcado por mudanças sociais que influenciaram diretamente como a sociedade enxergava os sujeitos velhos. A partir dos anos 1960, no Brasil, com a implementação da política social para a velhice, e por uma alteração na estrutura social, devido ao aumento das pensões que foi responsável por elevar os ganhos dos aposentados, proporcionando uma nova perspectiva sobre o envelhecimento.

Benedito (2017) observa que as terminologias relacionadas à velhice são formuladas para redefinir essa fase da vida, uma vez que, por muito tempo, os idosos foram marginalizados e excluídos pela sociedade, tal marginalização ocorre devido ao sistema econômico vigente destituir os sujeitos velhos da cadeia de produtividade, isto é, passa a considerá-los como sujeitos não produtivos. Segundo Benedito (2017), essas terminologias não são neutras, mas sim formas de transformar a velhice em uma mercadoria lucrativa para o sistema capitalista. Segundo a autora:

O que justificaria tantas expressões para designar os velhos trabalhadores? A resposta pode estar numa característica intrínseca à sociedade burguesa: a transformação de tudo em mercadoria. Ora, se há um boom de velhos e ao mesmo tempo uma crise sem precedentes do capital, nada mais racional

⁸ “[...] a ideia de ciclo de vida perde sentido na modernidade, uma vez que as conexões entre vida pessoal e troca entre gerações se quebram. Nas sociedades pré-modernas, a tradição e a continuidade estavam estreitamente vinculadas com as gerações. O ciclo de vida tinha forte conotação de renovação, pois cada geração redescobre e revive modos de vida das gerações predecessoras. Nos contextos modernos, o conceito de geração só faz sentido em oposição ao tempo padronizado. As práticas de uma geração só são repetidas se forem reflexivamente justificadas. O curso da vida se transforma em um espaço de experiências abertas, e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada pelo indivíduo como uma crise de identidade e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver essas fases de crise” (Debert, 1944, p. 21).

⁹ “No contexto da reestruturação do capital, quando o envelhecimento populacional assume formas nunca vistas antes, surge um discurso de valorização da pessoa envelhecida na sociedade capitalista ocidental, com a criação e adoção de novas terminologias- terceira idade, feliz idade, idade de ouro melhor idade”(Benedito, 2017, p. 220).

que a sociedade de consumo se aproveite disso para, junto com todos os outros aparatos e instrumentos, focar o velho como objeto de interesse do mercado. Mas o que possibilita asseverar que a velhice se transformou em mercadorias? E em que as terminologias atuais contribuem para isso? (Benedito, 2017, p. 224)

Assim, é importante nos atentarmos às terminologias associadas ao envelhecimento, como “velho”, “idoso”, “terceira idade”, “melhor idade” ou mesmo “idade feliz”, alguns autores abordam essa discussão e destacam como tais categorizações estão ligadas à reprodução dos ideários capitalistas para trazer uma nova lógica ao envelhecimento. Como também alguns desses termos surgem com a intenção de atribuir ao sujeito uma responsabilidade exclusiva pelo seu próprio processo de envelhecimento, onde um problema social é transformado em individual.

Diante desse contexto é fundamental considerar como a linguagem desempenha um papel crucial na formação da percepção dos sujeitos e nas expectativas que lhe são atribuídas. Essa percepção, em muitos casos, influencia diretamente a maneira como a sociedade enxerga e interage com os velhos, além de moldar as políticas públicas destinadas a essa parcela da população. Todavia é preciso enfatizar essa alteração de denominação do ser velho não altera as condições de vida do trabalhador, já que “não é pela via semântica que a realidade é transformada” (Benedito, 2017, p. 223).

Com o objetivo de compreender a evolução dos termos associados à velhice, analisa-se inicialmente a pesquisa de Peixoto (1998), que aborda a historicidade desses conceitos na realidade social francesa. Segundo a autora, no século XIX, a distinção entre “velho” e “idoso” era baseada na condição econômica; aqueles com menores recursos eram chamados de “velhos”, enquanto os mais ricos eram denominados “idosos”. Ressalta ainda que na sociedade há uma perspectiva moral que cria essa distinção entre os sujeitos sem estatuto social, que são considerados velhos de acordo com a sociedade, e aqueles que têm um certo status social, como presidentes, artistas e grandes empresários, que, apesar de estarem envelhecendo, não são percebidos como velhos devido ao lugar que ocupam na ordem social. Segundo a autora (1998), na França, a utilização dos termos “velho” e “velhote” pode, por vezes, carregar conotações negativas, que, quando presentes, servem para acentuar a situação de exclusão social.

A categoria “velho” está associada à noção de “decadência e confundida com a incapacidade para o trabalho” (Peixoto, 1998, p. 72), e serve para denominar os sujeitos em situação de pobreza. Percebe-se que essa diferenciação inicial ressalta como as categorias relacionadas ao envelhecimento são construídas a partir da interação com fatores socioeconômicos e culturais.

No cenário brasileiro, ainda conforme Peixoto (1998), houve uma adesão parcial a essa lógica, sendo o termo “velho”, à princípio, comumente empregado de maneira genérica para se referir a todos sujeitos acima de 60 anos, sem conotações negativas, inclusive em documentos oficiais. Foi somente no final da década de 1960, sob a influência da perspectiva francesa, que o termo “idoso” começou a ser usado. Esse processo não denota apenas uma mudança semântica, mas também reflete como a sociedade passou a ver, descrever e representar as pessoas velhas ao longo do tempo.

Como exemplo, foi adotado no país, com o uso do termo “idoso”, nomenclaturas diferentes para designar os lugares de atenção aos velhos de diferentes classes sociais. Por exemplo, surge o “lar da velhice” para os sujeitos de baixa renda, enquanto as instituições destinadas às camadas mais abastadas foram chamadas de “residência para idosos”. Essa diferenciação evidencia não apenas uma mudança vocabular, mas também as disparidades sociais que permeiam a forma como a sociedade brasileira lida com o envelhecimento entre as classes sociais. Observa-se que o processo de mudança de nomes já existia, e que a nova denominação desses sujeitos também foi incorporada pelas instituições governamentais.

No entanto, é importante ressaltar que essa mudança na nomenclatura não se traduz necessariamente na implantação de políticas sociais direcionadas para as “velhices”. O que se observa, na verdade, é apenas uma “troca de rótulos”, em que a categoria idoso adentra em todos os âmbitos, enquanto o termo “velho” passa a ser associado à decadência e é retirado dos registros oficiais.

De acordo com Peixoto (1998) a adoção do termo idoso nos documentos oficiais tinha por interesse generalizar e homogeneizar todos os sujeitos velhos, criando na sociedade a ideia de que se trata de um termo mais respeitoso. Mas, na verdade, é apenas como uma nova forma de categorizar as velhices. Isso porque, essa homogeneização acaba por eliminar a heterogeneidade do processo de envelhecimento, que é fortemente influenciado pelas desigualdades de classe. Pois,

a maioria dos cidadãos brasileiros não têm acesso a bens e serviços que garantam condições de vida digna na velhice, o que revela a falta de responsabilização do Estado com essa parcela da população. Portanto, é preciso entender que o respeito pelos idosos vai além do simples uso de palavras ou terminologias específicas, envolve políticas sociais inclusivas, que garantam o acesso à saúde, saneamento básico, moradia, oportunidades de emprego e um tratamento equitativo em todas as etapas da vida.

Já o termo “terceira idade”, surge na França, onde se vivencia o Estado de Bem-Estar Social. Segundo Debert (1994), a invenção desse termo está ligada à questão da independência financeira conquistada com a aposentadoria. Defende-se que há um prolongamento da vida onde os sujeitos dispõem de saúde, de lazer, de educação, entre outros recursos e têm meios para realizações de seus desejos. Como consequência, cria-se um novo mercado de consumo, o do envelhecimento. A velhice, assim, deixa de ser vista como algo negativo, o qual o sujeito é descartado, passando a recuperar um “status social”, mas tudo isso está diretamente relacionado ao rendimento mensal conquistado, ou seja, o direito à aposentadoria.¹⁰

Conforme vamos discutir mais adiante, no Brasil o conceito de “terceira idade” foi importado da França, contudo, foi incorporado sem levar em conta as especificidades do contexto francês, especialmente, para se referir os idosos aposentados como ativos e dinâmicos. Esse conceito, que se refere aos idosos aposentados como pessoas ativas e dinâmicas, não corresponde à realidade brasileira, marcada pela desigualdade e pela falta de direitos sociais básicos para a maioria da população.

Cria-se o ideário de que a “terceira idade” se torna uma nova fase do ciclo de vida entre a aposentadoria e a velhice, como destacam Debert e Simões (1994), onde ser independente e ativo são condições essenciais para o processo de envelhecimento, portanto, essa nova categoria vem empenhada em ocupar o tempo dos aposentados. No entanto, ainda segundo tais autores, a partir de reflexões de Lénoir (1979) a “terceira idade”

¹⁰Uma das diferenças entre a França e o Brasil na questão do envelhecimento é a forma como o sujeito recupera seu “status social” após se aposentar. Na França, esse processo está relacionado às mudanças advindas do Estado de Bem-Estar Social, que garantem direitos e benefícios aos idosos. No Brasil, por outro lado, o fator determinante é o acesso a uma renda fixa, que permite ao sujeito se tornar um consumidor e participar da sociedade de consumo.

significa mais a negação do envelhecimento do que uma etapa entre a idade madura e a velhice propriamente dita. Criaram-se novas categorias em oposição às antigas. 'Terceira Idade' x velho; aposentadoria ativa x aposentadoria passiva, centro residencial x asilo; gerontologia x ajuda social, animador x assistente social: individual x coletivo. Os signos do envelhecimento foram invertidos e assumiram novas designações: 'nova juventude', 'Terceira Idade', 'idade do lazer'. Da mesma forma, inverteram-se os signos da aposentadoria, que deixou de ser um momento de descanso e recolhimento, para tornar-se um período de atividade, lazer e realização pessoal. (Lenoir, 1979 *apud* Debert; Simões 1994, p. 38)

Os autores ainda elucidam que essas novas categorias em torno da velhice correspondem a demanda por novas formas de gestão da velhice que surgem a partir das transformações sociais e principalmente pela novas relações construídas entre as gerações. Debert (1997, local. 2) ainda ressalta que “os conteúdos investidos nessa expressão são, hoje, elementos ativos no chamado processo de reprivatização da velhice¹¹, que envolve transformações desta em uma responsabilidade individual.” Assim, essas dualidades de perspectivas destacam as complexidades que estão por trás desse momento da aposentadoria. Acerca da aposentadoria, Peixoto (1998, p. 71) enfatiza que:

Desde sua origem, o problema das aposentadorias foi saber que grupo social deveria tomar a si o encargo da velhice das classes menos favorecidas, que, com o desenvolvimento do capitalismo, vieram a constituir as classes proletárias: a família ou patrão? [...] A partir dessa lógica, o patronato empresarial institui as caixas de aposentadoria, cuja finalidade principal era reduzir os custos de produção, pois se 'desfaziam' dos velhos trabalhadores, cujos salários já não compensam o rendimento que tinham.

Então, quando se aposenta, o sujeito é categorizado como “não produtivo”, essa categorização tem como base a idade cronológica e o rendimento do trabalhador, ou seja, quando atingem uma determinada idade e não tem mais o padrão de produtividade exigido na sociedade, são considerados inativos para o modelo social seguido. Esse processo de categorização acaba por uniformizar a experiência de envelhecer, tratando todas as pessoas da mesma faixa etária de maneira semelhante, independentemente das múltiplas determinações em torno das quais se estruturam o envelhecimento e a velhice. No entanto, ao atrelar o valor do envelhecimento ao poder aquisitivo e criar uma identidade comum em uma etapa da

¹¹A reprivatização da velhice consiste em transformar os problemas que afetam essa fase da vida, e que foram objeto de políticas e direitos específicos, em questões de âmbito privado. Assim, a velhice deixa de ser uma responsabilidade social e torna-se de novo uma questão de ordem privada (Debert, 2012).

vida denominada velhice, há a perpetuação da marginalização daqueles que não têm recursos financeiros suficientes para manter um padrão de vida considerado aceitável para a “terceira idade”. Essa situação cria entre nós uma “velhice fictícia” (Haddad, 1986), que exclui e isola os idosos que não se enquadram nesse modelo idealizado. Como afirma Debert e Simões (1994, p. 41):

Atividades de lazer dirigidas especificamente aos idosos – desde atividades turísticas até universidades abertas para a terceira idade – surgiram como meios de colocar em circulação o dinheiro dos velhos e constituir guetos dos idosos, intensificando sua segregação.

Debert (2012) discutiu a questão da pseudovalorização¹² dos velhos na sociedade contemporânea, destacando que a aposentadoria teve papel fundamental nesse processo, já que por meio dela o capital viu a forma de capturar esses sujeitos como consumidores de serviços, bens e mercadorias. Diante disso, a mídia desempenha um papel central, a qual se empenha em mostrar que toda imperfeições do corpo podem ser corrigidas, a partir da indústria do rejuvenescimento¹³, por meio dela se alcança a aparência desejada. Daí em diante o envelhecimento passa a ser visto com outros olhos, há uma suposta valorização desse momento, onde se defende que é o momento de tempo livre, da realização pessoal e da tentativa a partir de esforços individuais por esses sujeitos para se desvincularem dos estereótipos e preconceitos relacionados ao que é denominado “ser velho”. Contudo, como destaca a autora, nos países periféricos,

[...] essas imagens da velhice bem-sucedida, saudável e ativa difundida por esses programas e políticas camuflam o envelhecimento do trabalhador e a sua velhice doentia, dependente, pobre e desprotegida, negando a ‘problemática social’ do envelhecimento, tratando, como de responsabilidade dos indivíduos [...] (Teixeira, 2008, p. 34).

Diante dessas circunstâncias, um problema que é essencialmente social e que, deveria ser respondido pelo Estado, é transferido para serviços privados,

¹² A pseudovalorização da velhice segundo Debert (2012) é o ato de atribuir um valor positivo à velhice, mas sem reconhecer os direitos e as demandas dos idosos. A autora argumenta ainda que a pseudovalorização é uma forma de mascarar a exclusão e a discriminação que os idosos sofrem na sociedade moderna, que privilegia a juventude, a produtividade e o consumo.

¹³ “Uma parafernália de receitas envolvendo técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, medicamentos, bailes e outras formas de lazer é proposta, desestabilizando expectativas e imagens tradicionais associadas a homens e mulheres em estágios mais avançados da vida. Meia-idade, terceira idade, aposentadoria ativa não são interlúdios maduros entre a idade adulta e a velhice; indicam, antes, estágios propícios para a satisfação pessoal, o prazer, a realização de sonhos adiados em outras etapas da vida (Debert, 1997, local.4).”

filantropia ou até mesmo visto como uma questão individual, ou seja, tratado como uma questão privada. Dessa forma, é retirado do Estado a responsabilidade de garantir minimamente os direitos dessa população.

Esse problema se agrava no contexto Brasileiro, onde o termo “terceira idade” foi adotado, como apontado anteriormente, através de um processo de importação deliberada do termo francês. Aqui essa categoria é usada, principalmente, para justificar o investimento em um conjunto de atividades que mantém essa parcela da população em atividade, criando a perspectiva do “envelhecimento ativo”. Com isso, o termo “idoso” começa a representar os mais velhos, aqueles que são reconhecidos como “velhos respeitados”, enquanto “terceira idade” passa a se referir aos “jovens velhos”, isto é, aos aposentados com um estilo de vida ativo. E como mencionado, a emergência do termo “terceira idade” cria um novo mercado de consumo destinado a esse grupo, que oferece produtos de beleza, de alimentação e de remédios para manter-se sempre jovens- a ideologia muito difundida por aqui da “eterna juventude”.

É preciso elucidar com base em Debert (1997) que hoje os gerontólogos são agentes de combate à velhice, isso deve-se principalmente, pela a criação e o sucesso de diversos programas e serviços surgem alicerçados na ideia da “terceira idade”, para poder prestar serviços especializados a esse grupo, como a defesa de uma boa alimentação e a prática de exercícios físicos e o estímulo ao lazer, que acabaram por produzir um discurso para se afastar dos estereótipos negativos ligados à velhice. Dessa forma,

[...] ‘a expressão ‘terceira idade’ não é um simples substituto do termo ‘velhice’. O trabalho de classificação é indissociavelmente um trabalho de eufemização e tem por objetivo tornar nominável, ou seja, público, aquilo que até agora foi rechaçado e não pôde se exprimir, como por exemplo tudo que se relaciona à vida sexual que, em vocabulário jargão, permite dizer a coisa sem pronunciar a palavra’ (Lenoir, 1977, p. 384 *apud* Peixoto, 1998, p. 76).

A partir disso, vemos não apenas o poder da linguagem, mas também como os novos estudos estão sendo realizados, onde evita-se discutir criticamente as questões relacionadas ao envelhecimento, muitas discussões são realizados de forma superficial, sem uma análise crítica das questões econômicas e políticas que afetam os sujeitos que envelhecem no contexto capitalista. Exclui-se a perspectiva que os sujeitos que envelhecem nesta sociedade estão inseridos na dinâmica de uma sociedade capitalista, que caracteriza-se por ser extremamente desigual. Dessa

forma, a eufemização e a classificação das palavras em torno da velhice são estratégias que muitas vezes excluem as realidades e os desafios enfrentados por essa população.

Ao evitar, por exemplo, o uso do termo “velho”, a sociedade muitas vezes perpetua estigmas e tabus em torno do envelhecimento e os associam a questões de ordem subjetivas, como escolhas do tipo “só é velho quem quer!”. Observa-se que essa relutância em discutir criticamente a totalidade da questão da velhice tem implicações sociais. Pois, a forma como se concebe esse processo sobre a velhice influencia diretamente as políticas públicas, os cuidados de saúde e a inclusão social dos idosos.

Em consonância com a análise anterior sobre a evolução dos termos associados ao envelhecimento, na França, surgiu uma diferenciação ainda mais acentuada relacionada à faixa etária. Trata-se da diferença estabelecida entre os sujeitos velhos, surge uma classificação entre os “jovens idosos” e os “idosos mais velhos”. Essa diferenciação levou ao surgimento de um novo termo na França para classificar as pessoas com mais de 75 anos: a “quarta idade”. É uma classificação que ainda não ganhou força no Brasil, é possível que, ao longo dos anos, ela se estabeleça como uma parte integral do discurso sobre o envelhecimento no país. É evidente que esses termos só venham a aumentar no decorrer dos anos, mas não se pode esquecer, conforme destaca Benedito (2017, p. 231, grifo nosso):

[...] a terceira idade, a melhor idade etc. são expressões utilizadas pelo capitalismo com o propósito de fazer com que os velhos trabalhadores acreditem que pela via da semântica podem transformar a realidade em que vivem. Assim, ao se tornar consumidor o velho deixa de ser inútil ao sistema capitalista, pois em alguma medida participa do processo de acumulação capitalista. **[...] as novas denominações transferem a responsabilidade da velhice única e exclusivamente para o trabalhador. É preciso saber envelhecer, seguir o receituário do bem-viver para ser um velho saudável, forte, ativo.** O saber envelhecer inclui boa alimentação, atividades físicas, lazer, etc.; *esquece-se que o bom envelhecer depende da classe que a pessoa se acha inserida.* Não se pode pedir a um trabalhador velho que mora em um bairro periférico, sem urbanização, sem saneamento básico, que ele faça uma caminhada diária para prevenir problemas de saúde. Também não se pode pedir a um trabalhador que durante toda a sua vida mal conseguiu suprir suas necessidades básicas, que tenha uma alimentação rica em nutrientes.

Essa distinção nos termos está diretamente ligada à rede de políticas sociais e econômicas. Nesse sentido, vale evidenciar que esse novo paradigma dos

aposentados originou um sistema de instituições e até de especialistas em geriatria e gerontologia dedicados a lidar com a velhice.

Por outro lado, é importante refletir sobre como várias ações e programas de proteção social dependem da parceria entre entidades públicas e privadas. No entanto, esse atendimento só ocorre dentro do contexto da necessidade de manter e reproduzir a força de trabalho (capital). Dessa forma, o Estado desempenha o papel de mediador entre os interesses do capital e as necessidades sociais. Grande parte dos programas dessa parceria público privada segue a lógica de responsabilizar os sujeitos pelas suas condições e qualidade de vida, onde o bem-estar físico e mental ocupam o principal pilar para uma “terceira idade feliz e saudável”.

Dentro dessa perspectiva, as formas de respostas à problemática social do envelhecimento é mascarar o processo de envelhecimento e promover a colaboração entre os setores público e privado, ou seja, a cultura privacionista. Através dessa relação há “adoção e estímulo dessas modalidades de serviços sociais como parte do modo de fazer política social na contemporaneidade” (Teixeira, 2008, p. 35).

Logo, como evidenciado ao longo deste estudo, a velhice se apresenta como um problema social e se tornou um objeto de especialização nas ciências biomédicas. Onde os especialistas em geriatria e gerontologia construíram um espaço de legitimidade para abordar essa questão. Debert (1994, p. 30) enfatiza que:

O discurso gerontológico é um dos elementos fundamentais no trabalho de racionalização e de justificação de decisões político-administrativas e do caráter das atividades voltadas para contato direto com os idosos. Mesmo quando o poder de decisão final não o gerontólogo, ele é agente que, em última instância, tem a autoridade máxima para definir as categorias de classificação dos indivíduos e para conhecer nos indivíduos os sintomas e os índices correspondentes às categorias criadas.

A afirmação de Debert destaca a influência significativa desses especialistas não apenas na criação das próprias categorias de classificação, mas também ao tornarem esses fatores fundamentais na estruturação das políticas e na forma como a sociedade atual percebe os idosos. Ao analisar as palavras de Debert (1994), surge uma reflexão intrigante: como esse discurso molda não apenas a compreensão pública da velhice, mas também as ações políticas e práticas diárias

voltadas para os idosos?! Percebe-se nos discursos atuais que a velhice é rotulada de uma forma, contudo cria-se uma lacuna da verdadeira realidade vívida.

Por isso, compreender essas complexidades é crucial para implementar políticas públicas e outras iniciativas que atendam realmente às diversas necessidades das diferentes classes sociais durante o processo de envelhecimento. Nesse contexto, analisaremos agora as Políticas Públicas de Atenção à Velhice, explorando os princípios delineados internacionalmente e nacionalmente.

3.2. Contribuição internacional para as Políticas Públicas de atenção à Velhice

Em 1982, realizou-se em Viena a primeira Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento (AME), sendo um evento fundamental para definir uma agenda de políticas públicas voltadas para as pessoas idosas. Foi um avanço, pois o envelhecimento nunca havia sido foco de atenção internacional até então. Nessa ocasião, elaborou-se o Plano de Ação Internacional de Viena sobre envelhecimento, esse plano buscou incentivar e estruturar as diretrizes e princípios fundamentais que se tornaram a base para a formulação de leis e políticas em diversos países, destacando o envelhecimento populacional como um tema central no século XXI. Trouxe como central a perspectiva de envelhecimento ativo¹⁴ e com orientações que foram baseadas na realidade e na economia dos países de capitalismo central. Com relação ao Plano de Ação,

[...] há indicação das três forças sociais de igual importância na proteção social ao idoso: o Estado, a comunidade e a família. Ao Estado, é recomendado atuar como um mecanismo regulador-planificador e como um distribuidor de incentivos e subsídios para que as outras instâncias cumpram seu papel. A comunidade, por sua vez, deve propiciar a participação desse segmento a fim de que se sintam úteis à sociedade. Já em relação à família, a recomendação é que continue sendo a primeira instância, com relação aos cuidados básicos com os idosos. *O conjunto dessas forças expressa bem as mudanças no tom das políticas públicas sociais na era neoliberal, não sendo essas políticas de responsabilidade pública, mas de um misto de responsabilidade social das empresas, das organizações não governamentais, das organizações informais (família e comunidade) e de cada indivíduo* (Teixeira, 2008, p. 188, grifo nosso).

¹⁴ “Uma das conclusões da Assembléia de Viena foi a conscientização dos países da necessidade de incorporarem nos seus planos propostas de ações que garantissem um envelhecimento saudável. A sociedade deveria ser trabalhada no sentido de adotar um conceito positivo e ativo de envelhecimento, orientado ao desenvolvimento. Isso significa uma mudança de visão do papel do idoso na sociedade” (Camarano; Pasinato, 2004, p. 266).

Já a segunda Assembleia Mundial sobre Envelhecimento¹⁵, ocorrida em Madri em 2002, foi realizada pelo reconhecimento global dos desafios trazidos pelo envelhecimento rápido da população, com o objetivo de analisar os resultados da I Assembléia e fazer revisões no Plano de Ação. Porém,

a Segunda Assembléia Mundial ocorreu em um contexto bastante diferente do de Viena. Em primeiro lugar, ressalta-se a colaboração estabelecida entre o Estado e a sociedade civil. No âmbito do conselho econômico e social da ONU, aproximadamente 700 instituições não-governamentais passaram a ter assento no seu conselho consultivo. Essa participação ocorreu em todos os temas (Camarano; Pasinato, 2004, p. 258).

Com isso, vemos que há um fortalecimento internacional para que ocorra as parcerias entre sociedade civil, o setor privado e o governo para executar ações para esse público. Há também uma perspectiva que fortalece o envelhecimento ativo e trouxe como inédito o reconhecimento da pobreza e a exclusão como os principais fatores para que a sociedade alcance uma velhice digna, entretanto, não foi pensado soluções para que se superasse tais fatores. Camarano e Pasinato (2004) ainda elucidam que o Plano de Madri formulado a partir desse encontro

[...] na verdade consiste em um plano único, geral, para uma realidade social bastante diversificada. Algumas recomendações parecem fundamentadas em um modelo pouco real, que seria o daqueles países desenvolvidos que contam com um programa de bem-estar social avançado. [...] O plano não previu recursos para o cumprimento das metas, muito embora a declaração política tenha reconhecido a dificuldade dos países pobres de se integrarem na economia global. Por exemplo, foi estabelecida uma meta de redução até 2015 de 50% da proporção de pessoas que vivem na pobreza extrema. No entanto, as condições para a sua realização não foram explicitadas. O mesmo ocorre com a meta de promoção de programas que permitam a todos os trabalhadores obter uma proteção social básica que compreenda aposentadorias, pensões, benefícios por invalidez e atenção à saúde (Camarano; Pasinato, 2004, p. 261).

Portanto, é inegável que as Assembleias Internacionais de 1982 e 2002 desempenharam um papel fundamental na formulação das legislações de inúmeros países, incluindo o Brasil. As diretrizes estabelecidas durante esses eventos

¹⁵ Outras iniciativas e medidas foram tomadas no cenário internacional em relação ao envelhecimento populacional, segundo Pessoa (2009), aconteceram: o Fórum Mundial das Organizações Não Governamentais; o Fórum Científico Internacional; o Ciclo de Diálogos 2020 sobre o futuro do envelhecimento; a apresentação do documento “Envelhecimento ativo: um marco político da Saúde” pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e; a apresentação do documento “Uma sociedade para uma população que envelhece: o desafio do emprego e proteção social” pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

moldaram significativamente as políticas públicas voltadas para essa população. Contudo, é imprescindível salientar que, as recomendações oriundas dessas convenções refletiram predominantemente as perspectivas dos países centrais. Desse modo, essa tendência de universalizar padrões sem considerar uma adaptação às peculiaridades locais, ainda que na de Madrid, haja uma indicação e preocupação com a territorialização, não contempla integralmente as nuances e desafios específicos do contexto brasileiro. A seguir, exploraremos algumas políticas de atenção à velhice no Brasil.

3.3 POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO À VELHICE NO BRASIL

No contexto brasileiro, o Estado atua conforme os ditames do modo de produção capitalista, buscando garantir o consenso da sociedade civil e evitar conflitos. Nesse papel, emerge como um agente desmobilizador das lutas da classe trabalhadora, oferecendo políticas sociais que, embora apresentadas como “respostas do estado”, para atender minimamente às reivindicações dos trabalhadores, possuem também um caráter de controle e regulação social. Simultaneamente, revela-se também como uma entidade de poder coercitivo, recorrendo a mecanismos de repressão sempre que os interesses das elites são ameaçados. Diante do exposto, entende-se que as políticas sociais são resultado da luta de classes, permeadas por processos de criação, expansão e exclusão.

O Estado periférico tem como função criar condições de reprodução para o capital, tanto imposto pela economia mundial, pelas determinações da divisão internacional do trabalho, lutas de quanto pelo estado das lutas de classes internas, que articula organicamente economia e política. [...] favorece as novas orientações da acumulação, interferindo nas condições de reprodução do capital, na hegemonia da burguesia, realizando sua unidade política e difundindo mecanismos de controle sobre as classes subalternas (Teixeira, 2008, p. 146).

Esses mecanismos de controle se manifestam de diversas formas na sociedade, afetando especialmente a classe trabalhadora e seus direitos. As condições precárias de sobrevivência a que essa classe está submetida evidenciam que o envelhecimento dos trabalhadores tornou-se um problema social diretamente vinculado ao modo de produção e reprodução da sociedade capitalista. Isto é, as

condições do processo de envelhecimento são influenciadas pelas condições econômicas, sociais e políticas do sistema capitalista em que se vive, demonstrando que o impacto do envelhecimento não se dá de forma homogênea entre os idosos.

Ao longo do século XX, as mobilizações operárias por melhores condições de vida e de trabalho levaram o Estado a reconhecer a questão social como objeto de sua intervenção. Entretanto, mesmo com esse reconhecimento, as demandas dos sujeitos que não estavam formalizados no mercado de trabalho eram transferidos para esfera da caridade. Esses sujeitos, muitas vezes idosos, dependiam da família ou de instituições filantrópicas para terem acesso a bens e serviços básicos.

Assim, as primeiras formas de proteção social para os sujeitos velhos surgem a partir de 1923. Dentre as iniciativas iniciais, destaca-se a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAPs) em setores específicos, como ferroviários e marítimos, que foi o ponto de partida da previdência social. A aposentadoria era vinculada ao regime de trabalho formal e contributivo, o que excluía grande parte da população idosa que não tinha acesso ao mercado de trabalho ou que trabalhava na informalidade. E as CAPs eram organizadas por empresas privadas e não pelo Estado. Como destaca Fleury (1994, p. 179), “revelavam a postura neoliberal do Estado que sem querer chamar a si a responsabilidade da proteção social, participava na regulação do pacto de relações entre capital e trabalho.” Desse modo, era um fundo de renda garantido ao trabalhador quando precisava se afastar da produção.

Em 1930, ocorre a regulamentação do direito trabalhista e previdenciário¹⁶, e em 1933 o Estado se coloca como responsável da proteção social e surgem os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Esses institutos, porém, eram restritos aos trabalhadores do mercado formal e vinculados às categorias profissionais, de modo que cada uma tinha o seu próprio instituto. Apenas em 1960, com a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), houve uma expansão

¹⁶Conforme Vianna (2000), “a política previdenciária faz parte do projeto Vargas de reorganização do processo de acumulação do capital, para encaminhar preventivamente o conflito capital / trabalho, em estreita ligação com a estrutura sindical corporativa em que a previdência tornou-se um instrumento de incorporação controlada, de cooptação, principalmente dos setores mais dinâmicos da economia, dos mais combativos, que deu origem a uma diversificação de poder, de benefícios e de estrutura de serviços aos IAPs, consolidando o corporativismo no mundo sindical e restringindo suas lutas por mais benefícios para cada categoria, fortalecendo o corporativismo no mundo sindical e restringindo suas lutas por mais benefícios para cada categoria, fortalecendo o corporativismo setorialistas, e não a movimentos mais amplos de lutas por políticas para o conjunto da classe trabalhadora” (Vianna, 2000, *apud* Teixeira, 2008, p. 157-158).

da cobertura previdenciária para a maioria dos trabalhadores urbanos. No entanto, trabalhadores rurais, empregadas domésticas e trabalhadores autônomos não foram contemplados, perpetuando a desigualdade no acesso aos direitos.

A discussão sobre o envelhecimento da população brasileira começou a ganhar visibilidade durante o período da ditadura militar, nas décadas de 1960 e 1970, impulsionada pelo crescimento dessa parcela da população e pela pressão de movimentos sociais. Uma das primeiras iniciativas do governo nesse sentido foi a promulgação da Lei nº 6.179/1974, que estabeleceu o amparo da previdência para os velhos em situação de pobreza com mais de 70 anos e para pessoas com deficiência.

Em 1975, ocorreram os primeiros seminários regionais para discutir sobre: “A Situação do Idoso no Brasil”, eles foram o pontapé para que ocorresse um seminário nacional em Brasília. A partir desses eventos, foi elaborado o documento “O Idoso na Sociedade Brasileira: Diagnóstico preliminar”, que sintetizou as discussões desses seminários e constatou que o país já contava com muitos programas e ações, mas ainda não tinha uma política específica de atenção para essa parcela da população. No entanto, nesses Seminários, ainda prevaleceu a ideia de que deveria haver uma divisão de responsabilidades entre a família e a comunidade, demonstrando o não entendimento do Estado como principal meio para suprir as necessidades dessa população. Lima (1999) aponta que,

[...] embora o documento reconheça que grande parte dos problemas do envelhecimento esteja relacionado à pobreza e à falta de condições sociais adequadas, a questão central a ser enfrentada passa a ser a marginalização social dos idosos, atacando não as estruturas produtivas e as formas de reprodução social da ordem produtiva, bem como o modelo de desenvolvimento econômico e social adotado, mas seus efeitos, como a marginalização social dos idosos, que implica medidas que visam atuar sobre essa dimensão ‘cultural’ do problema. Assim, elege-se a integração social, a ressocialização, capaz de reverter essa realidade de preconceitos contra os idosos, sendo privilegiada a estratégia de ação, a partir dos centros sociais urbanos, tanto porque melhor poderia combater a estigmatização e a marginalidade social dos idosos, quanto porque são soluções de baixo custo, com trabalho voluntário e com participação das entidades sociais privadas (Lima, 1999 *apud* Teixeira, 2008, p. 168).

Antes da promulgação da Constituição Federal no final dos anos de 1980, outras iniciativas relacionadas ao envelhecimento foram implementadas. Em 1974 a assistência ao idoso começa a ser administrada pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), cria-se o Programa de Assistência ao Idoso (PAI), que

depois se transformou no Programa de Apoio à Pessoa Idosa (PAPI)¹⁷. Além disso, há o empenho de organizações privadas a desenvolver atividades para essa população com a adoção de programas para a “terceira idade”. Sendo pioneiro neste âmbito os desenvolvidos pelo Serviço Social de Comercio (Sesc) e pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). Diante disso, no país consolida-se

[...] um sistema de proteção social, cujas principais características são: extrema centralização (política, institucional e financeira) das ações do governo na esfera federal; inexistência de participação social e política nos processos decisórios; predominância da lógica de auto-sustentação financeira nos investimentos sociais; processo de privatização das políticas públicas; e, como consequência das características anteriores, reduzida efetividade social das políticas (Paula, 1992 *apud* Teixeira, 2008, p. 165).

Esse sistema acaba fortalecendo as iniciativas da sociedade civil voltadas para a população idosa, já que no Brasil, é nos anos de 1970 que se iniciam as atividades do Serviço Social do Comércio (SESC)¹⁸ que desenvolveu atividades voltadas para a população velha, como a implementação de escolas abertas para a terceira idade e de centros de convivência. Essas atividades se caracterizam, como destaca Haddad (1986), e outros autores, por uma abordagem assistencialista.

O SESC não só gerou uma tradição na produção de conhecimento gerontológico na formação de técnicos na área de Gerontologia [...], mas também criou centros de documentação, publicações; promoveu espaços de debates e discussões por meio de seminários e congressos envolvendo idosos e profissionais; influenciou, com as primeiras experiências de trabalho social com idosos, a mobilização destes na defesa de direitos sociais; sensibilizou a sociedade e o Estado em relação às questões do envelhecimento; prestou cooperação técnica à órgãos públicos; participou dos canais abertos à participação dos representantes dos idosos; e difundiu um tipo de trato social com idosos, fundado em atividades socioculturais, direcionando as suas reivindicações, que se deslocam das lutas por melhores condições de vida para uma melhor qualidade de vida, subjetivada em condições materiais (lazer, educação, esporte, cultura), mascarando as as desigualdades sociais no envelhecer e a divisão das necessidades sociais em sociedades de classes (Teixeira, 2008, p. 176).

¹⁷ Este programa passa a ser responsabilidade da Legião Brasileira de Assistência a partir de 1977.

¹⁸ “Na perspectiva de tornar claros os objetivos do Sesc, merece destaque a ideologia que rege a sua criação. [...] ‘o SESC inspirava-se no princípio de que a ‘sólida paz social fundada na ordem econômica’ resultaria de de uma ‘obra educativa’ capaz de fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e de confiança (Sesc, 2008, p. 68). Portanto, a cooperação, a solidariedade entre sujeitos antagônicos e a preocupação da classe patronal com o bem-estar social dos trabalhadores e da comunidade mascararam os interesses divergentes, as causas em parte das estratégias hegemônicas do capital” (Teixeira, 2008, p. 175-176).

Diante disso, a autora destaca o papel do SESC como uma instituição que conquistou o reconhecimento da sociedade pelas suas ações voltadas ao público idoso. O SESC não apenas mobiliza profissionais e idosos em torno de suas lutas, mas também exerce influência significativa sobre as legislações voltadas a essa população, sendo capaz de interferir na caracterização das formas de envelhecimento. Dessa maneira, torna-se um instrumento do sistema político vigente, transferindo para a sociedade a responsabilidade pelo processo de envelhecimento, enquanto o Estado se exime de suas obrigações.

Essa influência institucional tem implicações diretas na forma como as categorias de “terceira idade”, “melhor idade”, “idoso” e “velho” são percebidas na sociedade. O SESC não apenas contribuiu para a construção dessas categorias, mas também moldou a forma como são interpretadas, afetando diretamente as políticas públicas relacionadas ao envelhecimento. Assim, a sociedade ao assumir a responsabilidade do envelhecimento, também absorve as categorias moldadas pelo SESC, influenciando as percepções e interpretações dos sujeitos velhos e da velhice na modernidade.

Nos anos de 1980 e 1990, o envelhecimento foi finalmente inserido na agenda política e social do Estado. Como explicitado esse espaço foi conquistado pela luta da classe trabalhadora, mas também foi fortalecido pela

[...] revolução demográfica mundial, com o aparecimento do fenômeno da longevidade, também em países em desenvolvimento, como o Brasil, quanto à força dos grupos de pressão como movimento de aposentados e pensionistas, as diversas organizações da sociedade civil, organismos internacionais, responsáveis pela vocalização do envelhecimento, sob a influência da Gerontologia Internacional, principalmente norte-americana, cuja orientação influenciará o modo de interpretar a problemática do envelhecimento e as políticas sociais (*Ibid.* p. 171).

A Constituição Federal de 1988 representou uma ruptura com a visão assistencialista para o tratamento da velhice, ao reconhecer alguns direitos dos idosos. Entre as garantias estabelecidas, destaca-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que assegura o recebimento de um salário mínimo à pessoa idosa sem meios de sustento próprio ou familiar. A Constituição também ampliou a concepção de seguridade social, integrando saúde, previdência e assistência social, o que reforçou a proteção aos idosos no Brasil.

Por meio dela, também foi estabelecido que é dever da família, da sociedade e do Estado amparar os velhos, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar social e garantindo-lhes o direito à vida (Brasil, 1988). Entretanto, percebe-se uma hierarquia nesse compromisso, em que prevalece a concepção difundida na sociedade de que a principal responsável pelo bem-estar do sujeito idoso é a família. Se a família não puder garantir, cabe à sociedade apoiar os idosos, e somente em último caso o Estado deve intervir, muitas vezes com a visão de oferecer o mínimo para a reprodução social desse grupo.

No entanto, as mudanças estabelecidas na Constituição não foram efetivadas, já que se inicia um processo de contrarreformas, influenciado pela perspectiva neoliberal, marcado pelo momento de ofensiva do capital. Assim, difunde-se a ideia que é preciso superar os déficits públicos e reformar o Estado para o avanço da sociedade, mas, na verdade, isso foi uma estratégia do capital para superar seu momento de crise nos anos de 1990 e também para enfrentar as expressões da Questão Social. Desse modo, optou por (re-)acionar a solidariedade da sociedade civil, usando a solidariedade entre as classes, o voluntariado e a caridade como instrumentos para desresponsabilizar o Estado de suas obrigações com a sociedade, negando assim os direitos e, conseqüentemente, fazendo com que o Estado se encolhesse ainda mais para o social e se ampliasse para burguesia.

O discurso primordial dessa atitude é de expansão da esfera pública, em que defende-se a necessidade de uma complementaridade entre a esfera pública e a privada para enfrentar os problemas que afetam a sociedade. Defende-se que as refrações da Questão Social devem ser repassadas para outras instâncias. E, a partir das ações emolduradas nesta lógica, há o fortalecimento da perspectiva que atribui ao sujeito a responsabilidade pelo seu próprio processo de envelhecimento. Essa perspectiva individualista desconsidera os fatores sociais, econômicos e de saúde que influenciam esse processo. Quando o sujeito não consegue lidar sozinho com os desafios do envelhecimento, a responsabilidade acaba sendo limitada para a família ou instituições filantrópicas, revelando uma lacuna nas políticas públicas, que deveriam oferecer um suporte mais abrangente e eficaz para essa população.

Todo esse processo tem como objetivo manter a hegemonia da classe dominante, já que como salienta Teixeira (2008, p. 179) “reconhece-se a necessidade de combater as manifestações da ‘questão social’, mas de modo que

não ataque os fundamentos da sociedade burguesa”. Nesse sentido, a classe hegemônica conta ainda com a ajuda das agências internacionais, que também têm influenciado nas reformulações das políticas e nas diretrizes dos países periféricos, como é o caso brasileiro. Dessa maneira, reforça-se a ideia de que, para o país ingressar na nova ordem social, é preciso reduzir os gastos públicos, reformar o sistema de proteção social, terceirizar os serviços, entre outras medidas, para minimizar ao máximo as funções do Estado. Essa lógica neoliberal tem impactos diretos sobre a forma que a velhice será tratada.

Diante desse cenário, o Estado passou por uma refuncionalização, resultando na flexibilização das leis e no desmonte das políticas sociais, que se tornaram focalizadas e seletivas, em contraste com o caráter universal previsto pela Constituição Federal de 1988. Apesar desse retrocesso, foi promulgada em 1994, e regulamentada em 1996 a Política Nacional do Idoso (PNI) pela Lei nº 8.842, de 04 de janeiro. Essa normativa legitimou a atuação e execução da sociedade civil nas refrações do processo de envelhecimento. É nesse sentido, que Teixeira (2008) enfatiza que o Estado desempenha predominantemente o papel de regulador e colaborador financeiro da política.

A PNI, em seu artigo 1º, destacou a necessidade de "assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para prover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade", além de definir que a pessoa com 60 anos ou mais seria considerada idosa. Essa política reafirmou o preceito constitucional contido no artigo 230 da CF/1988, que atribui à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade pela participação efetiva do idoso na comunidade e pela garantia de seu bem-estar. No entanto, ao colocar a família em primeiro plano, reforça-se a ideia de que ela é a principal responsável por esses sujeitos.

Essas mudanças legislativas representaram avanços importantes na transição de uma mentalidade assistencialista para uma perspectiva que busca o reconhecimento e a garantia dos direitos da população envelhecida no Brasil. Contudo, a predominância da responsabilidade familiar revela ainda a insuficiência das políticas públicas no atendimento integral das necessidades dessa parcela crescente da população.

Em 1999 foi promulgada a Política Nacional de Saúde do Idoso¹⁹, atualmente denominada de Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, buscou estabelecer como uma de suas diretrizes a promoção do envelhecimento ativo e saudável, de acordo com as recomendações da Organização das Nações Unidas. Cabe-nos esclarecer que essas recomendações vão ao encontro das características que circundam o termo “terceira idade”, que, como ressaltado, tem por princípio a difusão da ideia do idoso ativo como condição primordial para se alcançar uma velhice saudável, de acordo com as recomendações da Organização das Nações Unidas.

Após anos da lei que instituiu a PNI, a Lei nº 10.741, de 10 de outubro de 2003, institui o Estado do Idoso, que foi fruto de intensa mobilização do movimento social dos idosos e de várias críticas à não efetivação da Política Nacional do Idoso. É preciso destacar que em 2022 uma nova alteração legislativa determinou que, em todas as leis, as expressões “idoso” e “idosos” fossem substituídas por “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Assim, o Estatuto passou a ser chamado de Estatuto da Pessoa Idosa. Esse documento estabelece os direitos e deveres dos cidadãos com 60 anos ou mais, bem como as responsabilidades do Estado e da sociedade na garantia desses direitos, entre eles o dever do Estado em garantir o direito à vida e à saúde, por meio da efetivação de políticas públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições dignas (Brasil, 2003). Contudo, tal como a Política Nacional do Idoso, para atender as demandas da população ainda recorre ao setor privado, havendo uma oscilação entre público e privado e uma recorrência à sociedade para o desenvolvimento de ações e prestações de serviços a essa população.

Mesmo com a promulgação do Estatuto da Pessoa Idosa, a tendência predominante foi a promoção do envelhecimento ativo, enfatizando a importância do lazer e das atividades físicas para um “envelhecimento saudável”. Isso levanta a questão que esse conceito de “envelhecimento ativo”, está fortemente associado à produtividade e ao lucro por trás desse processo, pois, não se considera a diversidade de situações vividas pelas pessoas velhas. Será que os velhos que sobrevivem do mínimo terão oportunidade de desfrutar desse envelhecimento ativo?! Esse conceito, tem buscado homogeneizar as formas de velhice, ignorando a

¹⁹ “A finalidade primordial da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim” (Brasil, 2006).

realidade de que não existe apenas uma velhice, mas sim múltiplas formas de envelhecer, ou seja, temos velhices diferentes, como destaca Beauvoir (1970). Além disso, é preciso mencionar sobre as diferenças de gêneros, pois “a velhice não tem o mesmo sentido nem as mesmas consequências para os homens e para mulheres” (Beauvoir, 2018, local. 86). Conforme supracitado, o envelhecimento é heterogêneo, sendo influenciado pelas condições de vida que englobam aspectos como acesso à saúde, educação, moradia, trabalho e outros.

Diante disso, o reconhecimento do envelhecimento como um problema social, isso é, uma expressão da Questão Social, e, conseqüentemente, como responsabilidade do Estado é resultado da luta dos movimentos dos trabalhadores por melhores condições de vida. As políticas públicas que emergem desses contexto são frutos de um jogo político de interesses - entre a classe trabalhadora e a classe burguesa.

Porém, é importante destacar que o Estado apenas assume a responsabilidade pelo processo de envelhecimento da população brasileira duas décadas após a iniciativa do SESC. Esse processo é caracterizado por uma lógica de interesses que envolve tanto o Estado quanto a iniciativa privada. Nesse contexto, o SESC desempenha um papel pioneiro ao implementar políticas voltadas aos idosos, antecipando em duas décadas a atuação estatal nessa área. A partir dessa iniciativa privada, estrutura-se a base das políticas nacionais para os idosos no Brasil. Sendo assim, todos os serviços e marcos legais foram marcados por uma perspectiva da velhice ativa e bem sucedida, expressa em terminologias como “terceira idade”, “melhor idade” e “idade feliz”, e por ações de educação permanente e de lazer para o “bem envelhecer”. Essas terminologias e políticas, centradas na educação permanente e no lazer, não apenas moldaram a concepção ideal de envelhecimento, mas também foram moldadas por essas mesmas concepções sociais.

Essa relação mútua entre políticas, terminologias e o imaginário social resulta em uma visão idealizada do envelhecimento, a qual não leva em conta as complexidades e desigualdades da realidade socioeconômica e cultural. Ao adotar essa abordagem, o Estado, ao adotar essa perspectiva, obscurece as desigualdades de classe que permeiam esse processo, apresentando-o como se fosse homogêneo para toda a população. Ao responsabilizar o sujeito e sua família pelo

envelhecimento, ignora-se a influência de fatores sociais e econômicos cruciais, o que culmina no que Debert (1999) chama de “reprivatização da velhice”.

Nesse sentido, Solange Teixeira (2008) destaca como os programas sociais contemporâneos destinados aos sujeitos velhos acabam fortalecendo uma mentalidade privacionista no tratamento das expressões da Questão Social, onde a caridade e a privatização se tornam as principais respostas aos desafios enfrentados por essa parcela da população. Essa abordagem, por sua vez, resgata a ideia de solidariedade e voluntariado por parte da sociedade civil, sem, no entanto, questionar as causas estruturais do envelhecimento, perpetuando as raízes históricas das desigualdades que afetam esse grupo.

Desse modo, a autora também ressalta que o Estado, ao optar por uma abordagem assistencialista que enfatiza a “ajuda solidária” e “voluntária”, acaba por descaracterizar os direitos sociais. Isso faz com que os sujeitos não os reconheçam como direitos, mas sim como ajuda, favor e bondade. Porém, é preciso destacar que eles -direitos- representam uma entrave para a expansão do sistema capitalista globalizado, que visa prioritariamente a acumulação de riquezas e aumento dos lucros. Assim,

ficam evidentes, nesta análise, três demarcações importantes sobre cultura privacionista difundida pelos programas sociais para o idoso: a) a histórica “simbiose” entre o público e privado na atenção ao trabalhador que envelhece, que tende a reafirmação da responsabilidade individual como forma de enfrentamento da problemática social do envelhecimento e a negação de direitos; b) a retórica capitalista que homogeneiza o envelhecimento do trabalhador na formulação da “terceira idade”, a partir de uma cultura auto preservacionista que nega a problemática social da velhice e dissimula as reais necessidades humanas nessa fase da vida; c) a redefinição e expropriação do tempo livre, de lazer e de prazer do idoso, transmutado em tempo de consumo de bens e serviços mediados pela necessidade de novos comportamentos, atitudes, sentimentos diante de si e do mundo (*Ibid.*, 2008, p. 19).

O primeiro ponto destaca a relação histórica entre o setor público (Estado) e o setor privado no cuidado com essa população. Em vez de fornecer diretamente esses serviços, o Estado muitas vezes financia ou delega essa responsabilidade para entidades privadas, como ONGs e organizações filantrópicas. Nesse cenário, a sociedade civil é chamada a preencher as lacunas deixadas pelo Estado. E assim, a cultura privacionista tende a colocar a responsabilidade principal de enfrentar o envelhecimento no próprio idoso (ou sua família). Isso acontece na medida em que

as políticas sociais essenciais são reduzidas ou ausentes, levando à negação dos direitos fundamentais dessa população.

O discurso capitalista, como vimos no decorrer das discussões anteriores, tenta padronizar o envelhecimento do trabalhador, criando novos termos para nomear esse processo. Um deles é a concepção de “terceira idade”, que ignora as desigualdades sociais e as condições de vida que determinam as diferentes formas de envelhecer. Nessa visão, o lazer e as atividades físicas são apresentados como elementos centrais para um envelhecimento ativo, mas sem levar em conta as disparidades econômicas e de saúde que afetam diversos grupos dessa população. Essa perspectiva, além de fortalecer uma “velhice fictícia”, reproduz preconceitos e estigmas sobre os idosos que vivem na velhice real, que é apagada por essas categorizações.

Teixeira (2008) ainda aponta que o envelhecimento é mercantilizado pela redefinição e expropriação do tempo livre, lazer e prazer dos idosos, pois, o mercado transforma o tempo livre desse grupo social em uma oportunidade de consumo, exigindo que eles adotem novos comportamentos e atitudes para se adequar à essa perspectiva de envelhecimento. Assim, o tempo livre dos idosos é transformado em uma oportunidade de consumo, impulsionada pela necessidade de adotar novos comportamentos para se encaixar nas demandas do mercado. Há ainda uma constante pressão sobre esses sujeitos para que se conformem a essas expectativas econômicas, que aumenta as desigualdades e exclui aqueles que não podem participar desse modelo de consumo.

Portanto, as demarcações de Solange Teixeira ressaltam a importância de uma análise crítica das políticas públicas voltadas para os idosos. É fundamental questionar as estratégias que foram adotadas e avaliar como elas podem estar perpetuando a desigualdade e a exclusão, já que como se sabe essas políticas não são suficientes para garantir uma velhice com qualidade de vida digna. Embora reconheça-se os limites das políticas de atenção à velhice, suas legislações avançaram e mobilizaram o tema do envelhecimento na agenda política, é preciso continuar lutando para que sejam aperfeiçoadas e abarque as demandas dessa população. Não se pode esquecer que, vivemos em constante momentos de lutas, pois,

tem-se assistido à obsessão neoliberal em garantir o ajuste fiscal em detrimento dos direitos, com o congelamento de gastos sociais em áreas como a saúde e educação, contrarreformas previdenciárias e trabalhistas, entre outras. Essas medidas influenciam diretamente na forma como a população irá envelhecer, principalmente nas classes e grupos subalternos (Barros; Neves, 2022, p. 191).

Por fim, essa conjuntura destaca a necessidade de uma luta contínua para que as políticas voltadas à velhice sejam verdadeiramente eficazes, promovendo um envelhecimento mais justo e digno. Para que se alcance a equidade nesse processo para todos os sujeitos velhos da sociedade, exige, portanto, não apenas ajustes pontuais, mas uma transformação estrutural na sociedade. Sem essa mudança, as políticas continuarão a reproduzir desigualdades, perpetuando uma visão que negligencia as condições socioeconômicas e culturais que impactam os sujeitos envelhecidos, especialmente os da classe trabalhadora.

4 ALÉM DAS PALAVRAS FALADAS: ANALISANDO AS NARRATIVAS SOBRE SER “VELHO” E VELHICE EM SANTANA DO GARAMBÉU

Eu não tenho mais a cara que eu tinha
 No espelho essa cara já não é minha
 Mas é que quando eu me toquei, achei tão estranho...
 (Titãs)

Neste capítulo, apresenta-se o local de pesquisa e as pessoas que deram voz às reflexões aqui tecidas. As discussões estão organizadas em três eixos principais. O primeiro, “Percepções e significados do envelhecimento”, analisa as diferentes formas pelas quais os idosos atribuem significado ao processo de envelhecer, evidenciando as tensões entre a autoimagem e as expectativas sociais. O segundo, “Entre direitos e desinformação: o desconhecimento das políticas públicas na vida das pessoas idosas”, discute como a falta de acesso à informação e a precariedade das políticas públicas agravam a exclusão e invisibilidade desses sujeitos. Por fim, “Terminologias em torno do envelhecimento e a realidade”, investiga o impacto dos termos sobre a velhice e como essas nomenclaturas influenciam as vivências desses sujeitos.

4.1 Santana do Garambéu: Um pedacinho do céu

Santana do Garambéu, carinhosamente apelidada de “um pedacinho do céu”, está situada na microrregião do Alto Rio Grande, é um município que se encontra entre a Serra da Mantiqueira²⁰ e os Campos das Vertentes, em Minas Gerais. O município está situado na Zona da Mata Mineira, entre Barbacena, Lima Duarte, Andrelândia e Piedade do Rio Grande.

A história da cidade remonta à primeira metade do século XVIII²¹, um período definido pela efervescente corrida do ouro ao longo das margens do Rio Grande. Documentos históricos indicam que Luis Garambeo Martins, um bandeirante natural

²⁰ Região que foi genericamente denominada de como borda do campo. (BÔSCARO, Ana Paula. 2016, p.25)

²¹ “Consta nos arquivos do Museu Cultural do Município, que a construção da Capela de Santana, ocorreu nos meados do século XVIII, assim como o registro do antigo povoador ‘Capitão José Viçoso.’ (IBGE, 2023) Disponível em: [IBGE | Cidades@ | Minas Gerais | Santana do Garambéu | História & Fotos](#)

de Lisboa, Portugal, foi o pioneiro a fixar-se na região, estabelecendo-se com a construção do Sítio Garambeo em 1730 (Miranda, Marcos. 2018).

A evolução de Garambeo de um povoado para um distrito ocorreu em 1836, sob a Lei nº 52, e somente mais de um século depois, em 1962, foi que o distrito ascendeu à categoria de município, adotando o nome de Santana do Garambéu.

A origem do nome da cidade é envolta em mistério e debate. Segundo relatado no portal da Prefeitura de Santana do Garambéu, uma das narrativas sugere que a denominação está ligada à construção de uma capela dedicada a Sant'Ana no século XVIII. A qual o Capitão José Viçoso, sentiu a necessidade de um local de culto para os moradores da região e, em 1754, obteve permissão do bispo de Mariana para construir a capela. Concluída em 1755, a capela foi dedicada a São José e Sant'Ana e serviu como filial da paróquia da Borda do Campo (de Barbacena).

Outra teoria sobre a origem do nome do município remonta ao Ciclo do Ouro, sugerindo que a cidade pode ter se desenvolvido em torno de uma capela construída por Antônio Garambéu, um bandeirante que teve sucesso em suas explorações na região. A capela, dedicada a Nossa Senhora Sant'Ana, teria sido o núcleo em torno do qual a cidade de Santana do Garambéu se formou, refletindo a devoção do fundador à santa.

Assim como ocorre em muitas cidades de Minas Gerais, o nome do município tem suas raízes na tradição religiosa, um aspecto que continua a exercer uma influência significativa no cotidiano dos cidadãos. Esse traço cultural pode ser observado não apenas nas práticas religiosas, mas também na estrutura das festividades e nas relações sociais, que tendem a ser moldadas por valores conservadores e comunitários. No entanto, a análise econômica e demográfica da cidade revela um cenário que vai além dessas tradições, evidenciando desafios estruturais que afetam diretamente a qualidade de vida da população.

Com base nos dados apresentados pelo IBGE²², com relação ao mercado de trabalho do município, o percentual de população ocupada em 2022 é de apenas 13,99%, o que reflete um mercado de trabalho formal muito restrito. Esse dado sugere que a maior parte da população ou está fora do mercado de trabalho formal ou está envolvida em atividades informais. O número absoluto de pessoas

²² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-do-garambeu/panorama>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

ocupadas, 299, é muito baixo, especialmente considerando o tamanho da população total. Isso indica desafios como falta de oportunidades de emprego formal, baixa diversificação econômica e uma provável dependência de atividades de subsistência.

Quanto ao rendimento dos moradores, o dado de 2010 aponta que 42,5% da população tinha rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, é alarmante, indicando um alto nível de pobreza. Apesar de esse dado ser de 2010, ele reflete uma realidade histórica de baixa renda no município, o que pode ter se perpetuado até 2022, visto que o salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2022 era de apenas 1,8 salários mínimos. Isso evidencia uma desigualdade econômica profunda, onde quase metade da população sobrevive com rendimentos que limitam o acesso a bens e serviços essenciais,

A análise demográfica mais recente, realizada pelo IBGE em 2022, estima uma população de 2.137 indivíduos, composta por uma ligeira maioria masculina de 1.077 homens em comparação com 1.060 mulheres. Destaca-se o fato de que 516 idosos compõem essa população, divididos igualmente entre 228 mulheres e 228 homens, representando 24,14% do total. Esse cenário é indicativo de um município altamente envelhecido, muito além do critério mínimo de 14%²³ estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para classificar uma população como envelhecida. Esses dados revelam um fenômeno que se alinha com tendências globais: o do envelhecimento populacional. Somado a isso, a migração de jovens em busca de melhores oportunidades econômicas em outras regiões contribui para que os pequenos municípios, como esse, apresentem maior número de pessoas idosas.

Diante desse cenário, é evidente que o município enfrenta desafios complexos, tanto no que diz respeito à inclusão produtiva quanto à gestão de uma população envelhecida. A necessidade de políticas públicas que contemplem tanto a criação de oportunidades de emprego quanto a oferta de serviços e suporte à população idosa é necessária. Promover um envelhecimento digno e inclusivo exige não apenas a reestruturação das políticas locais, mas também um diálogo contínuo com os idosos, a fim de assegurar que as soluções implementadas sejam eficazes e

²³Disponível em: https://www.gov.br/mds/ptbr/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mds-lancadiagnostico-sobre-envelhecimento-e-direito-ao-cuidado/Nota_Informativa_N_5.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

equitativas. Além disso, é fundamental compreender que apenas uma transformação na estrutura da sociedade poderá, de fato, proporcionar a todos essas condições.

Portanto, o número elevado de idosos no município não é apenas um indicativo demográfico, mas também um sinalizador para políticas públicas que devem ser adaptadas para atender às demandas de uma população que está vivendo mais. Isso implica em uma reflexão crítica sobre como as estruturas sociais e econômicas estão preparadas para responder a essa mudança. Assim, esse processo deve ser orientado por uma visão que reconheça e respeite a diversidade e complexidade do envelhecimento na cidade, garantindo que todos os sujeitos velhos tenham acesso a uma qualidade de vida digna e inclusiva.

4.2 Processo da coleta de dados

Para a realização das entrevistas foram selecionados idosos que atenderam aos seguintes critérios pré-estabelecidos: ter 60 anos ou mais, ser independente ou semi-dependente, possuir capacidade de resposta e residir no município de Santana do Garambéu - MG. A amostra foi determinada pelo critério de saturação, que permite identificar o ponto em que novas informações não mais acrescentam valor ao estudo. Utilizou-se a técnica de amostragem bola de neve para a seleção dos participantes, onde os participantes iniciais, selecionados conforme os critérios estabelecidos, indicaram outros idosos.

É necessário esclarecer que os entrevistados compõem um grupo bastante heterogêneo. Diante desse cenário, destaca-se um dos participantes que difere dos demais por ter ensino superior completo e receber aproximadamente oito salários mínimos: trata-se do senhor Zacarias, 66 anos, negro, servidor público aposentado. Optei por mantê-lo no estudo devido à riqueza de suas contribuições e à sua capacidade de expressão, que enriqueceram significativamente o estudo, proporcionando reflexões importantes. É relevante ressaltar que os nomes utilizados são pseudônimos, escolhidos pelos próprios entrevistados. Contudo, durante a organização dos dados, notou-se que haveria duas participantes chamadas Mariana. Diante desse impasse, optamos por selecionar um codinome alternativo para uma delas, evitando repetições.

Buscando compreender melhor a composição do grupo e facilitar a identificação dos entrevistados ao longo do uso dos fragmentos de suas narrativas²⁴ nas próximas seções desta dissertação, apresentamos, antes da análise de seus perfis, um quadro, onde ressaltamos os traços que consideramos importantes para (re)conhecê-los.

²⁴ “Entendo por narrativa o texto de origem vocal, construído pelo narrador e pelo entrevistador, que retrata tanto o mundo mais coletivo quanto o mais individual, e que é construído a partir de memórias e experiências” (Cunha, E. S. da., 2014, p.30).

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

Nome	Gênero	Raça	Idade	Religião	Escolaridade	Profissão	Renda	Proveniente de
1 Joaquina	Feminino	Branca	66	Católica	Médio incompleto	Professora	2.000,00	aposentadoria e pensão
2 Carlos	Masculino	Preta	60	Católica	Fund. incompleto	Motorista	2.000,00	aposentadoria
3 Saturnina	Feminino	Parda	73	Católica	Fund. incompleto	Do lar	1.412,00	pensão
4 Riana	Feminino	Branca	72	Católica	Fund. completo	Do lar	1.412,00	aposentada
5 José Antônio	Masculino	Branca	80	Católica	Sem escolaridade	Lavrador	1.412,00	aposentado
6 Angélica	Feminino	Branca	73	Católica	Médio incompleto	Professora	5.648,00	aposentada
7 Pietra	Feminino	Preta	72	Católica	Fund. incompleto	Doméstica	1.412,00	aposentada
8 Sebastião	Masculino	Parda	62	Católica	Fund. incompleto	Lavrador	1.412,00	aposentado
9 Domingos	Masculino	Parda	86	Católica	Sem escolaridade	Lavrador	1.412,00	aposentado
10 Mariana	Feminino	Parda	82	Católica	Fund. incompleto	Cantineira	1.412,00	aposentada
11 Zacarias	Feminino	Parda	66	Católica	Superior completo	Servidor Púb.	11.296,00	aposentado
12 Maria das Graças	Feminino	Branca	73	Católica	Fund. incompleto	Doméstica	1.412,00	aposentada
13 Gerônimo	Masculino	Preta	70	Católica	Fund Incompleto	Lavrador	1.412,00	aposentado em atividade
14 Tiziu	Masculino	Preta	75	Católica	Fund. Incompleto	Lavrador	1.412,00	aposentado

15 Misgo	Masculino	Branca	69	Católica	Médio completo	Pedreiro	2.400,00	aposentado em atividade
16 Esmeralda	Feminino	Parda	69	Católica	Fund. Incompleto	Professora	3.250,00	aposentada
17 Gatinho	Masculino	Branca	71	Católica	Fund. Incompleto	Pedreiro	1.412,00	aposentado
18 Ailton	Masculino	Branca	60	Católica	Superior Completo	Func. púb.	2.824,00	aposentado em atividade
19 Aparecida	Femino	Parda	61	Católica	Fund. incompleto	Doméstica	1.412,00	pensão

Fonte: Elaborado pela autora(2024)

4.2.1 Perfil dos participantes

A composição do grupo é diversificada, abrangendo diferenças de idade, gênero, raça, escolaridade e renda, elementos que permitem compreender as distintas realidades vividas por cada sujeito no processo de envelhecimento. Contudo, essa diversidade também reflete as disparidades socioeconômicas e culturais que caracterizam o Brasil, afetando diretamente a qualidade de vida na velhice.

O grupo de participantes é composto por 19 idosos, sendo 10 homens e 9 mulheres. As idades variam de 60 anos a 86 anos, com uma média de idade de 72 anos para homens e 74 anos para as mulheres. A idade média das mulheres, reflete na maior longevidade feminina observada na população em geral.

Outro aspecto relevante diz respeito à escolaridade dos participantes. Dos 19 idosos, 2 homens não possuem escolaridade, enquanto 11 têm o ensino fundamental incompleto (6 mulheres e 5 homens). Apenas uma mulher concluiu o ensino fundamental. No que tange ao ensino médio, duas mulheres não o concluíram, e apenas um homem possui essa etapa completa da educação formal. Por outro lado, apenas dois homens possuem ensino superior completo. Este fator é determinante na qualidade de vida na velhice, influenciando diretamente o tipo de ocupação que puderam desempenhar ao longo de suas vidas e, conseqüentemente, suas condições econômicas atuais. É importante reconhecer que, a baixa escolaridade está diretamente ligada à ocupação e à renda, reforçando o ciclo de pobreza que afeta a maioria dos sujeitos velhos brasileiros. Essa falta de acesso à educação formal limita o acesso a melhores oportunidades de emprego ao longo da vida e, conseqüentemente, a uma aposentadoria digna. A diferença entre os poucos que completaram o ensino médio e superior e a grande maioria com baixa escolaridade reflete o impacto profundo da educação nas condições de vida dos idosos, uma vez que os mais escolarizados tendem a ter melhores rendimentos e maior segurança econômica na velhice.

A análise da renda entre os participantes reforça essa percepção. Do total, 12 idosos (6 homens e 6 mulheres) possuem rendas inferiores a R\$ 2.000,00, refletindo a inserção em atividades de baixa remuneração, como lavradores e trabalhadoras do lar, ou então a ausência de trabalho remunerado, o que denota a precariedade

que caracteriza grande parte da população idosa no Brasil. Apenas 5 idosos (3 homens e 2 mulheres) possuem rendas entre R\$2.000,00 e R\$3.250,00, provenientes de ocupações como professores, pedreiros e funcionários públicos. Destaca-se que apenas dois idosos possuem uma renda mensal mais elevada: uma mulher que recebe R\$5.648,00, tendo se aposentado como diretora após uma carreira como professora, e um homem com renda de R\$11.296,00, ex-funcionário público com formação superior completa em filosofia. Esses dados salientam a disparidade entre os idosos que tiveram melhores oportunidades educacionais e profissionais e aqueles que enfrentaram condições de trabalho precárias.

Em termos ocupacionais, 5 participantes foram lavradores, 3 professoras, 3 trabalhadoras do lar, 2 pedreiros, 1 cantineira, 1 motorista, 1 servidor público, 1 funcionário público e 2 mulheres que nunca exerceram trabalho remunerado. A predominância de lavradores e trabalhadoras domésticas reflete a realidade da população idosa brasileira, marcada por trajetórias em ocupações historicamente desvalorizadas e precarizadas. Essas ocupações, além de mal remuneradas, oferecem pouca ou nenhuma proteção social, o que contribui para uma aposentadoria insuficiente ou inexistente.

Entre os entrevistados, 16 são aposentados, 2 são pensionistas e 1 recebe tanto aposentadoria quanto pensão. Esses dados revelam uma dependência significativa da população idosa em relação aos benefícios previdenciários, uma realidade comum no Brasil, onde a aposentadoria muitas vezes se torna a principal, senão a única, fonte de renda para a maioria das pessoas idosas. No entanto, a baixa remuneração das aposentadorias, combinada com as precárias condições de trabalho enfrentadas ao longo da vida, resulta em valores insuficientes para garantir um envelhecimento com qualidade de vida.

Esses dados revelam as intensas desigualdades que permeiam o processo de envelhecimento no Brasil. As questões de gênero, raça, educação e classe social se entrelaçam para determinar as condições de vida na velhice, criando um panorama de maiores dificuldades entre os mais pobres, menos escolarizados e, especialmente, entre as mulheres. Desse modo, a trajetória dos participantes desta pesquisa, portanto, não pode ser compreendida isoladamente, mas como resultado de um contexto histórico e social que perpetua desigualdades e limita o acesso a direitos fundamentais.

4.3 Percepções e Significados do Envelhecimento

Para entender a experiência do envelhecimento, é essencial reconhecer que ela é moldada por uma série de fatores interconectados que definem as diferentes formas de vivenciar essa etapa da vida na sociedade. A vivência da velhice não se limita apenas aos aspectos biológicos, mas é influenciada por contextos sociais e econômicos que determinam como os indivíduos experienciam essa fase. A posição que uma pessoa ocupa nas estruturas de produção e reprodução social desempenha um papel fundamental na maneira como a velhice é vivenciada e compreendida. Em vez de ser uma simples condição biológica, a velhice é uma construção social, refletindo as relações e as dinâmicas da sociedade. Reconhecer essas influências sociais é crucial para uma compreensão mais abrangente e rica sobre envelhecimento.

Assim, durante as entrevistas, foi possível confirmar que o processo envelhecimento é demarcado pelos entrevistados a partir de uma visão multifacetada, abordando tanto os aspectos positivos quanto os desafios que acompanham essa fase da vida. Os idosos expressaram suas perspectivas individuais sobre o envelhecer e ser velho, permeadas por suas experiências e crenças. Os trechos das entrevistas destacados a seguir são bastante significativos neste sentido: eles trazem em suas construções uma perspectiva naturalizante da velhice como algo que os acontecem com o passar do tempo e, desta forma, segundo pode ser percebido nos trechos destacados, o correr dos anos é que torna o corpo e a mente cansados, desgastados, adoecidos, sem liberdade, desobedientes. Embora expressem em palavras que a velhice não acontece de uma hora para outra, descrevem que esta os “pegam” de surpresa - *“E ela vai chegando na gente, a ... sem a gente vê”*; demarcam-a cronologicamente - *“sessenta anos”*. Nos trechos destacados e em outros, concebem valores positivos ou negativos a esta etapa da vida a partir de parâmetros individuais de valores e até mesmo graça concebida — *“Graças a Deus!”* Não a concebem como resultante de condições muito diferentes e essencialmente desiguais que perpassam o processo de envelhecimento - do nascimento à morte - dos sujeitos na sociedade capitalista. E é assim, por exemplo, que o senhor Gerônimo (70 anos, preto, lavrador aposentado em atividade) afirma que *“— envelhecer é... é.... o... é o jeito da gente viver, né?!”* e ainda que *“ — a velhice pra quem fica velho, pra quem gosta de trabalhar, ela chega*

sem a pessoa ver”, sem demonstrar ciência de que é o trabalho alienado, nesta sociedade, o principal responsável pelo adoecimento físico e mental do sujeito trabalhador no decorrer dos anos da sua vida.

Sem desconsiderar as reflexões anteriores, é necessário pontuar que alguns dos entrevistados trazem em suas construções de pensamento trechos que parecem capturar a essência do envelhecimento como um processo, por exemplo quando a senhora Riana (72 anos, branca, nunca exerceu trabalho remunerado, aposentada) que define a velhice a partir da seguinte construção: “— *vai indo ... vai indo... vai indo aos poucos*”. Aqui ela deixa clara a percepção de que cada dia que passa, aproxima-nos um pouco mais da velhice, em um ritmo constante e muitas vezes quase imperceptível. Ou, ainda, a senhora Esmeralda (69 anos, parda, professora aposentada) que afirma que “— *os anos vão passando, né, e a gente vai envelhecendo*”. É importante reconhecer que o processo de envelhecimento varia significativamente entre os sujeitos, sendo particularmente precoce para aqueles da classe trabalhadora. Frequentemente submetidos a condições de trabalho adversas e sem acesso às condições necessárias para uma vida saudável, esses trabalhadores tendem a sentir os efeitos tidos como próprios da velhice mais cedo do que os que têm maiores e melhores acesso a bens e serviços e aos pertencentes à classe burguesa. A atenção a essas disparidades é crucial para entender as diferentes e desiguais experiências de envelhecimento.

Retornando as construções que tecem em relação ao processo de envelhecimento e velhice, as representações construídas em torno dessa etapa da vida e como a vivenciam e percebem, outra relação bastante comum em entrevistas com este intuito e que também aparece nas narrativas coletadas neste, é a associação imediata e simples entre “envelhecimento” e idade cronológica, marco exato do “início do fim”. Vejamos o trecho destacado da entrevista do senhor Misgo (69 anos, branco, pedreiro aposentado em atividade): “ — *Envelhecer é que a idade está chegando, assim, né?! O envelhecimento é esse, ninguém passa, né?! Tá chegando o fim! O envelhecimento é tá chegando o fim!*” Cabe-nos destacar que, conforme afirma Berzins (2009), o envelhecimento não é aquilo que acontece aos que têm “mais idade”, visto ser um processo irreversível e universal, como reconhecido pelo senhor Misgo “ - ninguém passa” - ao qual estamos submetidos desde o momento em que nascemos. Ainda segundo tal autora, envelhecemos porque vivemos. No entanto, esse processo, muitas vezes, é percebido de maneira

fragmentada, como se houvesse uma divisão clara entre a juventude e a velhice. Ao reconhecer o envelhecimento como um processo contínuo, podemos compreender melhor a sua complexidade e a sua presença em todas as fases da vida. E, como complementa o próprio senhor Misgo, “— *Então o tempo vai passando, né. É de todos, né!*”

O processo de envelhecimento, conforme revelado pelas entrevistas, é percebido de maneira complexa e multifacetada pelos idosos. Eles reconhecem tanto os aspectos positivos quanto os desafios inerentes a essa fase da vida, marcando-a não apenas por uma cronologia, mas também por experiências pessoais e crenças. A velhice pelos idosos é vista como uma progressão natural, inevitável com o passar do tempo, que traz cansaço físico e mental, mas também é recebida com uma aceitação resignada e até mesmo com gratidão. Notavelmente, a análise das entrevistas sugere uma falta de percepção sobre como as estruturas socioeconômicas, particularmente em uma sociedade capitalista, podem influenciar o processo de envelhecimento e contribuir tanto para o desgaste físico quanto o mental. Esta visão é exemplificada pelo senhor Gerônimo, que associa envelhecer com o “jeito de viver”. Percebe-se que não reconhecem as implicações mais profundas do trabalho e suas consequências na saúde e na vida dos idosos, uma vez que, o envelhecimento é influenciado por condições socioeconômicas, com trabalhadores experimentando os efeitos da velhice de forma mais precoce devido às condições de trabalho que são submetidos. Em suma, a velhice é um destino social e um processo coletivo, apresentando diversas faces. Conforme destacado por Beauvoir, existem diferentes, singulares e desiguais formas de envelhecimento.

Neste contexto, é importante discutir o processo de negação do envelhecimento, caracterizado pela percepção da velhice como uma condição alheia, que afeta “o outro” e não o sujeito em questão. Como Beauvoir (1990) aponta, a velhice é frequentemente vista como uma condição que afeta apenas os outros, sendo algo distante. No entanto, essa perspectiva ignora uma verdade fundamental: todos estamos envelhecendo e o futuro de cada sujeito e da sociedade como um todo é inevitavelmente marcado pelo processo de envelhecer. Durante as entrevistas alguns idosos elucidaram que não se consideram e/ou se sentem velho. É assim que o senhor Zacarias (66 anos, pardo, funcionário público aposentado) salienta: “— *É porque na verdade eu não me considero velho não, apesar de ter sessenta seis anos, eu não me considero velho*”. Da mesma forma, Aparecida (61

anos, parda, trabalhadora do lar, pensionista) afirma: “— *Eu sou assim, uma pessoa assim, eu não me sinto, eu tô com sessenta um ano, eu não me sinto idosa, eu me sinto uma jovem de quarenta*”. A noção de que a velhice é um mero “estado de espírito” (Lima, 2001) permeia o discurso contemporâneo e o discurso dos participantes da pesquisa, sugerindo que a qualidade de vida dos sujeitos velhos depende exclusivamente da atitude individual, representado o movimento de “reprivatização da velhice” (Debert, 1999), o qual há na sociedade uma pressão implícita para manter a juventude em comportamento, sentimentos e identidade, muitas vezes ignorando as realidades naturais do envelhecimento. Aqueles que envelhecem mantendo sua independência e capacidade tendem a receber maior aceitação social, enquanto os idosos que enfrentam limitações frequentemente experimentam negligência.

Durante a entrevista o senhor Zacarias²⁵ (66 anos, pardo, funcionário público aposentado) contrapõe-se a essa perspectiva, ao afirmar: “— *Porque eu já me, já me considero, já tô nessa fase aí já, né?!*” Ele reconhece a velhice como uma fase da vida, mas ainda assim a articula em termos de uma escolha pessoal e de “estado de espírito”. Assim, o senhor Zacarias reconhece a velhice como uma fase inevitável da vida, demonstrando uma aceitação da condição de envelhecimento. No entanto, mesmo ao se reconhecer como velho, ele mantém uma perspectiva de que a forma de vivenciar essa fase está também ligada a uma escolha ou um sentimento pessoal.

Essa perspectiva, ao atribuir a felicidade e o bem-estar dos idosos à sua auto-realização, desconsidera o papel fundamental do contexto social na construção da experiência do envelhecimento, como se a preservação da juventude fosse uma questão de escolha individual. Logo, a velhice não é uma questão de sentimento individual, escolha ou “estado de espírito”, mas um fenômeno social moldado por estruturas e relações de poder que organizam a vida em sociedade, especialmente a entrada e a saída do mercado de trabalho. Consequentemente, ao reduzir a velhice a uma questão individual, essa perspectiva desconsidera o contexto social mais amplo, levando os idosos a se sentirem culpados por suas limitações, e assim a buscarem soluções isoladas para problemas que exigem ações coletivas.

²⁵ Vale destacar que o senhor Zacarias, em suas narrativas, por vezes apresenta perspectivas contraditórias, o que é algo comum na construção de narrativas, especialmente em contextos em que as experiências pessoais e sociais se entrelaçam, gerando diferentes interpretações e reflexões.

Essa visão, aliada à forma como o processo de envelhecimento é incessantemente enquadrado pela sociedade, contribui para a construção de uma narrativa negativa em torno da velhice. Já que o envelhecimento é frequentemente associado à decadência física, mental e social, a perda de valor e ao fim da vida, isso contribui para que o envelhecimento seja cercado por uma certa negatividade e por estigmas ou mitos²⁶, como alerta Barros (2000, p. 139) “ser velho não significa apenas ser idoso, mas apresentar uma série de características negativas”. O senhor Misgo (69 anos, branco, pedreiro aposentado em atividade), ao afirmar que: “ — *Eu não sou velho e sei lá. A maneira de vestir, a maneira de... de coisa, a pessoa tem como num mostrar tanta velhice, né?!*” Nota-se que há uma vinculação novamente entre a velhice à responsabilidade individual, sugerindo que seja possível mascarar esse processo, pois, a maneira como alguém se sente e se apresenta como velho depende de sua atitude, mente e “espírito”.

É normal, uma vez que em nós é o outro que é velho, que a revelação da nossa idade venha dos outros. Não consentimos nisso de boa vontade. Uma pessoa fica sempre sobressaltada quando a chamam de velho pela primeira vez (Beauvoir, 1996, p.353 *apud* Berzins, 2009, local. 107).

Esse cenário influencia majoritariamente a maneira como os idosos percebem a si e a sua fase de vida, muitas vezes resistindo à identificação com a velhice. A negação da própria velhice pode ser uma resposta defensiva contra estereótipos e preconceitos que acompanham a idade avançada, assim, muitos idosos buscam-se manter-se ativos, capazes e produtivos para distanciar-se de verem a si próprios enquanto velho. Por exemplo, a senhora Saturnina (73 anos, parda, nunca exerceu

²⁶Alguns mitos sobre a velhice, destacados por Caro e Ramos (1985, p. 4-5): “Mito da velhice cronológica: Tem como base a ideia de que a idade de uma pessoa é medida pelos números de anos vividos. Todos sabemos sobre a grande variedade que pode ser encontrada em cada indivíduo, ou seja, que há grandes variações de comportamento e ações que variam de pessoa para pessoa, que seja em relação aos elementos fisiológicos, quer seja em relação aos elementos cronológico, psicológico e social. De fato, os indicadores fisiológicos mostram uma variabilidade maior em relação às médias do que em relação com outras idades. Também sabemos que existem “jovens” de oitenta anos extraordinariamente conservados.; mito da inflexibilidade: Este mito tem como fundamento a ideia de que os indivíduos velhos são incapazes de mudar e se adaptar às novas situações. No entanto, esta condição está mais relacionada com as características de cada pessoa e não relacionada à velhice; mito da seriedade: Este mito tem como construção uma ideia de que a velhice é uma espécie de paraíso na terra. É fácil demonstrar que as pessoas que envelhecem estão submetidas a uma condição extra de estresse. De uma forma geral, a velhice é uma condição de vida em que a condição de saúde e as condições sociais se agravam e as pessoas estão inseridas em contextos de doenças crônicas, aposentadoria, perdas de pessoas queridas, solidão etc. Todas essas condições gera uma maior tendência à ansiedade, à depressão e ao sofrimento. E, inevitavelmente, a diminuição da autoestima, resultando em um pior status social. (Caro.; Ramos, 1985, p. 4-5 *apud* Nóbrega, Pedro. 2020, p. 82)

trabalho remunerado, aposentada) que declara: “ — *Ah, eu não vou sair de casa porque tô velha?. Eu sou diferente, faço tudo*”. Como salientado por Jardim, Medeiros e Brito (2019, p. 31):

O estigma de uma velhice associada à perda, doença e incapacidade que o outro tem a respeito da velhice muitas vezes é absorvido pelo próprio idoso. Este tende a não se olhar como velho, por não se enquadrar nesse estigma.

Como destacado, esse estigma pode levar a uma relutância em se identificar com a velhice, devido à não identificação com esses estereótipos. Tal como Carlos (60 anos, preto, motorista aposentado) ao discutir políticas públicas no Brasil, elucidou que “ — *É falta muita coisa boa pros idosos, né?! Tinha que ter mais respeito com os idosos, mais coisas boas pros idosos*”. No entanto, ao referir-se aos idosos na terceira pessoa, ele indiretamente se exclui desse grupo, o que pode ser interpretado como um sinal de sua internalização do estigma da velhice. Assim, acaba estabelecendo uma relação de distanciamento com seu processo de envelhecimento quando se descreve na terceira pessoa do pronome, falando do próprio processo como se fosse apenas do outro. Ao nomear o processo de envelhecimento como algo externo a si, ele pode estar tentando manter uma continuidade de sua identidade prévia, aquela não marcada pelas características comumente atribuídas à velhice.

No entanto, alguns idosos reconhecem esses estigmas e as limitações desse processo, mas não tentam se dissociar da velhice. A senhora Mariana (82 anos, parda, cantineira aposentada), por exemplo, comenta: “ — *Envelhecer é bom, mas traz muitos problemas de saúde. Eu não gosto desses problemas, mas tem que aceitar. É difícil sair, andar*”. Da mesma forma, a senhora Angélica (73 anos, branca, professora aposentada) afirma: “ — *Eu não acho triste estar velha não. Sinto-me satisfeita por estar, né?! Velha, apesar dos problemas da vida. É uma mudança de vida, né?! Vai mudando, né?! À medida que a gente vai envelhecendo, vai mudando.*”

Observando os caminhos assumidos pelo envelhecimento e as características da velhice, não há como estabelecer uma via de acesso direto e rápido onde seja possível associar linearmente um conjunto de causas e consequências capazes de apontar o que significa chegar à velhice, tampouco há uma coalizão de elementos que deflagrem, positivamente, o processo de envelhecimento. **Envelhecer é próprio da**

condição de existir. Não é possível classificar que o envelhecimento seja positivo ou negativo, ele é um processo inelutável, o positivo e o negativo contido no ato de envelhecer é próprio do jogo tático e estratégico posto como condição de realização da vida, mas não se põe em discussão a possibilidade ou não de envelhecer, ou se envelhece ou morre, quanto a isso não há escolha. O que nos cabe é tentar entender o ato de envelhecer (processo e condição para ser velho — **velhice e envelhecimento como partes integrantes da reprodução da vida**) e as suas implicações, revelando-o como um híbrido entre os aspectos biológicos e culturais. (Nóbrega, Pedro R. da C., 2020, p. 88, grifo nosso)

Dessa forma, a complexidade do envelhecimento, como apontada por Nóbrega (2020), desafia simplificações e não pode ser reduzida a uma interpretação linear de causas e efeitos. A velhice, não é estática, é um processo dinâmico e multifacetado, permeado por múltiplos aspectos no processo de produção e reprodução da sociedade. No entanto, essa complexidade se entrelaça com um conjunto de representações sociais e estereótipos que, muitas vezes, estigmatizam a velhice.

Com relação ao estigma é preciso atentar-se também para o fato que,

Embora o estigma velhice possa existir, nem todos os que chegam a determinada idade torna-se passíveis de ser indivíduos estigmatizados. Howard S Becker (1977) e Gilberto Velho (1974) mostram como a acusação de desvio é manipulada por determinados indivíduos ou grupos que fazem recair sua acusação sobre aqueles que lhe são inferiores segundo um critério determinado. A acusação de desvio seria, portanto, um problema de dominadores e dominados, de quem tem poder ou não para rotular indivíduos ou grupos desviantes (Barros, Myriam M. Lins de, 2000, p. 139-140).

Por conseguinte, na sociedade capitalista, a rotulação em torno da velhice não se aplica a todos, mas é direcionada principalmente ao grupo que não detém poder ou privilégio social. Como bem elucida o senhor Domingos (86 anos, pardo, lavrador aposentado): “— *No banco mesmo, velho não sai na frente, passa pra trás, não enxerga pessoas de baixa classe*”. Nota-se então, que o estigma no processo de envelhecimento, não é apenas uma questão de idade, mas também de poder, de controle social e, principalmente, marcado pela dinâmica entre dominadores e dominados. A complexa relação entre corpo, tempo e poder na velhice é explicitada por Santos, Giacomini e Firmo (2019, p. 4279): “[...] o corpo envelhece ao ritmo da vida e não do tempo e o envelhecimento é percebido no corpo, a partir das impressões que a vida deixa”. Sendo assim, essa interação entre corpo e tempo, marcada pelas relações de poder e por condições de classe social, gênero e raça

produz uma multiplicidade de velhices, cada uma marcada por vivências diversas. (*Idem*, 2019). Consequentemente, a rotulação negativa da velhice se concentra nos grupos marginalizados, privados de poder e privilégios, e assim, como observa Alexandre Kalache:

O horror de envelhecer sempre foi e sempre será envelhecer sem saber se terá cuidado, um teto em cima da cabeça, comida na prateleira e um mínimo de dinheiro no bolso, nem que seja para comprar medicamentos. E tem muita gente assustada com a perspectiva de envelhecer porque nós não temos as políticas públicas necessárias (Kalache, 2023, *apud* Stefano, 2023, online)²⁷.

A insegurança quanto ao futuro, intensificada pela falta de políticas públicas e pela perspectiva de desamparo, contribui significativamente para a negação do envelhecimento, especialmente entre os sujeitos da classe trabalhadora. Essa negação reflete o medo de um futuro marcado pela vulnerabilidade e pela exclusão social. É possível afirmar que, embora os entrevistados reconheçam sua idade cronológica e a existência da velhice, existe uma discrepância entre como se veem e como são vistos pela sociedade, já que a velhice chega primeiro pelo olhar do outro. Conforme argumenta Beauvoir (1990, p. 363-364):

[...] para reencontrar uma visão de nós mesmos, somos obrigados a passar pelo outro: como esse outro me vê? Pergunto-o ao meu espelho. A resposta é incerta: as pessoas nos vêem, cada uma à sua maneira e nossa própria percepção, certamente, não coincide com nenhuma das outras. Todos concordam em reconhecer em nosso rosto o de uma pessoa idosa; [...] E para nós? Interpretaremos nosso reflexo com bom ou mau humor, ou com indiferença, segundo atitude global com relação à velhice.

Nesse contexto, a velhice é continuamente vista como uma identidade distinta da própria pessoa, levando à percepção de que “o velho não sou eu, mas sim o outro”. Como resultado, muitos sujeitos velhos relutam em se identificar como “velhos” ou “idosos” porque ser velho/idoso é ser o que há de pior nessa sociedade. Beauvoir (1990) esclarece que há uma lacuna entre a identidade que formamos ou desejamos e a realidade do envelhecimento que não se pode controlar ou escapar. Isto é, a forma como se percebe - autoimagem e identidade pessoal- nem sempre estão em harmonia com as mudanças que ocorrem no corpo e na mente dos sujeitos à medida que envelhecem. Esse processo, porém, não deve ser visto como

²⁷ Entrevista disponível em: <https://braziljournal.com/o-brasil-esta-envelhecendo-rapido-e-nao-esta-preparado-para-isso/>. Acesso em: 10 abr. 2024

uma experiência individual, mas um reflexo das atitudes sociais em relação ao envelhecimento na sociedade. A negação ou a resistência a essa realidade, é frequentemente incentivada por uma sociedade que valoriza a juventude, perpetuando o conflito entre a identidade desejada e a realidade vívida da velhice.

[...] o envelhecimento, longe de ser um processo multidimensional; a velhice, longe de ser a fase que completa o curso de vida humana; e o homem velho, a mulher velha, longe de serem indivíduos que viveram muito tempo, são conceitos que traduzem sistemas de ideias e (des)valores que elegem a juventude como uma fase que, na contemporaneidade, será apartada do curso de vida para representar um ideal a ser alcançado, independentemente de quem o tente alcançar (Paiva, 2014, p. 142 *apud* Nóbrega, 2020, p. 89).

Logo, outro fator que influencia a negação do envelhecimento é a valorização exacerbada da juventude, vista como um ideal a ser perseguido, em contraposição à velhice é considerada um estado a ser evitado. Como aponta Kertzman (2004), a juventude se ergue como um “bem” supremo. O relato da Dona Aparecida é significativo a esse respeito.

[...] Mas todo mundo não é igual, às vezes eu penso dum jeito e os outros pensa de outro jeito, cê tá entendendo?! Da minha cabeça, porque eu nunca desde novinha, eu nunca pensei, falar assim: eu me sinto velha. As minhas irmãs fica brava comigo, fala você já tem sessenta e um ano. Olha, eu tenho, mas eu não me sinto com sessenta e um ano, eu me sinto uma pessoa jovem. Eu faço tudo que os jovem falam. (Aparecida, 61 anos, parda, trabalhadora do lar, pensionista)

No trecho destacado, observa-se um conflito entre a percepção individual de idade²⁸ e o comportamento esperado para pessoas mais velhas. Em sua fala, a senhora Aparecida traduz, a partir da denúncia do comportamento das irmãs, as expectativas mais tradicionais da sociedade sobre o envelhecimento, que espera um determinado comportamento advindo e em acordo com a idade cronológica. Este mesmo trecho traz também a questão já discutida neste trabalho, sobre, em

²⁸ “A discussão sobre a idade da velhice é algo sempre muito complicada de fazer, pois, independente do enfoque tomado, das construções estabelecidas ela sempre vai estar vinculada a uma definição estática, relacionada a condensação de um conjunto de anos vividos por um indivíduo. Há sempre um ponto de corte cronológico que marca uma possível definição da idade da velhice. [...] a discussão sobre a idade da velhice está diretamente relacionada a um conjunto de determinações postas e controladas por uma decisão hegemônica que nunca representará com exatidão a experiência vivida. A discussão sobre a idade da velhice também tem como condição a identificação dos padrões e códigos sociais de cada grupo humano, em outras palavras, a definição sobre a idade da velhice sempre mudará de sociedade para sociedade” (Nóbrega, 2020, p.96).

contraposição às imposições cronológicas, concebendo a velhice como “estado de espírito” — *[...] olha, eu tenho, mas eu não me sinto com sessenta e um ano, eu me sinto uma pessoa jovem*”. Nesta perspectiva, vale ressaltar, como Simone de Beauvoir (1990), o envelhecimento não acontece de maneira repentina; é um processo gradual que se desenvolve ao longo dos anos. Essa compreensão desafia a visão comum que enxerga a velhice como uma mudança abrupta, desconectada das demais fases da vida. Ao se entender o envelhecimento como um processo, reconhece-se a totalidade da vida de uma pessoa, onde cada fase está interligada, influenciando e sendo influenciada pelas outras. Ainda nessa perspectiva analítica ressaltamos a partir de Kertzman (2004, p. 42), que “[...] a idade não é apenas uma questão de tempo, mas também determina expectativas de relação e comportamento”, ou seja, ela serve como um mecanismo de organização social, e em consequência, é também funcional a discriminação social. Como nos alerta o senhor Zacarias (66 anos, pardo, funcionário público aposentado): “— *É, hoje com sessenta e seis anos a gente percebe que é o fator idade, ele é um limitador.*”

É importante ressaltar que “o critério mais comumente utilizado para a definição do envelhecimento -o cronológico (idade)- é apontado como falho e arbitrário” (Groisman, 2002, p. 66), isso porque, como já mencionado em nossa discussão, o envelhecimento é processo heterogêneo, é vivenciado de maneiras distintas, influenciado por diversos fatores. Sendo assim, envelhecemos de diferentes formas e em diferentes condições, não podendo desconsiderar também os critérios de gênero, raça e etnia. Portanto, reduzir a complexidade desse processo a um simples número, a idade, não capta as nuances desse processo. Berzins (2009, local. 47), enfatiza que:

[...] a discussão da entrada na velhice transcende esse marcador numérico. Entendemos que apenas o critério etário não é o suficiente para demarcar a entrada da velhice. A velhice não comporta um só conceito por ser múltipla e complexa. [...] A divisão etária é útil para classificar um grupo de pessoas reconhecidas como velhas, entretanto, essa mesma classificação etária não dá conta de explicar a complexidade e diversidade do ser que envelhece.

Todavia, não se deve negligenciar o fato de que,

como reprodução da condição desigual da sociedade, quando foi percebido que alguns indivíduos velhos envelheciam com melhores condições sociais que outros, o pacote da velhice como uma condição inerente a todos os indivíduos foi parcialmente rompido, então os velhos foram classificados

entre os velhos jovens, aqueles que mesmo atingindo uma idade cronológica específica ainda se apresentavam como indivíduos capazes de contribuir com a os e indústria do consumo, e os velhos, estes já não seriam capazes de subverter estigmas sociais elaborados durante os vários anos de subalternização! (Nóbrega, 2020, p. 89).

Portanto, como adverte Beauvoir (1990, p. 369), “por mais que tenhamos encontrado uma imagem mais ou menos convincente, mais ou menos satisfatória de nós mesmos, temos que viver essa velhice que somos incapazes de realizar”. Desse modo, entende-se que as construções sociais e as expectativas em relação à velhice impactam a identidade dos idosos e sua autoimagem. Muitas vezes, a sociedade e a mídia promovem uma representação idealizada do envelhecimento, associando-o à fragilidade, ao isolamento e à falta de capacidade. Essa visão reforça os estigmas que marginalizam os idosos e gera uma desconexão entre como se veem e a realidade que vivenciam. Além disso, essa desconexão afeta suas relações interpessoais e sua participação na sociedade. Assim, a idealização da juventude como padrão de produtividade acaba por promover, concomitantemente, a marginalização dos mais velhos e a negação do envelhecimento.

Conforme o senhor Zacarias acertadamente pontua, a sociedade capitalista, com sua valorização exacerbada da juventude, exclui os idosos.

— [...] as empresas da sociedade, na verdade, né. Exclui, né?! Eles prioriza o jovem, prioriza o trabalhador mais novo, na medida que você já vai dar um pouco mais de trabalho, porque já não tem mais a mesma força, o vigor físico né?! A mesma força de trabalho as empresas já vão excluindo você do mercado. Você já vai, você já vai ser mandado embora porque já não atende mais a demanda da empresa. Porque eles não respeitam né, as limitações da idade. Embora tenham mais experiência, né, já tem mais conhecimento da vida, mas eles, a empresa não quer ver isso, o sistema não vê isso e nem quer, né. (Zacarias, 66 anos, pardo, funcionário público aposentado)

A valorização da juventude gera uma pressão para que os idosos se mantenham jovens e produtivos, perpetuando o mito da “eterna juventude”. Essa busca incessante pela juventude, aliada à visão utilitarista do trabalho, torna os idosos invisíveis e desvalorizados. Conforme o depoimento de Zacarias:

— Então se eles puderem mandar embora todos os que já estão ali, mais com a idade maior, eles mandam, contratam uma mão de obra jovem, com um valor até bem mais baixo, ganha, né. Porque o objetivo deles é lucro. E não tá nem um pouco preocupado com a questão do, do trabalhador já mais idoso não. Hoje pra você empregar um pessoal aí, é uma dificuldade né. Mas se depender você vai numa fila aí pra levar um currículo, dependendo

da idade eles não pegam, nem olha. Não, você já está velho, nós queremos sangue novo, queremos gente jovem. Isso acontece muito, isso acontece direto. Isso é tão evidente né! Tão escancarado, a gente observa assim. Então eu acho que tudo isso faz parte da estrutura né, a estrutura do Estado, na verdade é uma questão estrutural mesmo, assim como é o racismo, como é um monte de outros preconceitos é estrutural o negócio né. (Zacarias, 66 anos, pardo, funcionário público aposentado)

O trecho da narrativa do senhor Zacarias apresenta uma crítica necessária ao mercado de trabalho, que tende a excluir trabalhadores mais velhos em favor de uma força de trabalho mais jovem. Essa prática revela uma lógica estrutural, pois como destaca o senhor Zacarias: “ — o *objetivo deles é lucro*”. Evidenciando que essa exclusão não é apenas uma prática isolada, mas sim um reflexo de uma estrutura socioeconômica mais ampla que marginaliza os idosos. Para mais, a sua narrativa aponta para o envelhecimento como uma questão estrutural, onde o preconceito contra as pessoas velhas é perpetuado por normas e práticas sociais que desconsideram a contribuição contínua desses sujeitos à sociedade.

Dessa forma, a crítica exposta destaca como o sistema capitalista se apropria do envelhecimento, utilizando-o como critério para a exclusão no mercado de trabalho. Porém, é fundamental reconhecer que essa expulsão do trabalhador velho não decorre apenas de um desgaste ou cansaço pessoal, mas de uma deterioração provocada pelo próprio trabalho. Essa reflexão também suscita a necessidade de questionar as condições impostas pelo sistema capitalista, que não só explora o trabalhador em sua juventude, mas também o descarta à medida que envelhece e sua força de trabalho é vista como menos produtiva.

Portanto, refletir sobre o envelhecimento implica mais do que apenas a reformulação das políticas de proteção e inclusão social. É necessário promover uma transformação na sociedade que vê o idoso como um elemento descartável dentro do sistema produtivo.

4.4 Entre direitos e desinformação: O desconhecimento das políticas públicas na vida das pessoas idosas.

Umas das questões que nortearam a entrevista foi como os idosos avaliam as políticas públicas de atenção à velhice no Brasil. Durante a realização da pergunta, notou-se que muitos dos idosos entrevistados apresentavam expressões de

confusão ou optavam pelo silêncio. Para facilitar o diálogo e encorajar uma resposta, foram apresentados alguns exemplos de políticas existentes, como a isenção de tarifas no transporte público, a distribuição gratuita de medicamentos e a emissão da carteira do idoso.

A análise das políticas públicas voltadas para os sujeitos velhos no Brasil revela um tema complexo e com múltiplas facetas, semelhante a outras discussões políticas. Essa discussão exige uma compreensão abrangente dos diversos aspectos e desafios que caracterizam o cuidado com os velhos no país. Como elucidado por Silva (2016, p. 215-216):

[...] o prolongamento da vida do ser humano traz à cena pública a realidade do envelhecimento, posicionando a pessoa idosa como sujeito de direitos e como eixo de preocupação e investimento das políticas públicas, exigindo do Estado o redimensionamento de sua agenda pública. Essa conquista articula direitos ao segmento social formado pelos idosos cuja condição de cidadania necessita ser assegurada e realçada, especialmente em países como o Brasil, que por não fundamentarem a convivência social em padrões de civilidade, sempre relegaram a segundo ou a terceiro plano a condição de cidadania da pessoa idosa e dos segmentos sociais mais fragilizados. No Brasil, a convivência social não se estabeleceu tendo como fundamento os princípios da civilidade e igualdade entre os cidadãos. Somos uma sociedade estruturada sob o jugo da escravidão, do poder e do mando patrimonial, que sempre destinou a uma pequena parcela da população o gozo dos privilégios a despeito de uma grande faixa populacional destituída dos bens essenciais e básicos à existência humana, contrariando o caráter de uma sociedade intitulada e reconhecida como democrática.

Diante disso, a percepção de confusão ou silêncio durante as entrevistas pode ser um indicativo da necessidade de uma comunicação mais clara e efetiva por parte dos formuladores de políticas, assim como da importância de se considerar as experiências variadas vivenciadas pelos idosos, que são diretamente afetados por essas políticas. Junto a esse silêncio ou confusão foi possível notar um desconhecimento sobre as políticas públicas.

— *Mais ou menos. **E no geral o que a senhora acha?** Tem que melhorar. As políticas aqui não tem muita coisa não, mas Ibertioga a coisa é boa pra caramba, mas aqui não vai pra frente não, só Jesus. Lá na Berttioga tudo eles põe no grupo, divulga. Não, a gente só faz essas atividade aqui né. (Saturnina, 73 anos, parda, nunca exerceu trabalho remunerado, aposentada)*

— *É boa, vamo pô assim. (Mariana, 82 anos, parda, merendeira aposentada)*

É importante reconhecer que tais políticas possuem uma natureza focalizada, sendo restritas e destinadas a uma fração limitada da população. Esta focalização cria uma barreira no acesso à informação, resultando em políticas que alcançam determinados grupos sociais, os quais nem sempre são os que delas mais necessitam; muitas vezes, a realidade é inversa. Isso porque vive-se em uma era saturada de informações, mas, ainda assim, as camadas mais empobrecidas da população enfrentam um acesso limitado à informação, muitas vezes disponível apenas em espaços politicamente institucionalizados. A dificuldade em compreender sobre as políticas públicas se reflete nas palavras de Pietra (72 anos, preta, trabalhadora do lar aposentada). Durante uma conversa sobre políticas públicas, Pietra não conseguiu responder diretamente à pergunta sobre como avaliava as políticas públicas de atenção à velhice no Brasil, demonstrando não entender o conceito de política pública. Quando foram apresentados alguns exemplos, incluindo a “Carteira da Pessoa Idosa”, Pietra manifestou seu interesse em obter o documento, mas também revelou implicitamente sua falta de conhecimento sobre como proceder para adquiri-lo: “— [...] *Agora essa carteira que cê tá falando eu tinha vontade de arrumar ela pra mim*”. Sua narrativa evidencia a necessidade de uma comunicação mais clara e acessível sobre como os cidadãos podem efetivamente acessar e usufruir dos benefícios públicos aos quais têm direito, Pietra tem 72 anos e não sabia sobre a “Carteira da Pessoa Idosa”.

Nesse cenário, o acesso desigual à informação e a circulação limitada das novas tecnologias de informação aprofundam as desigualdades existentes e dificultam a inclusão plena de todos os sujeitos, principalmente os grupos mais marginalizados da sociedade. A falta de acesso equitativo a essas tecnologias e informações não apenas perpetua as desigualdades sociais, mas também limita as oportunidades de participação desses grupos na sociedade. Assim,

mesmo entendendo o caminho desigual da circulação das tecnologias em forma de mercadoria mediada pela construção ideológica do fetiche e do fetichismo (propaganda, marketing, designer etc.), é importante resgatar a noção geral de que a sociedade evolui (ou deveria evoluir) na direção do atendimento às necessidades humanas, e, por isso, a base de transformação da vida precisa ser pensada na perspectiva de atender aos padrões de conforto de possibilidade de mobilidade para todos os grupos sociais e não para um conjunto de pessoas selecionadas pela ‘sacrossanta’ influência do capital. (Nóbrega, 2020, p. 104-105)

Contudo, é preciso reconhecer que a compreensão sobre os direitos é limitada desde a infância e juventude, evidenciando uma ausência no conhecimento que persiste desde cedo. Esta realidade tem suas raízes na perspectiva do direito dentro de uma sociedade capitalista, que não adota uma visão verdadeiramente universal, apesar de tal princípio estar estabelecido na Constituição Brasileira, já que, embora, os direitos possam ser teoricamente para todos, é imprescindível questionar quem são efetivamente incluídos neste “todos”. Desse modo, quem tem direito a ter direitos?

Diversos fatores contribuem para essa realidade. Um dos principais é a desigualdade no acesso à educação, o que implica que as pessoas com menor nível de escolaridade têm menos recursos para aprender sobre seus direitos e menos habilidades para interpretá-los e usá-los em sua vida diária. Outro fator é a falta de meios de comunicação para divulgar informações sobre garantia de direitos. No Brasil, a disseminação de notícias falsas contribui para a falta de acesso a informações confiáveis, o que é um obstáculo adicional.

Refletir sobre políticas públicas implica considerar um processo educativo acerca dos direitos individuais. Muitos cidadãos desconhecem os direitos aos quais têm direito, e isso não é coincidência, mas sim um reflexo de uma sociedade que se movimenta com um propósito: quanto menos pessoas tiverem conhecimento de seus direitos, menor será a pressão para que estes se tornem efetivos e concretizem o princípio da universalidade. Diante disso, é importante registrar que a sociedade é regida por processos e que a falta de reconhecimento dos direitos pelos mais velhos não se deve ao envelhecimento, mas à falta de acesso a informações pertinentes desde o início da vida. Frequentemente, essas informações são restritas e complexas, criando a falsa impressão de que apenas especialistas podem compreendê-las.

As consequências da desinformação sobre direitos são graves e impactam diretamente a população mais vulnerável, e favorece ainda mais a exclusão social desse grupo aos bens essenciais à existência humana. A falta de conhecimento sobre direitos básicos exclui grande parte da população do acesso à justiça, à saúde, à educação e a outros serviços, aprofundando as desigualdades sociais. Neste sentido, destacamos entre as narrativas dos idosos entrevistados para a realização deste estudo, a afirmação que reivindica e/ou reconhece o tratamento desigual no que diz respeito ao acesso aos direitos, ainda que pautado em uma

perspectiva de igualdade e não de equidade, vejamos: “ — [...] *todo mundo deveria ser tratado igual!*” (*Gatinho, 71 anos, branco, pedreiro aposentado*). Ainda sobre o desconhecimento sobre os direitos, salienta-se que esse pode desencorajar a participação da população no processo democrático, comprometendo a cidadania e beneficiando minorias que detêm o poder, além de aumentar processos de vulnerabilização social e exploração. Soma-se a esse processo de desinformação (que pode ser tomado como um projeto de desinformação), uma perspectiva muito real de que os direitos de uma forma geral, mas ainda mais relevante no que tange à população idosa, não se concretiza na vida cotidiana dos sujeitos sociais, como denuncia a senhora Angélica (73 anos, branca, professora aposentada) quando perguntada sobre os direitos: “ — [...] *fala muito né, mas só que às vezes não acontece, é muita propaganda às vezes, mas é propaganda falsa*”.

Voltando nosso olhar para questões mais específicas que envolvem o público idoso, cabe-nos destacar o 24º artigo do EPI (Lei do Estatuto da Pessoa Idosa) estabelece que “os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados às pessoas idosas, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento”. (Brasil, 2003, Art. 24º). No entanto, na prática, a maioria da população, inclusive os idosos, não têm acesso a essas informações por meio da mídia tradicional. A falta de cumprimento desse artigo do Estatuto não apenas sublinha a deficiência estrutural no sistema de comunicação, mas também revela uma lacuna significativa na proteção e promoção dos direitos desse grupo.

Entretanto, não se pode analisar essa deficiência na comunicação de forma isolada. Reconhece-se que a sociedade é moldada por um conjunto de normas que influenciam julgamentos e comportamentos. Estruturas como o racismo e o patriarcado exemplificam preconceitos enraizados que continuam a impactar as relações sociais contemporâneas. Nesse contexto, torna-se essencial considerar a capacidade de manipulação dos meios de comunicação, que podem influenciar a maneira de pensar, agir e perceber questões importantes como política e os direitos de cada cidadão. Os meios de comunicação, em sua maioria, são guiados por interesses particulares.

Portanto, a falta de informações e também de informações confiáveis impede que essa população participe dos benefícios que lhe são garantidos na sociedade e tenham conhecimento sobre questões que afetam sua qualidade de vida. Como

resultado, o direito fundamental ao acesso à informação não é respeitado. Então, de nada adianta ter leis somente no papel se a aplicação real é inexistente ou ineficaz. Enquanto a informação permanecer um privilégio inacessível para a maioria dos idosos, e também para grande parte da população pauperizada, a lei continuará sendo apenas existente no papel. É preciso colocar esse grupo etário como portadores de direitos. Pois, como destaca Silva (2016, p. 223):

No Brasil, a existência de um instrumento legal que confirma esses direitos já é um grande avanço para uma sociedade que se desenvolveu sem atentar para a importância de um princípio básico de civilidade, que é valorizar a sabedoria dos mais velhos e proteger as suas necessidades. No entanto, entre o marco legal e as medidas de sua efetivação existe uma grande distância a ser percorrida e ações a ser concretizadas.

É preciso fortalecer uma comunicação crítica, livre de preconceitos e de fácil acesso. E com isso, refletir sobre essas políticas envolve entender as necessidades específicas dessa população, que é heterogênea em termos de saúde, capacidade financeira e suporte social. É crucial reconhecer que políticas eficazes devem ser inclusivas e adaptáveis às diferentes realidades vividas pelos velhos no Brasil.

[...] comunicação como direito humano pressupõe a liberdade coletiva de acessar, consumir, produzir e transmitir informações de forma igualitária. A efetiva liberdade de expressão e o direito à informação só podem existir se todas as pessoas tiverem condições de acessar os meios de produção de comunicação e tecnologias de informação, buscando um diálogo fundado na diversidade e na pluralidade de meios e conteúdos (CFESS, 2023, p. 12).

A discussão sobre as necessidades da população envelhecida e a integração de redes de atenção ainda são desafios a serem superados para atender à heterogeneidade desse grupo. Sendo a participação ativa dos idosos na formulação e revisão dessas políticas é fundamental, pois oferece uma perspectiva que pode levar a soluções mais efetivas e humanizadas, ouvindo de fato os usuários dessas políticas. Assim como pelo papel da mídia e organizações civis em disseminar informações.

Em suma, a reflexão sobre as políticas públicas de atenção à velhice no Brasil e a melhoria de sua implementação exigem um compromisso com a transparência, a inclusão e a adaptação contínua às necessidades de uma população em constante mudança.

A discussão sobre a falta de conhecimento dos direitos entre a população idosa revela também uma carência de atividades e serviços²⁹ para esse grupo, especialmente em cidades menores como Santana do Garambéu. Embora seja relevante reconhecer que municípios menores enfrentam restrições orçamentárias que limitam investimentos em infraestrutura, programas sociais e iniciativas culturais, a realidade de Santana do Garambéu, onde mais de 24% da população é composta por idosos, exige uma priorização desses recursos. Esse percentual é quase o dobro da referência de 14% estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para caracterizar um país como envelhecido. Diante disso, torna imperativa a alocação de investimentos focados em atender às necessidades dessa população.

Os depoimentos dos idosos demonstram uma carência nesse âmbito, já que muitos expressam frustração com a falta de oportunidades de lazer e socialização,

— [...] os médicos ali tava falando que invés de fazer alguma atividade fazer uma dança, mas aqui em Santana...[insatisfação] (Saturnina, 73 anos, parda, nunca exerceu trabalho remunerado, aposentada)

— Mas aqui também quase que não têm. (Sebastião, 63 anos, pardo, lavrador aposentado)

— Só barulho, é só o que tem aqui. (Domingos, 86 anos, pardo, lavrador aposentado)

Já com relação a oferta de serviços que também está ligado a questão de ter atividades, destacaram que:

— Acho que não tem. Só a caminhada. É a única coisa que tem. Nem uma dança não tem, não tem nada! Uma dança é boa pra pessoa movimentar o corpo. (Pietra, 72 anos, preta, trabalhadora do lar aposentada)

— Não, aqui não, aqui em Santana acho que não tem. Não tem não. (Sebastião, 63 anos, pardo, lavrador aposentado)

— Hum que utilizo, hum.... que eu utilizo..... Eu não sei. **Por exemplo, um centro de convivência.** Ah, sim um SESC, é verdade, é não, não, aqui eu não tenho, aqui pelo menos apesar de não nem existir, né? Mas se tivesse eu usaria, utilizaria, com certeza. [...] Mas eu não utilizo porque acho que também o município não oferece não, né? Mas essas

²⁹ O município oferece atualmente duas principais atividades para a população idosa, ambas desenvolvidas pela equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF). A primeira é a caminhada com exercícios físicos, realizada diariamente. A segunda atividade é uma reunião mensal que aborda questões relacionadas à saúde ou temas específicos definidos para o mês. O município não dispõe de um centro de convivência para idosos. Os principais serviços voltados para esse público são oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pela Unidade Básica de Saúde (UBS), que proporcionam suporte em áreas de assistência social e saúde, respectivamente.

reuniõezinhas um posto de saúde, que a área da saúde oferece, que é justamente pra dar esse..., esse suporte, né, pros idosos, mas não tem uma política diretamente voltada para, mas se tivesse com certeza eu frequentaria. (Zacarias, 66 anos, servidor público aposentado)

Esses depoimentos evidenciam uma clara necessidade de que as autoridades locais direcionem uma atenção mais significativa para as demandas e necessidades dos idosos. O relato de Pietra (72 anos, preta, trabalhadora do lar aposentada) é especialmente ilustrativo dessa lacuna: “— só a caminhada é a única coisa que tem”. Este comentário sugere que, apesar da presença de algumas atividades, como caminhadas e reuniões, há uma carência de opções diversificadas para esse público, sua narrativa reflete ainda em uma lacuna nas opções de lazer e socialização para os idosos da cidade.

A ausência de atividades e serviços destinados às pessoas idosas pode ser parcialmente atribuída à dificuldade que alguns têm em se reconhecer enquanto velho. A negação da própria velhice, como discutido anteriormente, contribui para o desconhecimento ou não reconhecimento das iniciativas existentes no município voltadas para essa faixa da população. A senhora Aparecida (61 anos, parda, trabalhadora do lar, pensionista), por exemplo, relatou que não se reconhece como velha, o que pode impactar sua percepção sobre os serviços e atividades disponíveis no município. Ela afirmou: “—Eu conheço em Juiz de Fora, aqui não, mas é muito bom. E aqui precisa fazer isso, ter isso”. A falta de identificação com a velhice pode resultar em desconhecimento dos serviços e atividades oferecidos para essa etapa da vida, pois como foi elucidado ao longo desta pesquisa muitos não se enxergam nela.

Porém, o reconhecimento sobre a ausência de atividades e serviços para os idosos no município não pode ser atribuída unicamente à dificuldade de reconhecimento da velhice. Outras variáveis, como a falta de investimentos e a deficiência na implementação de políticas públicas voltadas para o envelhecimento, também contribuem para essa situação. A partir dessa reflexão, faz-se necessário avançar na análise das terminologias associadas ao envelhecimento, que também exercem um impacto direto sobre a construção de políticas públicas e a percepção social da velhice.

4.5 Velhice em rótulos: como as classificações moldam e marginalizam

A fim de dar conta das questões mais específicas que permeiam o objeto deste estudo, analisamos as terminologias/denominações atribuídas pelos idosos à velhice e envelhecimento. O objetivo foi identificar e examinar as principais categorias utilizadas para descrever e categorizar os idosos na sociedade. Além disso, investigar como as pessoas idosas residentes em Santana do Garambéu-MG, percebem e interpretam as categorias de “terceira idade”, “melhor idade”, “idoso” e “velho”. Ao serem questionados sobre o entendimento do termo “velho”, revelaram percepções que refletem as representações sociais sobre o envelhecimento no Brasil. A senhora Joaquina (66 anos, branca, professora aposentada), por exemplo, destacou sua aversão ao termo “velho”: “ — *Ah, eu não gosto. Eu acho que chamar a pessoa de velho, porque você tem que entender envelhecer todos nós vamos envelhecer [...]. Eu acho que é uma palavra agressiva*”. Sua resposta evidencia uma compreensão do envelhecimento como um processo natural, porém revela a carga negativa associada ao termo “velho” que na sociedade é frequentemente vinculado a preconceitos, como desvalorização, adoecimento e desprezo. Sua opinião ao uso do termo reflete o desconforto que a maioria das pessoas idosas sente ao ser chamada de velho(a), demonstrando como as terminologias são impregnadas de significados que influenciam a forma como o envelhecimento é vivenciado e interpretado.

Ou então, como relatou o senhor Misgo (69 anos, branco, pedreiro aposentado em atividade): “ — *Uai, velho?! Já pensa já numa pessoa é andando mal, muitos andando de muleta, né. O barrigão, carequinha, surdo. é isso aí*”. Já a dona Esmeralda (69 anos, parda, professora aposentada) afirmou: “ — [...] *velho é aquele que tá já está debilitado, necessita de cuidados mais especiais, uma bengala pra ajudar, esses são os velhos, a velha*”. Tanto o senhor Misgo quanto a senhora Esmeralda, retratam o “velho” como alguém que, aos olhos da sociedade, já não possui mais capacidade para contribuir de forma ativa ao processo produtivo do capital.

Esses discursos revelam as nuances e as conotações negativas que ainda são associadas a esse termo, já o enfoque na debilidade e na necessidade de cuidados perpetua a ideia de que a velhice/velho é sinônimo de doença e decadência. Corroborando assim com a afirmação de Kertzman (2004) de que a

imagem do velho no imaginário social ainda está fortemente associada à decrepitude e à não-valia. Isto é,

é possível pensar-se como idoso, não como velho. Uma única pessoa se reconhece como velha, apoiando-se no critério etário, e deve se considerar que ela encontra-se deprimida frente às novas configurações de sua vida. Autonomia e independência estão significadas como não velhice (Kertzman, Olga Facciolla, 2004, p. 103).

Além destas considerações avaliativas mais individualizadas e identitárias quanto ao termo “velho”, “velhice”, soma-se outra de ordem mais coletiva, qual seja, a que atribuí naturalmente ao próprio “ato de envelhecer” a degeneração e incapacidade dos sujeitos que envelhecem nesta sociedade que desumaniza, explora e desgasta de forma exacerbada o que pertence a classe trabalhadora. Em contrapartida, o termo idoso/idosa parece ser mais bem recebido pelos participantes. A senhora Joaquina (66 anos, branca, professora aposentada) enfatizou que: “— [...] *idosa eu já gosto, já tem que ter mais cautela com ela, é vamos ajudar ela a atravessar a rua, chegar na igreja vamos dar o lugar pra aquela idosa.*”. No entanto, a mera utilização de um termo mais respeitoso não garante uma mudança na forma como os velhos são vistos e tratados na sociedade. É fundamental questionar se a mudança terminológica se traduz em mudanças concretas nas condições de vida e nas oportunidades oferecidas a esse grupo. Afinal, de que adianta um termo mais respeitoso se as condições de vida dos idosos permanecem marcadas pela desigualdade e pela exclusão?! Dito isso,

inventa-se esse termo estático e sem sentido para designar o velho: idoso, ao mesmo tempo elimina-se a possibilidade de entender o processo do envelhecimento, uma vez que aprisiona as pessoas na quantidade de anos vividos, atentando-se apenas para um conjunto de número de anos vividos. Essa ação esvazia o drama social por trás da experiência de viver, perde-se a dimensão histórica em função de uma codificação estatística. Na esteira da construção desses novos termos eufemísticos, perde-se, mais uma vez, dimensão do projeto de humanidade do homem, sequestra-se a velhice produtiva da condição de velhice, como se isso de alguma forma interferisse no processo de envelhecimento (Nóbrega, 2020, p. 91).

Como bem pontuam a senhora Angélica (73 anos, branca, professora aposentada) e o senhor Misgo (69 anos, branco, pedreiro aposentado em atividade): “— *sinônimo de velho é mesmo idoso né!?*”, “— *Idoso e velho pra mim é a mesma coisa, não muda nada*”. Por outro lado, dona Esmeralda (69 anos, parda, professora

aposentada) explica o motivo da maior adesão ao termo idoso/idoso: “— *é uma palavra mais tranquila, pra perceber que a gente já está mais vivido, e não dá aquela sensação de velho que não está aguentando mais nada*”. Essas narrativas revelam a complexidade da questão terminológica e a importância de refletir criticamente sobre o impacto das palavras na construção social do envelhecimento, é preciso que haja uma transformação das condições sociais disponíveis para a população velha e não apenas uma transformação de denominações.

Além dos termos “velho” e “idoso”, os participantes também refletiram sobre as expressões “terceira idade” e “melhor idade”. Esses termos, frequentemente utilizados em discursos midiáticos e publicitários, buscam apresentar o envelhecimento de maneira mais positiva e otimista, introduzindo uma nova imagem da velhice associada à produtividade, considerada uma responsabilidade pessoal. No entanto, é crucial analisar como essas denominações são percebidas pelos próprios idosos e se elas realmente contribuem para uma mudança nas atitudes e na valorização dessa fase da vida percebida pelos próprios idosos, considerando que, embora a linguagem seja instrumento de poder e por isso suas alterações exerçam influências diversas nas formas como as pessoas estabelecem suas relações entre si e com o mundo, se estas não emergem do fazer cotidiano das relações sociais, ou seja, são simples imposições dos “de cima”, cabe-nos questionar se as alterações nas formas de nomear as coisas e sujeitos, realmente contribuem para mudanças de atitudes e valorização destes. No caso específico, dos sujeitos que envelhecem nesta sociedade.

Terceira idade: — *Terceira idade. Ah, eu acho que é uma fase muito boa da vida da gente. [...] eu acho que eu estou na terceira idade mesmo (Joaquina, 66 anos, branca, professora aposentada).*

Terceira idade: — *E assim, 50, 60 anos (José Antônio, branco, 80 anos, lavrador aposentado).*

Terceira idade: — *É um termo melhor né (risos) terceira idade do que ficar falando velho, idoso né?! Acho que terceira idade começa já quando a pessoa né,... Não tudo é velho, idoso, é terceira idade, bateu 60 anos já é terceira idade né! Aí uns fala velho, outros idoso, fulano tá na terceira idade né (Angélica, 73 anos, branca, professora aposentada).*

Terceira idade: — *Terceira idade é a pessoa mais vivida né! Já tá na...., tem a primeira fase de bebê, né?! Aí já tem a segunda, já é dez, doze ano para cima, né?! Aí na terceira já passa dos quarenta, cinquenta, já entra na terceira idade. Idoso é aquela pessoa que tá com cento e tantos anos, é idosa (Sebastião, 62 anos, pardo, lavrador aposentado).*

Terceira idade: — *Era como nós éramos tratado quando fazia caminhada (Mariana, 82 anos, parda, cantineira aposentada).*

Essas narrativas evidenciam a complexidade das percepções sobre a “terceira idade”, refletindo concepções diversas e, por vezes, contraditórias. As diferentes concepções apresentadas evidenciam a construção social da velhice e a influência de fatores culturais, sociais e individuais na forma como os sujeitos experienciam e entendem essa fase da vida. A senhora Joaquina associa a terceira idade a uma fase positiva e ativa da vida, enquanto o senhor José Antônio e o senhor Sebastião oferecem definições mais neutras ou cronológicas. Dessa forma,

é pertinente aqui uma reflexão sobre o caráter instrumental e utilitarista dessas representações. Como sugere Balandier (1992), as produções do imaginário materializam-se nas instituições e nas práticas e são utilizadas em proveito da ordem social e do poder. Podemos perceber então nas representações da Terceira Idade, que *o imaginário criado sobre essa fase da vida sugere ao indivíduo que envelhece que a velhice é uma questão de responsabilidade e competência pessoais*. A auto-gestão da velhice deve obedecer aos ensinamentos de prevenção e cuidados relativos ao envelhecimento. É colocado para consumo, à disposição desse segmento, todo um arsenal de produtos e serviços para mascarar o envelhecimento. Clínicas e academias com tratamento de rejuvenescimento, dietas, medicamentos, cosméticos, cirurgias (Rodrigues, Lizete de S.; Soares, Geraldo A., 2006, p. 10, grifo nosso)

A narrativa da senhora Mariana (82 anos, pardo, cantineira aposentada) completa essa análise, ao relatar que era tratada como “terceira idade” quando participava do grupo da caminhada, uma atividade desenvolvida pela Estratégia de Saúde da Família com idosos da cidade. Seu relato nos leva a refletir sobre a possibilidade dela não compreender o significado em torno da “terceira idade”, percebendo-o apenas no contexto em que participava das atividades de caminhada. Ou então, que aparentemente, ela não é mais chamada de “terceira idade” após ter deixado de participar dessas atividades, o que sugere que o uso do termo pode ser circunstancial e ligado a contextos específicos de interação social. Ou seja, o fato de fazer atividade física lhe dava o status de ocupar a terminologia da terceira idade. Esse aspecto evidencia como a atribuição de categorias relacionadas à velhice pode ser fluida e vinculada a práticas sociais, não necessariamente refletindo a vivência do sujeito fora desses contextos.

Já os trechos das narrativas do senhor Sebastião e de dona Mariana, descritos acima, revelam a existência de diferentes marcos temporais para definir a

fase da “terceira idade”. O que reforça a necessidade de uma análise crítica sobre as categorias que nomeiam o envelhecer. Essas representações, muitas vezes, reforçam estigmas ou criam expectativas irreais sobre essa fase da vida, influenciando diretamente a forma como os indivíduos experienciam o envelhecimento e são tratados socialmente.

A discussão sobre o envelhecimento e os termos utilizados para descrevê-lo ganha cada vez mais relevância, sendo assim, é indispensável entender que:

[...] a terceira idade não deve ser vista apenas como um eufemismo, uma substituição simples de ‘velhice’ por ‘terceira idade’, pois ambas são diferentes, tanto quanto podem ser consideradas diferentes as afirmativas ‘ser velho’ e “estar na ‘terceira idade’”. É comum ouvir entre idosos as expressões ‘estou velho’ e ‘sou velho’, no entanto, não se encontra a expressão ‘sou ‘terceira idade’’. Logo, ‘velhice’ e terceira idade não se equivalem quanto às relações concebidas como possíveis entre o sujeito da fala e estas categorias. Nesse sentido, ‘terceira idade’ refere-se a um estado de sujeitos individuais, não a sua ‘essência’. É como se ela representasse uma condição pela qual passam os indivíduos, vale dizer, as suas próprias escolhas individuais e o seu estilo de vida. Além disso, em seu uso corrente, a expressão ‘terceira idade’ não corresponde (ainda) a nenhum substantivo comum (os ‘terceira idade’) que denote a existência de uma categoria coletiva percebida enquanto tal. (Lima, 2001, p. 150)

Desse modo, a expressão “terceira idade” surgiu como uma alternativa mais positiva para viver a “velhice”, vista como uma fase de novas possibilidades e experiências, mas também revela uma tentativa da sociedade de consumo de transformar essa etapa em uma nova fase de consumo. Assim,

o sentido que fundamenta a emergência semântica da terceira idade para se referir aos velhos está diretamente concebido como um conceito da sociedade moderna que tenta integrar, com um viés de sensibilização, essa nova condição dos indivíduos, conectando-os com processos de circulação do e à capital relacionados principalmente à atividade do turismo, ao consumo necessidade de acessar alguns serviços já existentes e outros que serão construídos como meio para incorporação do dinheiro destes indivíduos ao processo de circulação e reprodução ampliados do capital. (Nóbrega, 2020, p. 90)

É interessante notar como os traços do discurso difundidos pela sociedade sobre a terceira idade já estão permeados na vivência desses idosos. A dona Esmeralda (69 anos, parda, professora aposentada), por exemplo, expôs: “ — os cuidados com as pessoas idosas, fazer exercícios físicos, caminhada, participar das atividades do PSF, mas eu não participo não”. De modo semelhante, a senhora Pietra (72 anos, preta, trabalhadora do lar aposentada) reforça esse ponto ao

afirmar: “— *Importante é a caminhada e a pessoa tentar cuidar dele bem mesmo, próprio*”. Ambas corroboram com a análise de Nóbrega, evidenciando como o discurso sobre a “terceira idade” se materializa nas práticas cotidianas dos idosos, moldando suas percepções e ações. Ambas expressam a importância de se manterem ativas, de cuidarem da saúde por meio de exercícios físicos e da participação em atividades, isso reflete a tentativa de construir uma imagem positiva e ativa do envelhecimento, alinhada com as expectativas da sociedade contemporânea. Porém, é preciso considerar que a escolha de Dona Esmeralda de não participar dessas atividades também levanta questões sobre as barreiras que impedem adesão dos idosos a esse ideal de uma “terceira idade” ativa e saudável. Essas barreiras podem ser de natureza diversa - sejam elas físicas, emocionais, sociais ou mesmo culturais - e apontam para uma crítica necessária: o modelo de “terceira idade” promovido pela sociedade não é acessível ou mesmo desejável para todos.

Quando a senhora Pietra (72 anos, preta, trabalhadora do lar aposentada) afirma que é importante: “— *a pessoa tentar cuidar dele mesmo, próprio*” ela ilustra a internalização da ideologia da individualização no processo de envelhecimento, que sugere que a responsabilidade pelo cuidado e pelo bem-estar na velhice recai unicamente sobre o sujeito. Esse discurso desconsidera o papel das estruturas sociais e políticas na promoção de um envelhecimento digno e de qualidade. Ao exaltar a autonomia e suficiência, o impacto das condições socioeconômicas é ignorado, assim como a necessidade de políticas públicas que garantam a qualidade de vida para essa população.

Essa pressão para se adequar ao ideal de uma velhice ativa e autônoma gera uma nova forma de exclusão, onde aqueles que não têm condições ou não desejam participar desse modelo são marginalizados ou vistos como “velhos” e “incapazes”, sugerindo que tal situação decorre de um descuido pessoal. Essa visão, tão aclamada nos discursos midiáticos e por muitos experts em envelhecimento, acaba por reduzir a velhice a uma questão de esforço pessoal, perpetuando a ideia de que o envelhecimento é uma responsabilidade exclusivamente individual, e não uma questão coletiva que demanda suporte social e política em todas as etapas da vida.

Além disso, a construção social da “terceira idade” obscurece as reais necessidades e condições de muitos desses sujeitos, ao focar excessivamente em

uma imagem idealizada de “envelhecimento ativo”. Esse modelo não considera as diversas realidades enfrentadas pelos idosos, que vão além do consumo e da atividade física. Pergunta-se, portanto, se esse ideal atende aos interesses e necessidades de todos os idosos, ou se está mais alinhado aos interesses econômicos de uma sociedade que, na verdade, continua a segregar e excluir os mais velhos que não se encaixam nesse padrão. Logo,

a naturalização do termo terceira idade reforça, na verdade, as mesmas visões ideologicamente montadas sobre o preconceito com a velhice, pois, a existência de uma terceira idade está relacionada a uma quarta idade, que em termos cronológicos é aquela dos indivíduos que superam a marca dos 80 anos de idade. Sob essa parcela de pessoas velhas, recai com muito mais força os estigmas e estereótipos da velhice, esses são os ‘velhos velhos’, é importante entender também que na construção da terceira idade estão excluídos todos os velhos dependentes e que apresentam ‘sinais de decrepitude e senilidade’ (Paiva, 2014, p. 144 *apud* Nóbrega, 2020, p. 90).

Assim sendo, a terminologia da “terceira idade” acaba sendo supervalorizada, transmitindo a ideia que “ser velho” é uma condição a ser evitada ou “corrigida” através da adoção de comportamentos que imitam a juventude. Sob essa perspectiva, a velhice, quando vista dessa maneira, nega a si mesma, tentando se transformar em algo que não é - ou seja, em juventude - para ser aceita como moderna e relevante. Essa transformação é vista como possível desde que o sujeito tenha uma forma de vida considerada adequada, alinhada com os valores e expectativas da sociedade.

A discussão sobre a “melhor idade” também revela a complexidade e a diversidade de experiências e percepções entre os idosos acerca da terminologia. Enquanto o termo é frequentemente utilizado em discursos midiáticos e publicitários para romantizar a velhice, sugerindo uma fase de plenitude e satisfação, de realização de sonhos as vozes daqueles que vivenciam essa realidade mostram uma imagem mais diversificada e, por vezes, crítica.

Melhor idade: — *Na melhor idade, ah.... É a juventude eu acho que é dos quinze aos vinte anos que é a melhor fase da vida da gente (Joaquina, 66 anos, branca, professora aposentada)*

Melhor idade: — *Tando com saúde, estando feliz. (José Antônio, branco, 80 anos, lavrador aposentado)*

Melhor idade: — *Ah, eu acho... Que não é a melhor né, porque a pessoa já tá velha, eu não acho que é a melhor idade não, é tão ruim [...]. Quando a*

peessoa tá mais novo é bem melhor né (risos), a infância, juventude, a juventude né! Fase adolescente, a juventude é bem melhor, mas só que a pessoa né, é coisa natural da vida o envelhecimento [...] (Angélica, 73 anos, branca, professora aposentada).

Melhor idade: — *Os trinta né?! Dos trinta aos sessenta é que você vai definindo as coisas que cê tem pra né, que cê já fez (Sebastião, 62 anos, pardo, lavrador aposentado).*

Melhor idade: — *Penso, idade da gente já chegou (Mariana, 82 anos, parda, cantineira aposentada).*

A senhora Joaquina considera “melhor idade” o período da juventude, especificamente entre os quinze e vinte anos, como a melhor fase da vida. Sua reflexão ressalta a valorização predominante da juventude como o período mais desejável e idealizado, em contraste com a visão da velhice como uma etapa menos valorizada. Em contrapartida, o senhor José Antônio sugere que a “melhor idade” está ligada à saúde e à felicidade, e não ao envelhecimento em si. No entanto, é importante notar que, ao focar apenas na saúde e na felicidade, ignora-se a complexidade das condições de vida enfrentadas pela população em geral. Ambos, ao discutirem a “melhor idade”, não se alinham com a visão midiática e de demais profissionais que vinculam esse conceito à fase do envelhecimento.

Por outro lado, a senhora Angélica (73 anos, branca, professora aposentada) critica diretamente a ideia de que a velhice possa ser considerada a “melhor idade”. Ela associa esse conceito à juventude e expressa uma visão que se opõe ao otimismo frequentemente veiculado pela mídia e por especialistas em envelhecimento, que romantizam a velhice como uma fase plena. Já o senhor Sebastião (62 anos, pardo, lavrador aposentado) revela um enfoque na produtividade e na realização de objetivos, sem necessariamente vincular a “melhor idade” a uma idealização da juventude ou uma rejeição da velhice.

Essa divergência demonstra como a “melhor idade” é uma construção simplista e até mesmo ilusória na construção desse conceito e que também ignora as dificuldades e as experiências associadas a esse processo. Além disso, a idealização da velhice como um período de plenitude e satisfação pode criar uma pressão sobre os idosos para que se conformem a esse modelo, mesmo quando ele não corresponde à sua realidade. Assim, o conceito de “melhor idade” ajuda a mascarar as desigualdades e os desafios enfrentados por aqueles que estão vivenciando o envelhecimento, especialmente a classe trabalhadora, ignorando as

diferentes vivências e o impacto das condições socioeconômicas e culturais sobre essa fase da vida. Em vez de oferecer uma visão heterogênea e realista, perpetua-se uma visão homogênea que não reflete as diversas realidades de vivência.

É importante evidenciar que a mídia e a cultura exercem um papel importante na construção das representações sobre a velhice. As campanhas publicitárias que associam o envelhecimento à positividade e à vitalidade contribuem para a disseminação de um discurso otimista sobre essa fase da vida. Desse modo, não se deve focar apenas na linguagem, mas também em políticas e ações que sustentam essas terminologias. As narrativas revelam que, apesar das tentativas de “suavizar” e “mascarar” a imagem do envelhecimento com termos mais positivos, as experiências e expectativas reais dos idosos continuam a ser moldadas por uma sociedade que ainda associa velhice com declínio e inutilidade. Portanto, essas mudanças terminológicas necessitam ser acompanhadas por ações concretas que promovam uma verdadeira mudança, que inclua dignidade, respeito e a inclusão das pessoas idosas em todas as esferas da vida social. Ainda assim, é importante perceber que a escolha de um termo, por si só, não transforma a realidade social, mas pode influenciar e/ou pressionar a forma como se percebe e se relaciona com a velhice.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de envelhecimento e a velhice, conforme observado ao longo deste estudo, são processos inerentes a todos os seres humanos, mas a forma como as etapas da vida são compreendidas e classificadas é resultado de construções históricas e sociais permeadas por valores e preconceitos. Essas fases que definem o envelhecer e o “ser velho” transformam-se ao longo do tempo, refletindo interesses econômicos e ideológicos que, por vezes, ocultam as desigualdades que afetam esse grupo. Se por um lado a velhice já foi exaltada como uma fase de acúmulo de sabedoria, por outro, também foi marcada pela associação com decadência, doenças e morte. Embora a ideia da velhice como declínio persista, surgem hoje discursos que a romantizam, retratando-a como um período de descanso e realização de sonhos. Nesse sentido, as categorias contemporâneas que nomeiam a velhice reforçam essas visões idealizadas e criam preconceitos e estigmas que moldam a experiência do envelhecimento.

Esta pesquisa buscou destacar a importância de uma análise crítica sobre os termos classificatórios que definem o “ser velho” e a velhice no Brasil, destacando como essas terminologias influenciam os modos de vida e o tratamento público destinado a esses sujeitos na sociedade contemporânea. O objetivo central deste estudo foi examinar esses termos, buscando compreender como os sujeitos velhos interpretam e internalizam tais classificações em suas vivências cotidianas no município de Santana do Garambéu.

Nesse sentido, os objetivos delineados no estudo foram alcançados, permitindo identificar e analisar as principais categorias utilizadas para descrever e classificar as pessoas idosas. A análise mostrou que essas classificações impactam diretamente a formulação de políticas públicas voltadas para o envelhecimento. Foi possível também evidenciar como os moradores desse município percebem e interpretam as categorias “terceira idade”, “melhor idade”, “idoso” e “velho”. Com isso, surgem contradições fundamentais entre o imaginário social que idealiza a velhice e as vivências concretas dos sujeitos, o que expõe as tensões e desigualdades que permeiam esse processo.

A percepção dessas contradições se torna ainda mais clara ao se observar como as terminologias utilizadas moldam não apenas a percepção pública da

velhice, mas também influenciam diretamente a forma como os próprios sujeitos velhos constroem e vivenciam esse período de suas vidas. Assim, verificou-se que tais categorias carregam uma visão idealizada e padronizada da velhice, invisibilizando as desigualdades e as especificidades sociais vivenciadas por esse grupo, principalmente os da classe trabalhadora. Desse modo, constatou-se que essa idealização representa uma “velhice fictícia” (Haddad, 1986), acessível apenas a uma minoria privilegiada, enquanto a velhice real, vivida pela maioria, é silenciada e marginalizada por essas classificações.

Dessa forma, evidencia-se que o processo de reclassificação terminológica não se limita a renomear a velhice, mas visa mascarar as complexidades do envelhecimento real com o uso de novas linguagens. Esse movimento reflete como a linguagem é um espaço de disputa e poder, revelando o papel do capitalismo em reinventar a velhice por meio desses novos termos classificatórios, transformando-a em um produto comercializável e alinhado à lógica do sistema produtivo. Diante dessa conjuntura, o envelhecimento é padronizado e mercantilizado, servindo à manutenção das estruturas capitalistas, que buscam extrair valor de todas as fases da vida.

Nesse contexto, o mercado atua não para valorizar o sujeito envelhecido, mas para incorporá-lo sob a lógica do consumo. Ao modificar o imaginário social por meio de classificações como “melhor idade” e “terceira idade”, o mercado cria uma falsa valorização, que não tem relação com o reconhecimento da dignidade e da experiência do idoso, mas com sua capacidade de consumir. Essas terminologias, longe de promoverem a inclusão, reafirmam a posição de que o idoso é relevante enquanto consumidor, inserido em uma lógica de mercado que explora a fase da velhice como um nicho lucrativo.

Ao lado desse processo de mercantilização da velhice, as terminologias contribuem para isentar o Estado de suas responsabilidades, ao difundir a ideia de que o sujeito é o único responsável por seu bem-estar durante a velhice. Ao promoverem conceitos como “envelhecimento ativo” e o lazer como princípios, as políticas de atenção à velhice reforçam essa perspectiva individualista, sem, contudo, reconhecer as condições estruturais necessárias para que esses ideais sejam efetivamente alcançados por todos. Reconhece-se a importância dessas políticas, mas é essencial que, antes de fomentar a autonomia e o lazer, sejam

criadas condições materiais que garantam dignidade e qualidade de vida para toda a população idosa.

Assim, as políticas sociais, ao refletirem os ideais expressos nas terminologias vigentes, também carregam marcas ideológicas do poder dominante, moldando e sendo moldadas pelo imaginário social do envelhecimento. Por isso, é essencial confrontar as disparidades e desafios enfrentados pelos idosos, cobrando que o Estado assuma suas responsabilidades de maneira concreta. Isso implica em superar o discurso vazio e implementar ações que garantam que o envelhecimento digno não seja um privilégio restrito a uma minoria, mas um direito acessível a todos, independentemente de suas condições socioeconômicas.

Esse estudo busca oferecer subsídios para uma reflexão mais aprofundada sobre os efeitos sociais e simbólicos dessas classificações e a necessidade de se repensar as políticas sociais, considerando a pluralidade de experiências e realidades que permeiam o envelhecimento. Espera-se que os resultados desta pesquisa sirvam como referência para profissionais que atuam ou discutem sobre o envelhecimento, facilitando a compreensão crítica da temática e impulsionando debates. Além disso, é essencial aprofundar o conhecimento crítico sobre o processo de envelhecimento, pautado na análise da totalidade das condições e experiências envolvidas.

Conclui-se, que os termos classificatórios utilizados para designar a velhice não são simples designações neutras, mas sim instrumentos carregados de implicações sociais e políticas. Esses termos contribuem para a construção de uma velhice homogênea e mercantilizada, onde o processo de envelhecimento é moldado para atender às demandas do sistema capitalista. A linguagem, nesse contexto, desempenha um papel central ao criar novas formas de envelhecer, que acabam por ser incorporadas pelos sujeitos, transformando o envelhecimento em um processo padronizado.

Nessa perspectiva, na sociedade capitalista o processo de envelhecimento e a velhice são apropriados por uma ideologia que condiciona a percepção de que aqueles que não mais conseguem produzir valor são descartáveis. Isso contribui para que muitos neguem a própria velhice, projetando-a como algo externo, pertencente sempre ao “outro”. Essa negação não apenas reforça o estigma em torno do envelhecimento, mas também demonstra a normalização da desvalorização dos sujeitos que não mais se adequam à lógica produtivista.

Posto isso, é preciso reconhecer que as políticas sociais e as classificações em torno do envelhecimento reverberam essa visão excludente e mercantilizada. Elas não refletem uma valorização genuína do sujeito que envelhece, mas sim uma adaptação do mercado às demandas de consumo dessa população. Assim, as formas de produção e reprodução social continuam a moldar as percepções e as políticas sobre o envelhecimento, reiterando a ideia de que o valor do sujeito está condicionado à sua capacidade de se adequar às dinâmicas econômicas. Ao propor um envelhecimento uniforme e idealizado, acabam por impor pressões sociais para que as pessoas idosas sigam esse modelo, criando frustrações e sentimentos de inadequação entre aqueles que não se identificam com essas expectativas.

Diante disso, para garantir um processo de envelhecimento digno, é essencial promover transformações tanto na estrutura quanto na superestrutura da sociedade. Não se trata apenas de modificar as terminologias que descrevem o envelhecimento, mas de transformar as relações de produção e reprodução que moldam a realidade dos sujeitos. Portanto, a mudança necessária vai além da simples alteração de palavras para caracterizar esse processo, envolve a reorganização das relações sociais e econômicas que definem o lugar do sujeito na sociedade.

Portanto, a mudança das terminologias, isoladamente, não garante dignidade e equidade, uma vez que a velhice atualmente, expõe o “não lugar” que o sujeito ocupa dentro do sistema capitalista, revelando as limitações de uma sociedade que vê o sujeito apenas em termos de sua capacidade produtiva. Assim, as políticas públicas e as terminologias associadas ao envelhecimento reforçam e perpetuam uma visão de mundo que se alinha com as dinâmicas de produção e reprodução capitalistas, perpetuando uma perspectiva que marginaliza e descarta as pessoas idosas. Então, para promover uma verdadeira mudança, é necessário mais do que ajustar as palavras, é preciso engajar-se em uma luta coletiva e organizada contra a ordem vigente. Desse modo, a mudança é um convite à reconstrução de uma realidade onde o envelhecer não seja um estigma a ser evitado, mas uma etapa digna e valorizada da vida humana, livres das amarras de um sistema que vê o valor humano apenas em termos de produção e consumo.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Arnaldo. **Não Vou Me Adaptar**. Intérprete: Titãs. [Gravação sonora] Rio de Janeiro: CBS, 1984.

BARROS, Melina Sampaio Ramos de; NEVES, Angela Vieira. A trajetória das políticas sociais para a população idosa e a imagem social das velhices. **Libertas**, v. 22, n. 1, p. 179-193, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/33889/24448>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice** [recurso eletrônico]. Tradução Maria Helena Franco Martins. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. Melhor idade pra quem? as novas terminologias para designação da velhice. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas: Papel Social, cap. 10. p. 217-234, 2017.

BENEDITO, Jonorete de Carvalho. Trabalhadores velhos: uma expressão da questão social no século XXI. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2009.

BERZINS, Maria A. V. da S Violência institucional contra a pessoa idosa: a contradição de quem cuida. **Tese de doutorado**. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública USP, 2009.

BÔSCARO, Ana Paula Dutra. **Escravidão e pequena propriedade em Minas Gerais–século XIX. 2016**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado), UFJF, Juiz de Fora.

BONIFÁCIO, Gabriela Marise de Oliveira; GUIMARÃES, Raquel Rangel de Meireles. **Projeções populacionais por idade e sexo para o Brasil até 2100**. Texto para Discussão, 2021. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/249216/1/td2698.pdf>. Acesso em: 01 de out. de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de nov. 2023.

BRASIL. **Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, v. 132, n. 3, p. 77-77, 1994.

BRASIL. **Lei No 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. **Portaria Nº 2.528, de 19 de outubro de 2006.** Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 20 out. 2023

BRASIL. **Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022.** Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2022/Lei/L14423.html. Acesso em: 29 de nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Nota Informativa n. 5/2023 MDS/SNCF.** Envelhecimento e o direito ao cuidado. Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mds/ptbr/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-de-senvolvimento-social/mds-lancadiagnostico-sobre-envelhecimento-e-direito-ao-cuida-do/Nota_Informativa_N_5.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

BUARQUE, Chico. **Apesar de Você.** Intérprete: Chico Buarque. Rio de Janeiro: Philips, 1970.

CAMARANO, A.; PASINATO, M. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CASTRO, A. A. (org.). **Novos idosos brasileiros. Muito além dos 60?** Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; p. 253-92, 2004.

CFESS, **Política Nacional de Comunicação CFESS-CRESS.** 4º edição. Brasília (DF): CFESS, . Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2023-4edPoliticaNacionalComunicacao-CfessCress.pdf> Acesso em: 03 jun. 2024.

CUNHA, E. S. Velhices: múltiplas faces de um processo socialmente construído. **Dissertação de Mestrado**, Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008.

CUNHA, E. S. Sobre envelhecer e ser velho em Liberdade: religiosidade, trabalho e família em um pequeno município da Zona da Mata Mineira. **Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em Serviço Social)** - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

DEBERT, Guita Grin. **Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice.** In: **Antropologia e velhice.** Campinas: Unicamp, p. 5-48, 1994.

DEBERT. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Campinas/SP, v. 12, p. 39-56, jun. 1997.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice**: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento / Guita Grin Debert.- 1 ed. 2 reimp.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.

FERREIRA, Mariana Davi. Para uma introdução à tese do capitalismo dependente no pensamento de Florestan Fernandes. **Argumentos**-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, v. 16, n. 2, p. 40-68, 2019.

FONTE, Isolda Belo da. **Diretrizes Internacionais para o Envelhecimento e suas Consequências no Conceito de Velhice**. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 12, p. 1-10, 2002.

FUNDO, DA POPULAÇÃO DAS NAÇÕES. **Envelhecimento do Século XXI**: Celebração e Desafio–Resumo Executivo. 2012. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Portuguese-Exec-Summary_0.pdf Acesso em: 29 set. 2023.

GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 7a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GROISMAN, Daniel. A velhice, entre o normal e o patológico. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, v. 9, p. 61-78, 2002.

GUIMARÃES, Cátia. **Um país mais velho: o Brasil está preparado?**. IPSJV/Fiocruz, 2022. Disponível em: Acesso em: 29 de set. de 2023

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez. 1986.

IAMAMOTO, Marilda V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**. Associação de e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n.3 (jan/jul). Brasília, ABEPSS, Grafile, p.09-32, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeções da população**: Brasil e unidades da federação– revisão 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Relatórios metodológicos, v. 40). Disponível em:Acesso em: 01 de out. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) .**Censo Demográfico 2022: Santana do Garambéu**. 2022 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-do-garambeu/panorama>.Acesso em: 16 ago. 2024.

IPEA. **Projeções indicam aceleração do envelhecimento dos brasileiros até 2100**. out. de 2021. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/10716-proj>

eco-es-indicam-aceleracao-do-envelhecimento-dos-brasileiros-ate-2100?highlight=W yJlbnZlbGhY2ItZW50byJd. Acesso em: 29 de set. de 2023.

JARDIM, Viviane Cristina Fonseca da Silva; MEDEIROS, Bartolomeu Figueiroa de; BRITO, Ana Maria de. Um olhar sobre o processo do envelhecimento: a percepção de idosos sobre a velhice. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 9, n. 2, p. 25-34, 2019.

JUNIOR, Gilberto Pinheiro. Sobre alguns conceitos e características de velhice e terceira idade: uma abordagem sociológica Concepts and characteristics of aging and old age: a sociological approach. **Revista Linhas**, v. 6, n. 1, 2005.

KERTZMAN, Olga Facciolla. “**Velho, é o outro!**”: a experiência do envelhecimento de idosos usuários do Núcleo de Atenção do Idoso. Dissertação mestrado - Programa de Pós-Graduação em Infecções e Saúde Pública da Coordenação dos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. São Paulo, 2004.

LIMA, Marcelo Alves. A velhice como estado de espírito: reprivatização da velhice e constituição de um campo de saber. **Revista Praia Vermelha, estudos de política e teoria social/UFRJ**, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 122-155, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Evelyne. O marxismo e a questão regional: elementos para análise. In: **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro: UERJ, vol. 9, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36549>. Acesso em: 15 de set. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista pesquisa qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Subsídios para a biografia de Luis Garambeo Martins (1695-1775), o primeiro povoador de Santana do Garambéu – MG**. Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 2018. Disponível em: [HISTÓRIAS DE MINAS GERAIS: Resultados da pesquisa santana do garambéu \(historiasdeminasgerais.blogspot.com\)](https://historiasdeminasgerais.blogspot.com) Acesso em: 11 abr. 2024.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**. Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan.- jul. de 2001.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Envelhecimento (definições). In: Geografia do envelhecimento: algumas questões para o debate. Editora CRV-Curitiba, p. 119-146, 2020.

NOTÍCIAS, Agência IBGE. **Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos. 2020.**

Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos> Acesso em: 30 set. 2023.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, M. M. L. de (Org.). **Velhice ou terceira idade**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, p. 69-84, 1998.

PESSOA, I. L. Envelhecimento na agenda da política social brasileira: avanços e limitações. **Programa de Pós-Graduação em Política Social- PPGS**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO GARAMBÉU. **História**. Disponível em: <https://santanadogarambeu.mg.gov.br/historia/>. Acesso em: 9 abr. 2024.

RODRIGUES, Lizete de Souza Rodrigues; SOARES, Geraldo Antônio. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. **Revista Ágora**, n. 4, 2006.

SAMPIERI, Roberto Hernández, et al. **Metodologia de pesquisa**. Tradução por Daisy Vaz de Moraes.- 5. ed.-Dados eletrônicos- Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Maria F. dos; RIOS, Thamiris I. SILVA, Ana C. F.; SOARES, Nanci. Velhice e Questão Social: qual a relação. In: In: TEIXEIRA, S. M. (Org.) **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, cap. 3 p. 76-91, 2017.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense. 2006.

SANTOS, Wagner Jorge dos; GIACOMIN, Karla Cristina; FIRMO, Josélia Oliveira Araújo. Alteridade do corpo do velho: estranhamento e dor na Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4275-4284, 2019.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. **Serviço Social & Sociedade**, p. 215-234, 2016.

SIQUEIRA, Renata Lopes de; BOTELHO, Maria Izabel Vieira; COELHO, France Maria Gontijo. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência & saúde coletiva**, v. 7, n. 4, p. 899-906, 2002.

STEFANO, Fabiane. Entrevista com Alexandre Kalache: O Brasil está envelhecendo rápido – e não estamos preparados. **Brazil Journal**, 2023. Disponível em: <https://braziljournal.com/o-brasil-esta-envelhecendo-rapido-e-nao-esta-preparado-pra-isso/>. Acesso em: 10 abr. 2024

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA,(Org). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas: Papel Social, 2017.

TEIXEIRA, (Org.). **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020.

ONU, Organização das Nações Unidas no Brasil. **Mundo terá 2 bilhões de idosos em 2050**; OMS diz que ‘envelhecer bem deve ser prioridade global’ [Internet]. Rio de Janeiro. Disponível em:
<https://brasil.un.org/pt-br/55124-mundo-ter%C3%A1-2-bilh%C3%B5es-de-idosos-em-2050-oms-diz-que-envelhecer-bem-deve-ser-prioridade-global#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,desafios%20de%20sa%C3%BAde%20p%C3%BAblica%20global>. Acesso em: 30 set. 2023.

VELOSO, Caetano. Oração ao Tempo. **Cinema Transcendental**. Rio de Janeiro: Philips, 1989.

VIAÇÃO CIPÓ. **Conheça a história de Santana do Garambéu**. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=94avY3Rv32s>. Acesso em: 9 abr. 2024.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução Daniel Bueno; Revisão Técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, Editora, 2016.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gostaria de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **“Brasil um país envelhecido: vivências e perspectivas sobre o envelhecer e ser velho em um município de pequeno porte”**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é analisar os termos classificatórios sobre o ser velho e a velhice no Brasil, a fim de compreender como os idosos interpretam e internalizam esses termos nas suas experiências cotidianas no município de Santana do Garambéu no estado de Minas Gerais.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você, uma entrevista, a qual faremos perguntas sobre como você vê o envelhecimento e o que ele significa para você. A pesquisa quer entender como algumas terminologias (palavras) usadas para descrever a velhice podem esconder a realidade e valorizar uma imagem idealizada do envelhecimento, que não corresponde à maioria das pessoas. Para facilitar o nosso estudo, gostaríamos de gravar a entrevista, com a sua autorização. Assim, como participante, por favor, marque uma das opções abaixo:

() Autorizo livre e voluntariamente a gravação de voz para fins da pesquisa científica.

() Não autorizo a gravação de voz para fins da pesquisa científica.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas à minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos.

A pesquisa envolve riscos mínimos, que dizem respeito à identificação dos participantes e possível cansaço. Visando minimizá-los, serão tomadas todas as medidas necessárias para proteger a identidade dos participantes e a confidencialidade dos dados, utilizando-se de nomes fictícios. Além de planejar o processo de coleta de dados de modo a respeitar o ritmo e a disponibilidade dos participantes, oferecendo intervalos regulares e a possibilidade de reagendar a entrevista se necessário. A pesquisa pode ajudar os participantes que podem se beneficiar ao compartilhar suas vivências e perspectivas sobre o envelhecimento na cidade. A pesquisa também tem o potencial de informar ações que promovam uma melhor qualidade de vida para os idosos em Santana do Garambéu.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. Os

resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, caso deseje ter acesso. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). A pesquisadora não vai divulgar seu nome. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Santana do Garambéu, _____ de _____ de 2024.

Assinatura

Pesquisadora responsável

Assinatura do/da participante da pesquisa

Rubrica da pesquisadora

Rubrica do participante

Estela Saléh da Cunha
Assistente da pesquisa: Kellyane Maria de Paula
Campus Universitário da UFJF
Faculdade de Serviço Social - UFJF - Departamento de Política de Ação do Serviço Social
CEP: 36036-900
Fone: (32) 99827-8081/ (32) 98480-6797
E-mail: estela.saleh@ufjf.br / kellyane.paula@estudante.ufjf.br

APÊNDICE B - Termo de Autorização Uso de Voz

Eu, _____,
portador do RG/CPF/CTPS _____ abaixo assinado,
concordo em participar do estudo “Brasil um país envelhecido: vivências e perspectivas sobre o
envelhecer e ser velho em um município de pequeno porte”, como participante,
() autorizo livre e voluntariamente, () não autorizo a
discente/pesquisadora _____

a obter gravações de voz de minha pessoa para fins da pesquisa científica. Concordo que o
material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em
aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos.

Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. As fotografias,
vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

Santana do Garambéu, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do/da participante da pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

Estela Saléh da Cunha
Equipe da pesquisa: Kellyane Maria de Paula
Campus Universitário da UFJF
Faculdade de Serviço Social - UFJF - Departamento de Política de Ação do Serviço Social
CEP: 36036-900
Fone: (32) 99827-8081/ (32) 98480-6797
E-mail: estela.saleh@gmail.com / kellyane.paula@estudante.ufjf.br

APÊNDICE C - Instrumento Auxiliar de Coleta de Dados

Antes de começar, gostaria de assegurar-lhe que esta entrevista é completamente voluntária e confidencial. E que o seu resultado será utilizado apenas para fins acadêmicos, com o intuito de contribuir para a construção do meu Projeto de Pesquisa.

Número da Entrevista: _____

Sigla (Apelido) de Identificação do Entrevistado: _____

Data de realização da entrevista: ____/____/____

Horário do: início da entrevista: ____:____ h / **fim da entrevista:** ____:____ h

Nome do Entrevistado (a):

Telefone(s) para contato:

() _____ - _____ (Pertence a _____)

() _____ - _____ (Pertence a _____)

() _____ - _____ (Pertence a _____)

APÊNDICE D - Ficha de Identificação

Nome: _____

Genêro : () Feminino () Masculino

Raça: () Branca () Preta () Parda () Amarelo () Indígena () Não soube responder

Idade / ano de nascimento: _____ anos (19 ____)

Religião: _____

Nível de Escolaridade: _____ (ou anos de estudo)

Profissão: _____

Renda:

Renda Pessoal / proveniência:

R\$ _____ proveniente de _____

APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista

- 1) O que é envelhecer? O que acha importante para pessoas que já estão mais velhas?**
- 2) Como o/a senhor(a) gosta ser tratado(a)? Por que? (Ex.: Caso não saiba responder, usar o exemplo idoso)**
- 3) Vou falar para o/a senhor(a) algumas palavras e gostaria que tentasse defini-las. Conhece mais algum termo? Saberá me explicar o que ele significa.**
Velho -
Idoso -
Terceira idade -
Melhor idade -
Idade feliz -
- 4) Como o senhor (a) se define em relação a sua idade ? Por que?**
- 5) Como você se sente em relação ao seu processo de envelhecimento?**
- 6) O que o/a senhora/senhora acha como importante para se ter um bom processo de envelhecimento?**
- 7) Como é seu dia-dia? (Sua rotina de vida tanto familiar quanto comunitária)**
- 8) Você participa de alguma atividade específica para o seu grupo de idade? Por que?**
- 9) Conhece alguma atividade específica para sua idade? Participa?**
- 10) Faz alguma atividade? Vai em algum lugar diariamente?**
- 11) O que você acha da afirmação de "só é velho quem quer"? Concorda? Por que?**
- 12) Como você percebe a forma como a sociedade brasileira trata idosos? Você se sente respeitado, valorizado, discriminado ou excluído?**
- 13) Como você avalia as políticas públicas de atenção à velhice no Brasil? Você conhece e utiliza algum serviço voltado para as pessoas idosas?**